

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	22
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	42
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	132
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	133
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	134
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	135
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.020.000.000
Preferenciais	0
Total	2.020.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	19.954.715	16.306.975
1.01	Ativo Circulante	1.715.687	1.207.857
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	959.275	851.759
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.383	16.430
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.383	16.430
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	10.331	14.237
1.01.02.01.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	52	2.193
1.01.03	Contas a Receber	489.169	74.820
1.01.03.01	Clientes	489.169	74.820
1.01.03.01.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	489.169	74.820
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.080	75.336
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.760	3.077
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	189.020	186.435
1.01.08.03	Outros	189.020	186.435
1.01.08.03.01	Outros Créditos	1.655	723
1.01.08.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	186.932	185.279
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	433	433
1.02	Ativo Não Circulante	18.239.028	15.099.118
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	401.683	1.115.111
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	206.084	834.013
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	195.599	281.098
1.02.01.10.03	Contas a Receber - Operações de Derivativos	160.253	249.303
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	35.301	31.750
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	45	45
1.02.02	Investimentos	17.726.546	13.871.266
1.02.02.01	Participações Societárias	17.726.546	13.871.266
1.02.03	Imobilizado	46.955	47.720
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	44.951	45.045
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	40	50
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.964	2.625
1.02.04	Intangível	63.844	65.021

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	19.954.715	16.306.975
2.01	Passivo Circulante	554.969	1.495.259
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	158.650	119.546
2.01.01.01	Obrigações Sociais	32.569	10.705
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	126.081	108.841
2.01.02	Fornecedores	8.006	21.864
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.963	20.802
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	43	1.062
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.357	14.199
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.829	12.033
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8	8
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições a Recolher	4.821	12.025
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	528	2.166
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	528	2.166
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	193.970	1.158.947
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	9.833	15.730
2.01.04.02	Debêntures	184.137	1.143.217
2.01.05	Outras Obrigações	188.986	180.703
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	989	4.225
2.01.05.02	Outros	187.997	176.478
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.690	11.690
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	20.243	20.271
2.01.05.02.05	Contas a Pagar - Operações de Derivativos	156.023	144.476
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	41	41
2.02	Passivo Não Circulante	7.920.883	6.546.954
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.697.028	6.343.888
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	574.888	1.159.212
2.02.01.02	Debêntures	7.122.140	5.184.676
2.02.02	Outras Obrigações	42.112	28.929
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.916	1.916
2.02.02.02	Outros	40.196	27.013
2.02.02.02.03	Outras Obrigações	13.682	16.919
2.02.02.02.04	Contas a pagar - Operações de Derivativos	12.902	0
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	13.612	10.084
2.02.02.02.11	Passivo de Arrendamento	0	10
2.02.03	Tributos Diferidos	154.538	125.595
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	154.538	125.595
2.02.04	Provisões	27.205	48.542
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12	12
2.02.04.02	Outras Provisões	27.193	48.530
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	27.193	48.530
2.03	Patrimônio Líquido	11.478.863	8.264.762
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.022.942
2.03.02	Reservas de Capital	21.955	15.934
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8	-8
2.03.02.07	Ágio em transação de capital	21.963	15.942

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04	Reservas de Lucros	1.151.378	1.151.378
2.03.04.01	Reserva Legal	986.166	986.166
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	165.212	165.212
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.452.473	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	830.115	1.074.508

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.390	24.611
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-70.797	-9.865
3.02.02	Serviços	-2.128	-540
3.02.04	Depreciação e Amortização	-339	-285
3.02.05	Custos com Pessoal	-65.584	-7.861
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-152	137
3.02.08	Outros	-2.594	-1.316
3.03	Resultado Bruto	-14.407	14.746
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.708.839	734.292
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-71.057	-40.413
3.04.02.01	Serviços	-21.967	-9.208
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-6.150	-3.448
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-35.130	-23.216
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-163	-90
3.04.02.05	Água, luz, telefone, internet e gás	-614	-262
3.04.02.06	Gastos com viagens e estadias	-627	-77
3.04.02.07	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-1.253	-819
3.04.02.08	Aluguéis de imóveis e condomínios	-1.398	-896
3.04.02.09	Outros	-3.672	-2.302
3.04.02.10	Termo de Autocomposição, Programa de Incentivo à Colaboração e Acordo de Leniência	-83	-95
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	211	317
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.779.685	774.388
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.694.432	749.038
3.06	Resultado Financeiro	-213.016	-64.434
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.481.416	684.604
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.943	4.336
3.08.02	Diferido	-28.943	4.336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.452.473	688.940
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.452.473	688.940
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,70915	0,34106
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,70915	0,34106

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	3.452.473	688.940
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-244.393	152.799
4.02.02	Ajuste na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior	-240.951	152.799
4.02.03	Resultado de hedge de fluxo de caixa	-5.215	0
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.773	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.208.080	841.739

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.743	-21.730
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-61.082	-21.372
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	3.452.473	688.940
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.943	-4.336
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	6.479	3.725
6.01.01.05	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	4	0
6.01.01.07	Variação Cambial sobre Empréstimos, Financiamentos e Derivativos	-113.773	0
6.01.01.08	Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	1	4
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária s/Debêntures, Notas Promis, Empréstimos e Financiamentos	241.220	76.432
6.01.01.10	Rendimentos de aplicação financeira	-279	0
6.01.01.11	Resultado de Operações com Derivativos (Fair Value Option e Hedge Accounting)	128.220	115.117
6.01.01.13	Juros e variação monetária sobre termo de autocomposição e PIC	615	1.004
6.01.01.14	Constituição (Reversão) da provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	0	44
6.01.01.15	Depreciação - Arrendamento mercantil	10	8
6.01.01.16	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	-13.693	-4.292
6.01.01.17	Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	-11.603	-123.636
6.01.01.18	Atualização monetária da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	0	4
6.01.01.19	Equivalência Patrimonial	-3.779.685	-774.388
6.01.01.20	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	-14	2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	56.339	-358
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	34.504	564
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	12.835	10.200
6.01.02.05	Despesas Antecipadas e Outras	-3.615	1.214
6.01.02.06	Adiantamentos a Fornecedores	0	229
6.01.02.08	Fornecedores	-13.846	-875
6.01.02.09	Fornecedores - Partes Relacionadas	-3.451	-3.297
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	-8.842	-4.349
6.01.02.12	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	0	-44
6.01.02.13	Obrigações Sociais e Trabalhistas	42.632	-262
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-3.878	-3.738
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-145.328	116.336
6.02.01	Aplicações financeiras líquidas de resgate	4.185	781.700
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado	-327	-698
6.02.03	Adições ao Ativo Intangível	-4.224	-7.117
6.02.05	Aumento de Capital em Investidas	-95.057	-644.095
6.02.06	Mútuos com Partes Relacionadas - Liberação	-44.000	-9.000
6.02.08	Resgates / Aplicações (Conta Reserva)	2.141	0
6.02.09	Redução de Capital em Investidas	0	1

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.02.10	AFAC - Partes Relacionadas	-8.046	-4.455
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	257.587	-520.645
6.03.01	Resgates / Aplicações (Conta Reserva)	0	-9
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	-14.721	0
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Captações)	3.337.802	0
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamentos de Principal)	-2.991.617	-500.000
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamentos de Juros)	-73.866	-20.625
6.03.14	Arrendamento mercantil (Pagamentos)	-11	-11
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	107.516	-426.039
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	851.759	1.402.994
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	959.275	976.955

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.021	0	0	0	6.021
5.04.08	Compra Vantajosa Líquida de Impostos	0	6.021	0	0	0	6.021
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.452.473	-244.393	3.208.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.452.473	0	3.452.473
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-244.393	-244.393
5.05.02.06	Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-5.215	-5.215
5.05.02.07	Tributos s/ Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.773	1.773
5.05.02.08	Ajuste de conversão de controladas no exterior	0	0	0	0	-240.951	-240.951
5.07	Saldos Finais	6.022.942	21.955	1.151.378	3.452.473	830.115	11.478.863

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.310	-8	0	0	-6.318
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-8	0	0	-8
5.04.08	Diluição da participação - VLT Carioca	0	-5.363	0	0	0	-5.363
5.04.09	Transação de Capital	0	-947	0	0	0	-947
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	688.940	152.799	841.739
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	688.940	0	688.940
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	152.799	152.799
5.07	Saldos Finais	6.022.942	-5.616	757.062	688.940	1.113.256	8.576.584

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	63.019	28.047
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	63.019	28.047
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.708	-12.403
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.618	-308
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.090	-12.095
7.03	Valor Adicionado Bruto	32.311	15.644
7.04	Retenções	-6.489	-3.733
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.489	-3.733
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.822	11.911
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.114.211	924.932
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.779.685	774.388
7.06.02	Receitas Financeiras	334.526	150.544
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.140.033	936.843
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.140.033	936.843
7.08.01	Pessoal	89.472	26.887
7.08.01.01	Remuneração Direta	78.100	23.573
7.08.01.02	Benefícios	8.074	2.084
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.180	1.142
7.08.01.04	Outros	118	88
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	47.861	7.970
7.08.02.01	Federais	45.852	6.561
7.08.02.02	Estaduais	61	18
7.08.02.03	Municipais	1.948	1.391
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	550.227	213.046
7.08.03.01	Juros	546.397	210.553
7.08.03.02	Aluguéis	3.830	2.493
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.452.473	688.940
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.452.473	688.940

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	47.170.973	41.356.444
1.01	Ativo Circulante	9.250.897	7.909.456
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.031.727	4.593.600
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.470.351	1.185.805
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.470.351	1.185.805
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	2.418.107	1.087.018
1.01.02.01.05	Aplicações Financeiras - conta reserva	52.244	98.787
1.01.03	Contas a Receber	2.110.889	1.396.635
1.01.03.01	Clientes	2.110.889	1.396.635
1.01.03.01.01	Contas a Receber	767.906	690.414
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	715	1.594
1.01.03.01.03	Ativo financeiro	1.342.268	704.627
1.01.06	Tributos a Recuperar	169.526	192.816
1.01.07	Despesas Antecipadas	91.667	65.996
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	376.737	474.604
1.01.08.03	Outros	376.737	474.604
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	4.102	4.988
1.01.08.03.03	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	159.181	278.680
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	36.036	17.477
1.01.08.03.05	Outros Créditos	177.418	173.459
1.02	Ativo Não Circulante	37.920.076	33.446.988
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.710.949	10.113.697
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	54.631	47.018
1.02.01.04	Contas a Receber	6.101.683	6.537.102
1.02.01.04.01	Clientes	6.101.683	6.537.102
1.02.01.07	Tributos Diferidos	966.140	928.206
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	966.140	928.206
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	507	541
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	205.815	207.301
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.382.173	2.393.529
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	163.467	251.887
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	132.437	120.952
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionadas a Concessão	1.883.765	1.833.934
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	121.574	112.662
1.02.01.10.07	Despesas antecipadas e outras	6.026	6.286
1.02.01.10.08	Estoque	74.904	67.808
1.02.02	Investimentos	776.344	848.796
1.02.02.01	Participações Societárias	776.344	848.796
1.02.03	Imobilizado	1.093.402	1.136.670
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	819.256	840.427
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	127.946	157.352
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	146.200	138.891
1.02.04	Intangível	26.339.381	21.347.825
1.02.04.01	Intangíveis	26.339.381	21.347.825
1.02.04.01.02	Intangível	25.030.423	19.928.850

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	1.308.958	1.418.975

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	47.170.973	41.356.444
2.01	Passivo Circulante	4.688.173	5.852.489
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	444.857	370.385
2.01.01.01	Obrigações Sociais	82.840	53.431
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	362.017	316.954
2.01.02	Fornecedores	438.186	514.517
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	411.992	461.599
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	26.194	52.918
2.01.03	Obrigações Fiscais	362.446	392.113
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	290.718	320.404
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	181.153	215.063
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	108.480	104.090
2.01.03.01.03	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	1.085	1.251
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.523	2.297
2.01.03.02.01	ICMS a Recolher	2.470	2.245
2.01.03.02.02	ICMS Parcelado	53	52
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	69.205	69.412
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	63.961	63.872
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	1.698	2.260
2.01.03.03.03	ISS diferido	3.546	3.280
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.310.107	3.484.916
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	540.540	799.400
2.01.04.02	Debêntures	1.769.567	2.685.516
2.01.05	Outras Obrigações	1.096.662	1.054.542
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	423.940	406.115
2.01.05.02	Outros	672.722	648.427
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	73.388	72.921
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	183.959	181.134
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	199.082	189.055
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	176.675	158.172
2.01.05.02.08	Passivo de Arrendamento	39.618	47.145
2.01.06	Provisões	34.899	35.682
2.01.06.02	Outras Provisões	34.899	35.682
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	34.899	35.682
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	1.016	334
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	1.016	334
2.01.07.01.01	Parcela tarifária do Poder Concedente	1.016	334
2.02	Passivo Não Circulante	30.767.568	26.938.155
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.106.708	23.266.233
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.858.871	7.237.591
2.02.01.02	Debêntures	18.247.837	16.028.642
2.02.02	Outras Obrigações	2.330.819	2.257.565
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	141.419	112.081
2.02.02.02	Outros	2.189.400	2.145.484
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.536	37.110

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.02.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	1.815.815	1.748.175
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	197.553	225.874
2.02.02.02.06	Contas a Pagar - Operações de Derivativos	37.851	8.661
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	101.645	125.664
2.02.03	Tributos Diferidos	2.780.620	918.807
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.780.620	918.807
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.767.995	905.791
2.02.03.01.02	Pis e Cofins diferidos	12.625	13.016
2.02.04	Provisões	549.421	495.550
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	400.062	391.944
2.02.04.01.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários, Previdenciários e contratuais	377.645	363.371
2.02.04.01.07	Impostos e Contribuições a Recolher	19.066	24.947
2.02.04.01.09	Impostos e Contribuições Federais Parcelados	3.351	3.626
2.02.04.02	Outras Provisões	149.359	103.606
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	148.608	102.910
2.02.04.02.05	Provisão para Passivo a Descoberto	751	696
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	11.715.232	8.565.800
2.03.01	Capital Social Realizado	6.022.942	6.022.942
2.03.02	Reservas de Capital	21.955	15.934
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8	-8
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	21.963	15.942
2.03.04	Reservas de Lucros	1.151.378	1.151.378
2.03.04.01	Reserva Legal	655.742	655.742
2.03.04.02	Reserva Estatutária	330.424	330.424
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	165.212	165.212
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.452.473	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	830.115	1.074.508
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	236.369	301.038

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.263.175	3.708.082
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.582.261	-1.726.043
3.02.01	Custos de Construção	-244.609	-268.162
3.02.02	Serviços	-205.109	-271.669
3.02.03	Custos da Outorga	-103.132	-91.094
3.02.04	Depreciação e Amortização	-384.572	-638.795
3.02.05	Custos com Pessoal	-402.871	-284.921
3.02.06	Provisão de Manutenção	-46.806	-13.017
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-68.724	-52.365
3.02.08	Outros Custos	-129.746	-106.020
3.02.09	Operação Assistida / Antecipada	3.308	0
3.03	Resultado Bruto	6.680.914	1.982.039
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-254.353	-210.361
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-280.013	-260.256
3.04.02.01	Serviços	-80.948	-68.592
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-15.759	-17.342
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-107.303	-82.744
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-7.473	-4.164
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-6.040	-7.087
3.04.02.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	-14.274	-14.079
3.04.02.07	Água, luz, telefone, internet e gás	-4.214	-2.988
3.04.02.08	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-2.320	-2.450
3.04.02.09	Aluguéis de imóveis e condomínios	-2.425	-1.865
3.04.02.10	Ressarcimento ao usuário	-100	-111
3.04.02.11	Gastos com viagens e estadias	-3.381	-568
3.04.02.12	Outros	-19.403	-15.780
3.04.02.13	Lei Rouanet, Incentivos audiovisuais e esportivos	-1.882	-11.649
3.04.02.14	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-3.252	-4.671
3.04.02.15	Provisão para perdas MSVia (adesão à Lei 13.448/17)	-10.296	-23.343
3.04.02.16	Termo de Autocomposição, Programa de Incentivo à Colaboração e Acordo de Leniência	-943	-2.823
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-3.454	45.868
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.324	-1.946
3.04.05.01	Outras	-1.324	-1.946
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.438	5.973
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.426.561	1.771.678
3.06	Resultado Financeiro	-878.632	-355.572
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	5.547.929	1.416.106
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.109.536	-571.748
3.08.01	Corrente	-280.835	-217.251
3.08.02	Diferido	-1.828.701	-354.497
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.438.393	844.358
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.438.393	844.358
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.452.473	688.940
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-14.080	155.418

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,70217	0,418
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,70217	0,418

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.438.393	844.358
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-251.394	154.287
4.02.02	Ajuste na Conversão de Controladas no Exterior	-240.951	152.799
4.02.03	Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	-5.215	0
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.773	0
4.02.07	Ajustes na Conversão de Controladas no Exterior - Acionistas não Controladores	-7.001	1.488
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.186.999	998.645
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.208.080	841.739
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-21.081	156.906

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	846.472	736.194
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	993.737	2.107.794
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	3.438.393	844.358
6.01.01.02	Impostos diferidos (IR, CS, ISS, Pis e Cofins)	1.829.095	354.953
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	69.668	69.668
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	360.382	616.417
6.01.01.05	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	18.107	16.551
6.01.01.06	Amortização do Direito de Concessão gerado em Aquisição de Participação	39.949	39.720
6.01.01.07	Variação Cambial sobre Empréstimos, Financiamentos, Derivativos e Fornecedores Estrangeiros	-122.488	4.204
6.01.01.08	Juros e Var.Monetária de Obrig. Poder Concedente, Termo de autocomposição, acordo de leniência e PIC	60.456	59.399
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária s/Debêntures, Notas Promis,Emp. e Fin. e Capitalização Custos Empréstimos	735.073	313.372
6.01.01.10	Estimativa de perda Lei nº 13.448/17	10.296	0
6.01.01.11	Valor justo com Derivativos (fair value option e hedge accounting)	123.426	-19.210
6.01.01.12	Constituição (Reversão) e ajuste a valor presente da Provisão de Manutenção	49.432	16.238
6.01.01.13	Receita de reequilíbrio - AutoBAn	-5.254.058	0
6.01.01.14	Const. (Rev) e atual. monet da prov. para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	21.912	21.061
6.01.01.15	Provisão para perda esperada - contas a receber	1.449	6.105
6.01.01.16	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	21.350	3.535
6.01.01.17	Juros sobre impostos parcelados e mútuo com terceiros	3.316	605
6.01.01.18	Ajuste a valor presente de obrigações com Poder Concedente, ativo financeiro e arrend. mercantil	-328.625	-233.209
6.01.01.19	Equivalência Patrimonial	-30.438	-5.973
6.01.01.20	Rendimento de aplicação financeira	-52.958	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-147.265	-1.371.600
6.01.02.01	Contas a Receber	-78.656	-27.887
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	7.410	2.561
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	12.766	23.349
6.01.02.04	Termo de autocomposição e acordo de leniência	0	-67.763
6.01.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	3.316	3.988
6.01.02.06	Recebimento de ativo financeiro	161.965	69.880
6.01.02.07	Despesas Antecipadas e Outros créditos	-49.250	-58.590
6.01.02.08	Adiantamentos a fornecedores	-18.559	-5.250
6.01.02.09	Ativo financeiro	-23.127	-1.065.056
6.01.02.10	Fornecedores	-88.591	-106.254
6.01.02.11	Fornecedores - Partes Relacionadas	-7.910	-38.760
6.01.02.12	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão IR e CS e Impostos diferidos	254.018	175.944
6.01.02.13	Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	-293.429	-328.560
6.01.02.14	Realização da Provisão de Manutenção	-4.517	-12.827
6.01.02.15	Obrigações com o Poder Concedente	1.239	1.643

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01.02.16	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-7.638	-6.982
6.01.02.17	Obrigações Sociais e Trabalhistas	73.898	19.546
6.01.02.18	Outras Contas a Pagar e Receita diferida	-89.737	49.506
6.01.02.19	Mútuo com terceiros	-463	-88
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.575.313	-201.778
6.02.01	Aplicações Financeiras Líquidas de resgate	-1.278.131	79.857
6.02.02	Aquisição de Ativo Imobilizado	-23.649	-27.777
6.02.03	Adições ao Ativo Intangível	-340.442	-283.816
6.02.04	Outros de Ativo Imobilizado e Intangível	27.988	29.958
6.02.09	AFAC- partes relacionadas	-9	0
6.02.10	Resgates / Aplicações (Conta Reserva)	38.930	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	129.768	-485.706
6.03.01	Resgates / Aplicações (Conta Reserva)	0	1.487
6.03.02	Liquidação de Operações com Derivativos	-18.758	-305
6.03.04	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Captações)	4.303.306	485.926
6.03.05	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamentos de Principal)	-3.761.912	-861.523
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Pagamentos de Juros)	-359.946	-112.134
6.03.07	Mútuos com Partes Relacionadas (Captações)	0	1.800
6.03.11	Participação dos Acionistas não Controladores	-49.941	13.140
6.03.13	AFAC - partes relacionadas	30.413	0
6.03.14	Arrendamento mercantil (pagamentos principal e juros)	-13.394	-14.097
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	37.200	-5
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-561.873	48.705
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.593.600	3.548.987
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.031.727	3.597.692

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762	301.038	8.565.800
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	15.934	1.151.378	0	1.074.508	8.264.762	301.038	8.565.800
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	6.021	0	0	0	6.021	-43.588	-37.567
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	2.971	2.971
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-648	-648
5.04.08	Compra Vantajosa Líquida de Impostos	0	6.021	0	0	0	6.021	0	6.021
5.04.09	Aquisição Participação	0	0	0	0	0	0	-45.911	-45.911
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.452.473	-244.393	3.208.080	-21.081	3.186.999
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.452.473	0	3.452.473	-14.080	3.438.393
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-244.393	-244.393	-7.001	-251.394
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-240.951	-240.951	-7.001	-247.952
5.05.02.06	Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-5.215	-5.215	0	-5.215
5.05.02.07	Tributos s/ Resultado de Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	1.773	1.773	0	1.773
5.07	Saldos Finais	6.022.942	21.955	1.151.378	3.452.473	830.115	11.478.863	236.369	11.715.232

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163	198.599	7.939.762
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.022.942	694	757.070	0	960.457	7.741.163	198.599	7.939.762
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-6.310	-8	0	0	-6.318	11.180	4.862
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	3.541	3.541
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-8	0	0	-8	0	-8
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	-472	-472
5.04.08	Diluição da participação - VLT Carioca	0	-5.363	0	0	0	-5.363	8.111	2.748
5.04.10	Transação de Capital	0	-947	0	0	0	-947	0	-947
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	688.940	152.799	841.739	156.906	998.645
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	688.940	0	688.940	155.418	844.358
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	152.799	152.799	1.488	154.287
5.05.02.06	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	152.799	152.799	1.488	154.287
5.07	Saldos Finais	6.022.942	-5.616	757.062	688.940	1.113.256	8.576.584	366.685	8.943.269

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	8.467.164	3.916.780
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.450.217	3.893.901
7.01.02	Outras Receitas	20.199	27.550
7.01.02.01	Juros capitalizados	20.199	27.550
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.252	-4.671
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-952.447	-916.514
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-384.659	-368.598
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-162.724	-164.894
7.02.04	Outros	-405.064	-383.022
7.02.04.01	Custo de Construção	-244.609	-268.162
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-46.806	-13.017
7.02.04.03	Outorga	-113.649	-101.843
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.514.717	3.000.266
7.04	Retenções	-400.331	-656.137
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-400.331	-656.137
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.114.386	2.344.129
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	518.495	287.855
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.438	5.973
7.06.02	Receitas Financeiras	488.057	281.882
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.632.881	2.631.984
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.632.881	2.631.984
7.08.01	Pessoal	465.384	335.397
7.08.01.01	Remuneração Direta	366.857	273.617
7.08.01.02	Benefícios	77.229	48.354
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.727	10.621
7.08.01.04	Outros	6.571	2.805
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.347.480	790.583
7.08.02.01	Federais	2.250.425	692.196
7.08.02.02	Estaduais	6.177	6.141
7.08.02.03	Municipais	90.878	92.246
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.381.624	661.646
7.08.03.01	Juros	1.360.313	644.961
7.08.03.02	Aluguéis	21.311	16.685
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.438.393	844.358
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.452.473	688.940
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-14.080	155.418

Comentário do Desempenho

\ Resultados do 1º Trimestre de 2022

As Informações Trimestrais da Controladora e as Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (“IASB”), todas aplicadas de maneira consistente com as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 das Informações Trimestrais.

As informações financeiras e operacionais, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de reais, e as comparações são relativas ao 1T21.

As informações pró-forma incluem dados proporcionais das controladas em conjunto. Referidas informações, assim como as informações não-financeiras e outras informações operacionais, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Os totais informados nas tabelas deste *release* podem apresentar pequenas variações, devido a arredondamentos.



\ DESTAQUES 1T22 X 1T21

- O tráfego de veículos consolidado apresentou **crescimento de 5,6%**. Excluindo-se a ViaCosteira, NovaDutra, RioSP e a RodoNorte, o **crescimento** foi de **6,2% no período**.
- O número de passageiros transportados nos aeroportos apresentou **crescimento de 92,4%** no período. Excluindo-se os Blocos Sul e Central o **crescimento** foi de **81,8% no período**.
- O número de passageiros transportados nos negócios de mobilidade apresentou **crescimento de 92,8%** no período. Excluindo-se as Linhas 8 e 9 o **crescimento** foi de **39,7% no período**.
- O EBITDA ajustado apresentou **crescimento de 176%**, com margem de 86,2% (13,4 p.p.). Na mesma base¹, tivemos **aumento de 30,7%**, com margem de 60,4% (0,5 p.p.).
- O **Lucro Líquido foi de R\$ 3.452,5 milhões**, ante lucro de R\$ 688,9 milhões no 1T21. Na mesma base¹, o **Prejuízo Líquido foi de R\$ 89,3 milhões**, ante Lucro Líquido de R\$ 204,2 milhões.
- Em 31 de março de 2022, através de Fato Relevante, a Companhia divulgou que **assinou o Acordo Definitivo**, cujo objeto consiste na prorrogação da vigência do contrato de concessão da AutoBAn até 31/12/2037, estabelecer os valores finais reconhecidos no Acordo Preliminar e, encerrar as ações judiciais relacionadas aos objetos do Acordo Definitivo.
- Em 31 de março de 2022, através de Fato Relevante, a Companhia divulgou que **assinou o TAM nº 25/2022**, cujo objeto consiste na prorrogação da vigência do contrato de concessão da ViaOeste em 380 dias, bem como os novos investimentos referentes ao Novo Acesso ao Município de Osasco e às Obras das Marginais da Rodovia SP-280, entre os kms 23 e 32.
- No dia 19 de abril de 2022, a CCR comunicou aos seus acionistas que, em 29 de abril de 2022, **iniciaria o pagamento dos dividendos**, no valor de aproximadamente R\$ 0,08 por ação ordinária.
- Em função da pandemia da Covid-19, houve impacto na demanda, e consequentemente, nos resultados da CCR no 1T22. Maiores detalhes serão encontrados na nota explicativa nº 1.1 das Informações Trimestrais.

¹. Os ajustes na mesma base estão descritos na seção de comparações na mesma base.

Comentário do Desempenho



\ Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros (R\$ MM)	IFRS		
	1T21	1T22	Var. %
Receita Líquida ¹	3.439,9	8.018,6	133,1%
Receita Líquida mesma base ²	1.838,1	2.386,5	29,8%
EBIT ajustado ³	1.765,7	6.396,1	262,2%
Mg. EBIT ajustada ⁴	51,3%	79,8 %	28,5 p.p.
EBITDA ajustado ⁵	2.504,5	6.912,9	176,0%
Mg. EBITDA ajustada ⁴	72,8%	86,2 %	13,4 p.p.
EBITDA ajustado mesma base ²	1.101,9	1.440,4	30,7%
Mg. EBITDA ajustada mesma base ⁴	59,9%	60,4%	0,5 p.p.
Lucro Líquido	688,9	3.452,5	401,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido mesma base ²	204,2	(89,3)	n.m.
Div. Liq. / EBITDA ajustado últ. 12m. (x)	2,4	1,8	
EBITDA ajustado ⁵ / Juros e Variações Monetárias (x)	7,8	9,4	

1.A receita líquida exclui a receita de construção.

2.Os efeitos na mesma base estão descritos na seção de comparações na mesma base.

3.Calculado somando-se receita líquida, receita de construção, custos dos serviços prestados e despesas administrativas.

4.As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas, excluídas as receitas de construção.

5.Calculado excluindo-se as despesas não-caixa: depreciação e amortização, provisão de manutenção e apropriação de despesas antecipadas da outorga.



\ Comparações na mesma base

Para comparabilidade dos resultados trimestrais, foram realizados ajustes na mesma base excluindo dos períodos confrontados:

- A ViaCosteira, cujo início da arrecadação ocorreu em maio de 2021.
- A RodoNorte, cujo contrato de concessão foi encerrado em novembro de 2021.
- Linhas 8 e 9, cujo início da operação ocorreu em janeiro de 2022.
- Os Blocos Central e Sul de aeroportos, cujo início das operações ocorreram no decorrer de março de 2022.
- A NovaDutra, cujo contrato de concessão foi encerrado em fevereiro de 2022.
- A RioSP, cujo início da operação ocorreu em março de 2022.
- O Aeroporto da Pampulha, cujo contrato de concessão foi assinado em janeiro de 2022.
- **Para comparabilidade dos resultados**, além dos efeitos mencionados acima, também retiramos os impactos do reequilíbrio de R\$ 1,1 bilhão (R\$ 0,73 bilhão líquidos de impostos) da ViaQuatro, reconhecido no 1T21 e R\$ 5,3 bilhões (R\$ 3,5 bilhões líquidos de impostos) na AutoBAn em função do TAM Definitivo reconhecido no 1T22.

Comentário do Desempenho

\ 1º Fórum ESG

Em março tivemos o nosso primeiro Fórum ESG, onde foram apresentados os principais objetivos e resultados do Grupo CCR aos colaboradores e investidores.

Além dos objetivos estratégicos de sustentabilidade, 11 *KPIs* ESG fazem parte da composição da remuneração variável dos executivos e foram desdobrados para a Companhia, reforçando a transparência e o nosso compromisso com a agenda.

Durante a conferência foi enfatizado que entendemos sustentabilidade não apenas como metas de longo prazo, mas principalmente “COMO” implementá-la no dia a dia de todo o Grupo. Por isso, o Plano Diretor ESG é estruturado de forma transversal junto aos Negócios.

Ao longo de 2022, a jornada ESG na CCR passará pela construção das metas SBT (*Science Based Targets*), além de compromissos que serão tornados públicos, por meio de *KPIs* ESG. O alvo da Companhia é se tornar líder do segmento em ESG.

Para acessar a teleconferência e conhecer as apresentações do primeiro fórum ESG: https://ri.ccr.com.br/esg_apresentacoes_e_teleconferencia/

\ Zero emissão de GEE de escopo 2 – BH Airport

O Aeroporto Internacional de BH (AIBH) conquistou a certificação Zero de emissão de GEE de escopo 2 por uso de energia 100% limpa. Ao longo de 2021, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte adquiriu energia elétrica (kWh) de fonte 100% renovável, o que garantiu a conquista da Certificação Cemig REC. O documento comprova que o consumo foi realizado por meio de hidrelétrica, de fonte limpa e segura.

Outro reconhecimento importante ao AIBH foi conferido pelo Programa Aeroportos Sustentáveis, promovido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Na terceira edição do prêmio foram avaliadas as ações sustentáveis implantadas pelos aeroportos ao longo de 2021 e o terminal foi premiado com a classificação no nível “Primeira Classe”, entre o grupo de aeroportos com número igual ou superior a 5 milhões de passageiros atendidos anualmente. Foram avaliados aspectos referentes a ruído aeronáutico, eficiência energética, eficiência hídrica, geração e tratamento de resíduos, mudanças climáticas, qualidade do ar e gestão organizacional.

Saiba mais das nossas ações ESG acesse o nosso relatório anual integrado: <https://www.grupoccr.com.br/ri2021/>

\ Diversidade

O tema é parte do **pilar estratégico de ESG da CCR** desde outubro de 2020 e, agora, está consolidado de forma transversal nos modais da Companhia. Os primeiros resultados estão dispostos nos tópicos abaixo:

- Ação em comemoração ao Dia das Mulheres, com foco na sensibilização de todos os colaboradores do Grupo CCR, abordando o protagonismo das mulheres que integram o quadro de colaboradores e a promoção de debate sobre a importância do acesso às oportunidades para este público.
- Três turmas de Treinamento de Diversidade e Respeito – Cuidando da Qualidade nas Relações para equipes de operações, agentes de atendimento, manutenção, tráfego, arrecadação etc.,

Comentário do Desempenho

alcançando 972 colaboradores. Foram apresentados os principais conceitos, causas da diversidade, a relação e impactos do tema no atendimento ao cliente.

Com o objetivo de alavancar a ocupação de mulheres em posição de liderança, em 2022, a CCR desdobrou uma meta para que mais de 50% das novas vagas em posição de liderança sejam preenchidas por mulheres. Esta meta compõe a remuneração variável de 92% dos executivos.

\ Responsabilidade Social

O Instituto CCR é o responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, coordena projetos e programas com recursos próprios e via leis de incentivo fiscal, nas frentes de Saúde, Educação, Geração de Renda, Cultura e Esporte – sempre com foco em promover a inclusão social e seguindo o propósito de viabilizar que as pessoas possam cuidar melhor dos seus próprios caminhos. Neste trimestre, destacamos os projetos:

Caminhos para a Saúde

O Instituto CCR está ampliando o seu tradicional programa ‘Estrada para a Saúde’, criado há mais de 20 anos. Inicialmente voltado ao acompanhamento da saúde dos caminhoneiros, o programa foi rebatizado e, agora, se chama **Caminhos para a Saúde**, medida que tem o objetivo de marcar a expansão dos serviços gratuitos de saúde para novos modais e novos públicos. Em março, foi realizado o lançamento do programa na unidade Metrô Bahia, com serviços de aferição de pressão, massoterapia e outros.

No primeiro trimestre, o Caminhos para a Saúde participou do lançamento da Ciclo Rota SP CCR em Holambra e Jundiaí, com ação exclusiva de entrega de *kits* lanches, massagem e aferição de pressão. Também iniciou a atuação com a comunidade do entorno, com ações mensais do Cantinho do Desabafo, em parceria com o projeto *Help*, na comunidade Chica Luiza, situada na região da CCR AutoBAN. Em janeiro, durante o evento da ViaMobilidade, que inaugurou um espaço de apoio a entregadores, o Caminhos para a Saúde participou com dois serviços: o Cantinho do Desabafo, para apoiar na saúde mental dos participantes, e o serviço gratuito de corte de cabelo.

O atendimento aos caminhoneiros continua ocorrendo em pontos fixos dos trechos das concessionárias CCR AutoBAN, CCR ViaOeste, CCR RioSP e CCR ViaSul (consultório odontológico), além de itinerantes, na CCR SPVias e CCR ViaSul. Todos os serviços são realizados gratuitamente por uma equipe multidisciplinar.

Números: No 1T22, foram mais de 3 mil pessoas atendidas no programa e 7.822 procedimentos realizados. Nas ações da Parada do Desabafo, foram 1.183 pessoas atendidas e mais de 600 caminhoneiros tiveram seus veículos avaliados nas ações do Check-Up do primeiro trimestre de 2021.

Acompanhe as principais notícias (<https://www.institutoccr.com.br/noticias/saude>)

Caminhos para a Cidadania

O **Caminhos para a Cidadania**, outro projeto proprietário do Instituto CCR, é uma ação social e educativa que promove a formação continuada e o empoderamento de educadores por meio da oferta de materiais pedagógicos e cursos à distância gratuitos. Desde fevereiro estão disponíveis conteúdos, sugestões de atividades, materiais temáticos, jogos, entre outros, gratuitamente no site do programa. Em abril, iniciaremos um curso EaD com a temática Diversidade e Empatia para os educadores.

Comentário do Desempenho

O programa atualmente está presente em cinco estados, nas unidades de negócio: CCR AutoBAn, CCR RioSP, CCR SPVias, CCR ViaLagos, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel, CCR Metrô Bahia, CCR ViaSul, CCR ViaCosteira e ViaRio.

Saiba mais (<https://www.caminhosparaacidania.com.br/>)

Geração de Renda

Uma das principais formas de promover a inclusão social, a geração de renda e o empreendedorismo ganham cada vez mais expressão nas estratégias sociais do Grupo CCR. Nesse sentido, por meio do Instituto CCR, a Companhia apoia iniciativas que contribuem com o desenvolvimento de pequenos empreendedores e com a capacitação de pessoas para o acesso ao mercado de trabalho, focados nas comunidades dos municípios limieiros do Grupo CCR.

Voltado a aceleração de jovens para o acesso ao mercado de trabalho, o projeto **Primeira Jornada** possui quatro jornadas de formações, que contemplam desde desafios para estimular o autoconhecimento, passando por rotinas administrativas e de empreendedorismo, até o desenvolvimento de projetos de impacto social.

Voltado ao empreendedorismo nas comunidades e a capacitação de mulheres, o **Despertando a Empreendedora** terá dois focos: a formação de 300 pessoas que já possuem negócios e quatro formações para cerca de 1.200 pessoas que desejam tirar ideias do papel e empreender.

Elas Na Tech é um curso inédito de tecnologia exclusivamente para mulheres e prevê formações com linguagem simples, ágil e livre de termos que inibam o aprendizado das cerca de 1.300 participantes que desejam se tornar programadoras web.

Números: No 1T22, impactamos cerca de 3 mil pessoas, por meio dos projetos Primeira Jornada, Despertando a Empreendedora e Elas na Tech.

Incentivo Fiscal

O Instituto CCR, braço social da Companhia realiza a gestão do orçamento incentivado das unidades controladas, assegurando conformidade na aplicação das estratégias sociais do Grupo CCR, contribuindo para a transformação social.

Em 2022, a CCR se tornou uma das empresas mantenedoras do Museu do Amanhã, um espaço de ciências aplicadas que explora as oportunidades e os desafios que a humanidade terá de enfrentar nas próximas décadas, a partir das perspectivas da sustentabilidade e da convivência.

Com o apoio do Grupo CCR, celebrado por meio do Instituto CCR, o Museu do Amanhã retoma as visitas gratuitas às terças-feiras, pelo programa Terças Gratuitas, garantindo, nesse dia, o acesso livre de qualquer visitante, além de incentivar a inclusão social.

No primeiro trimestre, o Museu Judaico em São Paulo, patrocinado pelo Grupo CCR, por meio do Instituto, abriu suas portas visando cultivar as diversas expressões, histórias, memórias, tradições e valores da cultura judaica, em diálogo com o contexto brasileiro, com o tempo presente e com as aspirações de seus diferentes públicos.

Comentário do Desempenho



\ Receita Bruta (Sem a Receita de Construção)

No 1T22, em função da assinatura do TAM Definitivo, assinado junto ao Governo do Estado de São Paulo, a AutoBAn teve seu prazo de concessão prorrogado até 31/12/2037, o que gerou reconhecimento de receita de R\$ 5,3 bilhões.

Receita Bruta de Pedágio (R\$ 000)	1T21	1T22	Var. %
AutoBAn	544.831	630.822	15,8%
NovaDutra ¹⁴	278.857	97.178	-65,2%
RodoNorte ⁴	218.484	-	n.m.
ViaLagos	38.016	46.806	23,1%
ViaOeste	250.151	288.278	15,2%
RodoAnel Oeste	68.541	79.815	16,4%
SPVias	170.050	192.404	13,1%
MSVia ²	73.960	39.939	-46,0%
ViaSul	106.862	120.466	12,7%
ViaCosteira ⁴	-	44.300	n.m.
RioSP ⁴	-	96.250	n.m.
Total Receita Bruta de Pedágio	1.749.752	1.636.258	-6,5%
% Receitas Totais	48,3%	19,9%	-28,3 p.p.
% Meios Eletrônicos de Arrecadação	73,4%	77,5%	4,1 p.p.

Outras Receitas Brutas - Rodovias	1T21	1T22	Var. %
Total Outras Receitas Brutas	28.184	5.342.824	18.856,9%
% Receitas Totais	0,8%	65,1%	64,3 p.p.

Outras Receitas Brutas	1T21	1T22	Var. %
ViaQuatro ³	1.219.600	228.764	-81,2%
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	86.625	110.315	27,3%
Metrô Bahia	212.063	259.366	22,3%
VLT Carioca	65.420	59.935	-8,4%
Barcas	8.958	19.218	114,5%
Curaçao	18.041	63.378	251,3%
BH Airport	48.205	76.625	59,0%
TAS	131.899	142.775	8,2%
San José (Aeris)	34.127	83.207	143,8%
Samm	22.865	21.824	-4,6%
Toronto	-	82	n.m.
Linhas 8 e 9 ⁴	-	152.669	n.m.
Bloco Sul ⁴	-	3.336	n.m.
Bloco Central ⁴	-	5.032	n.m.
Total Outras Receitas Brutas	1.847.803	1.226.526	-33,6%
% Receitas Totais	51,0%	14,9%	-36,0 p.p.
Total Receita Bruta Operacional	3.625.739	8.205.608	126,3%

Receita Bruta de Construção	1T21	1T22	Var. %
Total	268.162	244.609	-8,8%

Comentário do Desempenho

1. Devido ao final do contrato de concessão da NovaDutra em fevereiro de 2021, a partir daquela data a receita considerada passou a ser de 42,98% do valor arrecadado, impactando a receita e o cálculo da tarifa média. Conforme o Fato Relevante publicado em 23/02/2021, este contrato de concessão foi estendido até fevereiro de 2022.
2. Devido ao aditivo de relicitação da MSVia em junho de 2021, a partir daquela data a receita considerada passou a ser de 47,3% do valor arrecadado, impactando a receita e o cálculo da tarifa média.
3. No 1T21, houve efeitos não recorrentes na receita da ViaQuatro no valor de R\$ 1,1 Bilhão (Mais detalhes no release de resultados do 1T21).
4. O início ou encerramento das concessões estão descritos na seção de comparações na mesma base.

A título de informação adicional, demonstra-se abaixo a Receita Bruta das controladas em conjunto, registradas na rubrica resultado de equivalência patrimonial.

Receitas Operacionais Brutas de Controladas em Conjunto ¹	1T21	1T22	Var. %
Renovias	43.393	50.432	16,2%
Quito (Quiport)	53.381	79.677	49,3%
ViaRio	24.115	27.390	13,6%
Total²	120.889	157.499	30,3%

1.Participação proporcional incluindo a Receita Acessória e excluindo a Receita de Construção

2.Não considera eliminações

\ Detalhamento de Outras Receitas Brutas dos negócios de Mobilidade (Sem a Receita de Construção)

Receita Bruta (R\$ Mil)	ViaQuatro		Metrô Bahia		Linhas 8 e 9	
	1T21	1T22	1T21	1T22	1T21	1T22
Receita Metroviária	66.361	111.842	114.064	110.132	-	152.669
<i>Receita de Mitigação</i>	-	-	74.079	51.315	-	36.766
<i>Receita Tarifária</i>	66.361	111.842	39.985	58.817	-	115.903
Receitas Acessórias	13.317	12.711	1.545	2.748	-	-
Ativo Financeiro	1.139.861	104.137	96.113	146.419	-	-
Outros	61	74	341	67	-	-
Total Receita Bruta	1.219.600	228.764	212.063	259.366	-	152.669

Receita Bruta (R\$ Mil)	VLT Carioca		ViaMobilidade	
	1T21	1T22	1T21	1T22
Receita Metroviária	8.139	12.106	79.910	104.240
<i>Receita de Mitigação</i>	-	-	31.379	34.274
<i>Receita Tarifária</i>	8.139	12.106	48.531	69.966
Receitas Acessórias	1.639	3.381	6.715	6.075
Ativo Financeiro	55.642	44.448	-	-
Outros	-	-	-	-
Total Receita Bruta	65.420	59.935	86.625	110.315

Comentário do Desempenho



\ Dados Operacionais

	Tráfego/Passageiros			Tarifa média ¹		
	1T21	1T22	Var. %	1T21	1T22	Var. %
Rodovias	Veículos Equivalentes²			Tarifa média¹		
AutoBAN	61.019.933	64.996.997	6,5%	8,9	9,7	8,7%
NovaDutra ^{3,9}	31.784.287	21.715.859	-31,7%	8,8	4,5	-49,0%
RodoNorte ⁹	23.307.609	-	n.m.	9,4	n.m.	n.m.
ViaLagos	2.280.274	2.430.580	6,6%	16,7	19,3	15,5%
ViaOeste	27.079.036	28.646.755	5,8%	9,2	10,1	8,9%
RodoAnel Oeste	31.207.668	31.838.515	2,0%	2,2	2,5	14,1%
SPVias	15.120.473	15.840.232	4,8%	11,2	12,1	8,0%
MSVia ⁴	11.193.502	12.529.295	11,9%	6,6	3,2	-51,7%
ViaSul	23.243.273	25.514.973	9,8%	4,6	4,7	2,6%
ViaCosteira ⁹	-	21.087.080	n.m.	-	2,1	n.m.
RioSP ⁹	-	14.376.971	n.m.	-	6,7	n.m.
Renovias ⁵	4.933.344	5.251.230	6,4%	8,3	9,0	8,6%
ViaRio ⁵	3.128.220	3.502.640	12,0%	7,7	7,8	1,6%
Consolidado IFRS⁶	253.315.091	267.624.012	5,6%	6,9	6,5	-6,5%
Consolidado Pró-forma^{6,7}	261.376.655	276.377.882	5,7%	6,9	6,2	-10,1%
Mobilidade	Passageiros Transportados			Tarifa média¹		
ViaQuatro	23.497.350	34.326.446	46,1%	2,8	3,3	15,6%
<i>Integrados</i>	20.596.631	30.111.766	46,2%	-	-	n.m.
<i>Exclusivos</i>	2.900.719	4.214.680	45,3%	-	-	n.m.
ViaMobilidade	23.836.053	31.763.103	33,3%	2,0	2,2	7,8%
Metrô Bahia	15.174.371	21.226.173	39,9%	2,6	2,8	4,9%
VLT Carioca	2.849.864	3.973.065	39,4%	2,9	3,0	6,6%
Linhas 8 e 9 ⁹	-	34.729.595	n.m.	-	3,3	n.m.
Barcas	1.364	1.971	44,5%	6,6	7,2	8,8%
Consolidado	65.359.002	126.020.353	92,8%			
Aeroportos	Passageiros Embarcados			Tarifa média¹		
Doméstico	Passageiros Embarcados			Tarifa média¹		
BH Airport (R\$)	738.391	1.007.645	36,5%	23,4	27,5	17,5%
Curaçao (USD)	9.427	18.411	95,3%	25,2	30,3	20,4%
Quiport (USD)	85.444	219.351	156,7%	13,0	13,1	0,6%
Bloco Central (R\$) ⁹	-	93.489	n.m.	-	32,6	n.m.
Bloco Sul (R\$) ⁹	-	33.513	n.m.	-	34,4	n.m.
Internacional	Passageiros Embarcados			Tarifa média¹		
BH Airport (R\$)	5.410	21.558	298,5%	57,7	62,0	7,4%
San José (USD) ⁸	227.502	584.793	157,0%	31,1	30,8	-0,9%
Curaçao (USD)	32.929	124.275	277,4%	48,3	63,6	31,6%
Quiport (USD)	91.005	187.262	105,8%	50,4	51,8	2,8%
Consolidado	1.190.108	2.290.297	92,4%			

Comentário do Desempenho

1. A tarifa média para os negócios de (i) Rodovias é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número de veículos equivalentes de cada concessionária, (ii) para mobilidade e aeroportos considera-se apenas as receitas tarifárias e os passageiros transportados e embarcados, respectivamente. E ainda, os valores das tarifas médias para o aeroporto de BH são informados em reais, e para os demais aeroportos, em dólares.
2. Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando-se aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus), multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.
3. Devido ao final do contrato de concessão da NovaDutra em fevereiro de 2021, a partir daquela data a receita considerada passou a ser de 42,98% do valor arrecadado, impactando a receita e o cálculo da tarifa média. Conforme o Fato Relevante publicado em 23 de fevereiro de 2021, este contrato de concessão foi estendido até fevereiro de 2022.
4. Devido à assinatura do aditivo de relicitação da MSVia em junho de 2021, a partir daquela data a receita considerada passou a ser de 47,3% do valor arrecadado, impactando a receita e o cálculo da tarifa média.
5. As quantidades de veículos equivalentes da Renovias e da ViaRio referem-se às participações de 40% e 66,66%, respectivamente.
6. No consolidado da CCR, a ViaOeste, que cobra pedágio em apenas um sentido da rodovia, apresenta o seu volume de tráfego duplicado, para se ajustar àquelas que adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que a cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.
7. Para o cálculo do consolidado pró-forma, considera-se as empresas controladas em conjunto para o segmento de rodovias: Renovias (40%) e ViaRio (66,66%).
8. Para o Aeroporto Internacional de San José, as tarifas demonstradas não estão descontadas da participação do governo de 35,2%. As receitas demonstradas no quadro de receitas das controladas estão líquidas dessa participação. Este aeroporto não possui receita de taxa de embarque de passageiros domésticos.
9. O início ou encerramento das concessões estão descritos na seção de comparações na mesma base.



\ Rodovias

O crescimento expressivo do tráfego de veículos leves na comparação entre o 1T22 x 1T21 deve-se, em parte, a uma base de comparação distorcida pelo início da 2ª onda da Covid-19 que ocorreu durante o 1T21 e, pelo avanço, em 2022, da retomada contínua das atividades presenciais.

Em relação ao tráfego de veículos comerciais, houve na MSVia, um crescimento expressivo, principalmente, em função da antecipação da colheita e escoamento da soja, além da importação de fertilizantes.

Composição do Mix de Veículos Equivalentes

Veículos Equivalentes	1T21		1T22	
	Leves	Comerciais	Leves	Comerciais
AutoBAN	40,2%	59,8%	44,0%	56,0%
NovaDutra	31,5%	68,5%	34,3%	65,7%
RodoNorte	20,3%	79,7%	-	-
ViaLagos	83,5%	16,5%	82,6%	17,4%
ViaOeste	54,4%	45,6%	56,5%	43,5%
Renovias	49,1%	50,9%	51,9%	48,1%
RodoAnel Oeste	50,3%	49,7%	51,8%	48,2%
SPVias	28,8%	71,2%	31,0%	69,0%
MSVia	21,0%	79,0%	19,5%	80,5%
ViaRio	92,5%	7,5%	92,8%	7,2%
ViaSul	47,1%	52,9%	48,8%	51,2%
ViaCosteira	-	-	43,2%	56,8%
RioSP	-	-	34,4%	65,6%
Consolidado pró-forma¹ CCR	42,3%	57,7%	46,3%	53,7%

1. Inclui tráfego da Renovias e ViaRio.

Comentário do Desempenho



\ Mobilidade Urbana

O aumento do número de passageiros nos negócios de mobilidade observada no 1T22 em relação ao mesmo período do ano anterior é reflexo da retomada contínua das atividades presenciais, de medidas de isolamento social mais brandas e de uma base de comparação afetada pela pandemia no mesmo período de 2021. Contudo, ressalta-se que o efeito da Covid-19 continua impactando diretamente o setor de mobilidade, que ainda registra demanda inferior ao período pré-pandemia.



\ Aeroportos

O aumento dos voos e do número de passageiros observado em relação ao mesmo período do ano anterior é reflexo de uma série de medidas de isolamento social menos restritivas e da retomada contínua das atividades presenciais que recuperaram a confiança do passageiro em viajar. Contudo, ressalta-se que os efeitos da pandemia da Covid-19 continuam impactando diretamente o setor aeroportuário, que ainda registra demanda inferior ao período pré-pandemia.

Mix de Receitas dos Aeroportos no Trimestre



\ Custos Totais

Os custos totais apresentaram redução de 3,9% no 1T22 em relação ao 1T21, atingindo R\$ 1.867,1 milhões. Na mesma comparação, os custos caixa na mesma base totalizaram R\$ 946,1 milhões, aumento de 28,5%. Considerando apenas os ativos mesma base no Brasil, os custos caixa apresentaram aumento de 23,1% no período (IPCA de 11,3% no período).

Custos (R\$ MM)				Mesma base		
	1T21	1T22	Var. %	1T21	1T22	Var. %
Custos Totais¹	(1.942,4)	(1.867,1)	-3,9%	(1.252,6)	(1.666,1)	33,0%
Depreciação e Amortização	(656,1)	(400,3)	-39,0%	(323,4)	(389,3)	20,4%
Despesas Antecipadas	(69,7)	(69,7)	0,0%	(69,7)	(69,7)	0,0%
Custo de Construção	(268,2)	(244,6)	-8,8%	(113,0)	(214,2)	89,6%
Provisão de Manutenção	(13,0)	(46,8)	260,0%	(10,3)	(46,8)	354,4%
Serviços de Terceiros	(340,3)	(286,1)	-15,9%	(190,9)	(224,5)	17,6%
Custo de Outorga	(21,4)	(33,5)	56,5%	(21,4)	(33,5)	56,5%
Custo com Pessoal	(367,7)	(510,2)	38,8%	(347,9)	(438,5)	26,0%
Outros Custos	(206,0)	(275,9)	33,9%	(176,0)	(249,7)	41,9%
Custos caixa (total)	(935,4)	(1.105,7)	18,2%	(736,2)	(946,1)	28,5%
Custos caixa (Ativos Nacionais)	(788,6)	(896,0)	13,6%	(569,2)	(700,6)	23,1%

1. Custos Totais: Custos dos Serviços Prestados + Despesas Administrativas + Outras Despesas e Receitas Operacionais.

Comentário do Desempenho

Os principais motivos das variações do 1T22 em relação ao 1T21 são discutidos a seguir:

Depreciação e Amortização: Houve redução de 39% (R\$ 255,8 milhões). No 1T22, a Via Costeira, Blocos Sul e Central, Linhas 8 e 9 e RioSP, contribuíram com R\$ 11 milhões, já no 1T21, a RodoNorte, NovaDutra e ViaCosteira contribuíram com \$ 332,7 milhões. Na mesma base, o aumento de 20,4% ocorreu, principalmente, na ViaOeste, em função do Acordo Preliminar firmado com o Estado de São Paulo no final do 2T21.

Despesas Antecipadas: Manteve-se estável na comparação trimestral, refletindo a contabilização das outorgas fixas pagas antecipadamente na ViaLagos, AutoBAn, RodoAnel Oeste e ViaOeste, apropriadas ao resultado no decorrer do prazo remanescente das concessões.

Custo de Construção: Houve redução de 8,8% (R\$ 23,6 milhões). No 1T22, foram incorridos custos de R\$ 30,4 milhões a Via Costeira, Blocos Sul e Central, Linhas 8 e 9 e RioSP, já no 1T21, NovaDutra, RodoNorte e ViaCosteira, contribuíram com R\$ 155,2 milhões. Na mesma base de comparação, o aumento de 89,6% ocorreu, principalmente, devido ao maior nível de investimentos na ViaSul e ViaOeste, seguindo o cronograma de investimentos acordado com os Poderes Concedentes. (Informações sobre os investimentos do trimestre estão disponíveis na seção de Investimentos).

Provisão de Manutenção: Os valores foram provisionados conforme a periodicidade das obras de manutenção, a estimativa dos custos e a correspondente apuração do valor presente. A variação desta linha deveu-se, principalmente, às provisões realizadas na AutoBAn e SPVias, nos valores de R\$ 22,8 milhões e R\$ 13,4 milhões, respectivamente, em função da assinatura do Acordo Coletivo Definitivo, em 31 de março de 2022.

Serviços de Terceiros: Houve queda de 15,9% (R\$ 54,2 milhões). No 1T22, foram incorridas despesas de R\$ 61,6 milhões na NovaDutra, RodoNorte, ViaCosteira, RioSP, Blocos Central e Sul e Linhas 8 e 9, já no 1T21, foram incorridas despesas de R\$ 149,3 milhões na ViaCosteira, RodoNorte e NovaDutra. Na mesma base, houve aumento de 17,6% em razão, majoritariamente, dos estudos e consultorias para novos negócios (R\$ 12,5 milhões) e da manutenção de pavimento na MSVia (R\$ 10,2 milhões), em função da assinatura do aditivo de relicitação.

Custo da Outorga: Houve aumento de 56,5% (R\$ 12,1 milhões). A variação reflete o aumento das outorgas variáveis, em consequência do aumento de receitas aeroportuárias, principalmente, em BH Airport e Curação.

Custo com Pessoal: Na mesma base de comparação, houve aumento de 26% explicado, majoritariamente, em razão (i) do efeito da PLR refletindo o resultado consolidado positivo de 2021 ante 2020, e (ii) da reversão parcial de R\$ 10 milhões no 1T21 do valor provisionado para dissídio de 2017 a 2020 em Barcas (maiores detalhes no Release 1T21). Levando em conta apenas os ativos mesma base no Brasil, houve aumento de 38,5%.

Considerando todos os ativos, houve aumento de 38,8% (R\$ 142,5 milhões) principalmente devido ao impacto da PLR no 1T22 de R\$ 101 milhões, ante efeito de R\$ 20,4 milhões no 1T21. Na NovaDutra, RioSP, Pampulha, RodoNorte, ViaCosteira, Blocos Central e Sul e Linhas 8 e 9, foram incorridas despesas de R\$ 71,7 milhões, já no 1T21, o valor foi de R\$ 19,8 milhões na RodoNorte, NovaDutra e ViaCosteira.

Outros: (materiais, seguros, alugueis, marketing, viagens, combustível e outros gastos gerais): Apresentou aumento de 33,9% (R\$ 69,9 milhões). No 1T22, foram incorridas despesas de R\$ 26,3 milhões na NovaDutra, RodoNorte, Pampulha, ViaCosteira, Blocos Central e Sul, Linhas 8 e 9 e RioSP, já no 1T21, foram incorridos R\$ 30,1 milhões na NovaDutra, RodoNorte e ViaCosteira. Na mesma base de comparação, houve aumento de 41,9% em razão, majoritariamente, do recebimento de R\$ 38,4 milhões no 1T21, referente ao *Cares Act* pela TAS, o que não se repetiu no 1T22. Considerando apenas os ativos mesma base no Brasil, o aumento da rubrica foi de 9,2%.

Comentário do Desempenho

\ Resultados por Segmento

Receita Bruta ¹ (R\$ milhões)	1T21	1T22	Var. %
Rodovias ³	2.012,0	7.142,4	255,0%
Aeroportos ²	246,1	400,0	62,5%
Mobilidade ³	1.613,0	887,8	-45,0%
Outros	91,8	88,1	-4,0%
Eliminações	(69,0)	(68,1)	-1,3%
Receita Bruta	3.893,9	8.450,2	117,0%
EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	1T21	1T22	Var. %
Rodovias ³	1.108,4	6.402,5	477,6%
Aeroportos ²	36,5	80,7	121,1%
Mobilidade ³	1.390,2	527,5	-62,1%
Outros	(25,5)	(86,4)	238,8%
Eliminações	(5,2)	(11,4)	119,2%
EBITDA Ajustado	2.504,5	6.912,9	176,0%

1.Inclui a receita de construção

2.Considera a TAS (Total Airport Services)

3.Considera receita de reequilíbrio de R\$ 1,1 Bilhão na ViaQuatro no 1T21 e de R\$ 5,3 Bilhões na AutoBA no 1T22.

\ Reconciliação do EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)	1T21	1T22	Var. %
Lucro Líquido	688,9	3.452,5	401,2%
(+) IR & CSLL	571,7	2.109,5	269,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	355,6	878,6	147,1%
(+) Depreciação e Amortização	656,1	400,3	-39,0%
EBITDA (a)	2.272,4	6.840,9	201,0%
Mg. EBITDA (a)	61,3%	82,8 %	21,5 p.p.
(+) Despesas Antecipadas (b)	69,7	69,7	0,0%
(+) Provisão de Manutenção (c)	13,0	46,8	260,0%
(-) Equivalência Patrimonial	(6,0)	(30,4)	406,7%
(+) Part. de Acionistas não Controladores	155,4	(14,1)	n.m.
EBITDA ajustado	2.504,5	6.912,9	176,0%
Mg. EBITDA ajustada (d)	72,8%	86,2 %	13,4 p.p.

a.Cálculo realizado segundo Instrução CVM nº 527/2012 que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

b.Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, que é ajustada, pois se trata de item não-caixa nas demonstrações financeiras.

c.A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR, e trata-se de item não-caixa nas demonstrações financeiras.

d.A margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais.

Comentário do Desempenho

\ Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	1T21	1T22	Var. %
Resultado Financeiro Líquido	(355,6)	(878,6)	147,1%
Resultado com Operação de <i>Hedge</i>	(169,3)	(150,5)	-11,1%
Valor Justo de Operação com <i>Hedge</i>	188,5	27,1	-85,6%
Var. Monetária sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(65,6)	(69,8)	6,4%
Var. Cambial s/ Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Derivativos e Fornec.	(4,2)	122,5	n.m.
Var. Monetária sobre Obrigações com o Poder Concedente	(57,1)	(59,8)	4,7%
AVP da Prov. de Manutenção e das Obrig. com Poder Concedente	(14,0)	(13,1)	-6,4%
Juros sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(275,3)	(685,4)	149,0%
Capitalização s/ Empréstimos	27,6	20,2	-26,8%
Rendimento sobre Aplicação Financeira e Outras Receitas	54,5	158,5	190,8%
Outras receitas e despesas financeiras ¹	(40,6)	(228,2)	462,1%

1.Outros: Comissões, taxas, impostos, multas, juros sobre impostos e outros.

Principais indicadores	1T21	1T22
CDI anual médio	2,02%	10,27%
IGP-M acumulado	8,26%	5,49%
IPC-A acumulado	2,05%	3,20%
TJLP anual médio	4,39%	6,08%
Câmbio médio (R\$ - USD)	5,48	5,23

A **ViaMobilidade** possui operação de *swap*, trocando integralmente o fluxo da dívida de 9,76% a.a. PRÉ para CDI + 1,44% a.a.

A **SPVias** possui operação de *swap*, trocando integralmente o fluxo da dívida de 115% do CDI para CDI + 0,40% a.a.

O **RodoAnel Oeste** possui operação de *swap*, trocando parcialmente o fluxo da dívida (50%) de 120% do CDI para CDI + 0,99% a.a.

A **CCR** possui três operações de *swap*

- i) operação de *swap* de taxa de juros trocando integralmente o fluxo da dívida de IPCA+ 4,25% a.a. para CDI + 1,76% a.a.
- ii) operação de *swap* de taxa de juros trocando integralmente o fluxo da dívida de IPCA+ 4,88% a.a. para CDI + 1,37% a.a. e CDI + 1,38% a.a.
- iii) operação de *swap* cambial, trocando integralmente o fluxo da dívida de IPCA+ 6,00% a.a. para CDI + 1,80% a.a.

Os principais motivos das variações do 1T22 são explicados a seguir:

As variações das linhas Resultado com operações de *hedge* e Valor justo de operação com *hedge*, refletem o valor justo dos financiamentos captados pela (i) ViaMobilidade em abril de 2020, e (ii) pela CCR em dezembro de 2017, dezembro de 2020 e junho de 2021, assim como o cálculo do valor justo dos *swaps* a eles vinculados.

O aumento na linha de **variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures** ocorreu, majoritariamente, devido ao aumento do saldo de dívida indexada ao IPCA em 32,2%, somado ao aumento de 1,15 p.p. do índice entre os períodos comparados.

Comentário do Desempenho

O aumento das **despesas com variação cambial sobre a dívida bruta, derivativos e fornecedores** reflete, principalmente, à contratação de empréstimo em moeda estrangeira através da lei nº 4.131/1962 em agosto de 2021 na CCR Holding, com saldo devedor de R\$ 669 milhões.

A linha de **variação monetária sobre obrigações com o Poder Concedente** representa a variação monetária (IPC-A) sobre a outorga de BH Airport. O aumento deveu-se aos efeitos do cálculo da variação monetária sobre o saldo, apesar do menor IPCA verificado entre dezembro 2021 e fevereiro de 2022, no total de 2,28% versus 2,46%, verificados entre dezembro 2020 e fevereiro de 2021, que são os períodos considerados para a atualização do saldo de outorga no 1T22 e 1T21, respectivamente.

Os ajustes a valor presente de provisão de manutenção e obrigações com os Poderes Concedentes apresentaram redução de 6,4% devido, principalmente, em função da assinatura do aditivo de relicitação da MSVia.

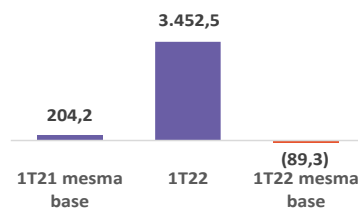
O **item de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures** apresentou aumento de 149%, principalmente, em função do maior CDI anual médio, aumento de 8,25 p.p., entre os períodos comparados, e ainda, ao maior endividamento da Companhia, 39,4% superior quando comparado ao 1T21.

A linha de **capitalização de custos dos empréstimos** apresentou redução de 26,8% devido, majoritariamente, à menor capitalização de juros na ViaQuatro, compensado parcialmente pela maior capitalização nas Linhas 8 e 9.

A rubrica de **rendimentos sobre aplicações financeiras e outras receitas** apresentou aumento de 190,8% no 1T22 em relação ao 1T21, devido principalmente, ao impacto causado pela elevação do CDI anual médio em (8,25 p.p.) no período.

O item de **outras receitas e despesas financeiras** apresentou aumento de 462,1%, em função, principalmente, do efeito não recorrente do custo de transação referente ao pré-pagamento dos *Senior Notes* e da nova captação na Aeris (R\$ 105,5 milhões), reduzindo o custo da dívida de PRÉ 7,25% a.a para SOFR + 4,60% a.a, e da atualização monetária do excedente tarifário da MSVia (R\$ 60 milhões), após a assinatura do aditivo de relicitação, que ocorreu em junho de 2021.

\ Lucro Líquido



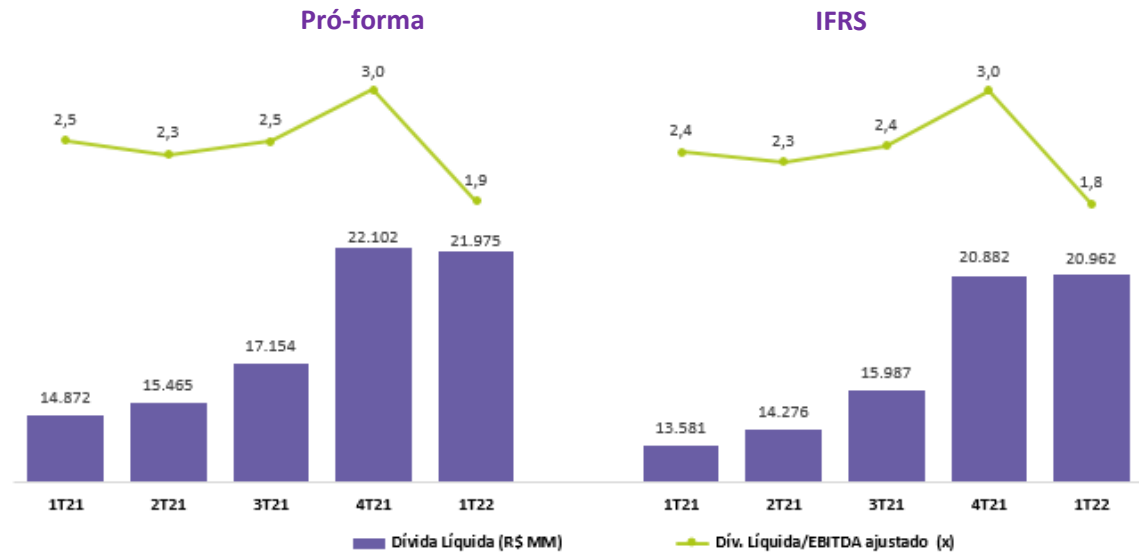
O Lucro Líquido consolidado foi de R\$ 3.452,5 milhões no 1T22. Na mesma base¹, o Prejuízo Líquido foi de R\$ 89,3 milhões, ante o Lucro Líquido de R\$ 204,2 milhões no mesmo período do ano anterior.

1.Os efeitos na mesma base estão descritos na seção de comparações na mesma base

Comentário do Desempenho

\ Endividamento

A Dívida Líquida consolidada (IFRS) atingiu R\$ 21 bilhões em março de 2022 e o indicador Dívida Líquida/EBITDA ajustado¹ (últimos 12 meses) atingiu 1,8x, conforme mostra o gráfico a seguir:



1. Calculado excluindo-se as despesas não-caixa: depreciação e amortização, provisão de manutenção e apropriação de despesas antecipadas da outorga.

Captações Ocorridas no Trimestre

No 1T22 ocorreram as seguintes captações e refinanciamentos:

Empresa	Emissão	Valor (R\$ MM)	Dívida	Custo Médio	Vencimento
Pampulha	jan/22	10,0	CCB	CDI + 2,20% a.a.	jul/24
SPVias	fev/22	160,0	11ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,90% a.a.	fev/27
CCR	fev/22	1.700,0	16ª Emissão - 1ª Série de Debêntures	CDI + 1,70% a.a.	jan/29
CCR	fev/22	1.716,0	16ª Emissão - 2ª Série de Debêntures	IPCA + 6,437% a.a.	jan/36
Bloco Sul	mar/22	111,0	2ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	abr/24
Bloco Central	mar/22	71,0	2ª Emissão de Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	abr/24
Total		3.768,0			

Empresa	Emissão	Valor (USD\$ MM)	Dívida	Custo Médio	Vencimento
AERIS	fev/22	130,0	LOAN AGREEMENT	SOFR + 4,60% a.a.	dez/25
Total		130,0			

Comentário do Desempenho

Evolução do Endividamento

(R\$ MM)	Mar/21	Dez/21	Mar/22
Dívida Bruta¹	19.661,8	26.751,0	27.417,0
% Moeda Nacional	95%	94%	95%
% Moeda Estrangeira	5%	6%	5%
Curto Prazo	4.836,5	3.485,0	2.310,0
% Moeda Nacional	98%	95%	99%
% Moeda Estrangeira	2%	5%	1%
Longo Prazo	14.825,4	23.266,0	25.107,0
% Moeda Nacional	94%	94%	94%
% Moeda Estrangeira	6%	6%	6%
Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras²	6.177,0	5.779,0	6.502,0
% Moeda Nacional	92%	93%	94%
% Moeda Estrangeira	8%	7%	6%
Ajuste de Swap a Receber (Pagar)³	(96,6)	90,0	(47,0)
Dívida Líquida	13.581,4	20.882,0	20.962,0

1.A dívida bruta está reduzida dos custos de transação, incorridos na estruturação dos respectivos instrumentos financeiros, e mensurada a valor justo, quando aplicável.

2.Considera-se apenas os valores do ativo circulante (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras)

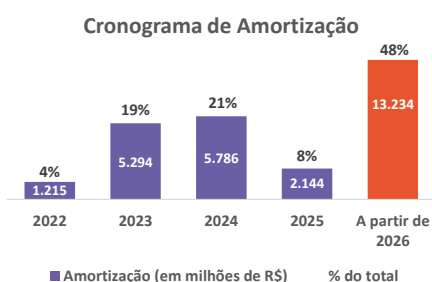
3.Ajuste de swap no período.

Composição da Dívida¹

Composição da Dívida (R\$ MM) - Sem Hedge	Indexador	Custo Médio ao ano	Sem Hedge		Com Hedge	
			Valores	%	Valores	%
BNDES	TJLP	TJLP + 0,0% - 4,0% a.a.	6.006,2	21,7%	6.006,2	21,7%
Debêntures, CCB e outros	CDI	115% - 120,0% do CDI, CDI + 0,4050% - 2,90% a.a.	15.813,5	57,1%	18.506,8	66,9%
Debêntures	IPCA	IPCA + 4,25% - 7,07% a.a.	3.660,7	13,2%	2.292,8	8,3%
USD	USD	4,2% a.a. - 12% a.a. - SOFR + 4,60% a.a.	1.421,8	5,1%	829,3	3,0%
Outros	Pré fixado	6,14% a.a. - 9,76% a.a.	771,4	2,8%	38,6	0,1%
Total			27.673,6	100,0%	27.673,6	100,0%

1.Os valores não estão reduzidos dos custos de transação e não estão mensurados a valor justo.

Cronograma de amortização¹ (IFRS)



O cronograma de amortização da CCR, demonstra o perfil de longo prazo e sem concentrações da dívida da Companhia, cerca de 48% das amortizações terão vencimento a partir de 2026, e apenas 4% para o ano de 2022. No 1T22 a dívida total foi de R\$ 27,7 bilhões.

Como informação adicional, em 31 de março de 2022, a exposição líquida referente ao fornecimento em dólar das empresas com receitas em reais era de US\$ 29,6 milhões, referente às concessionárias ViaQuatro, Metrô Bahia e Linhas 8 e 9.

Neste mesmo período, a dívida bruta pró-forma era de R\$ 28,9 bilhões, incluindo as empresas não controladas (sem custo de transação e sem MTM).

Comentário do Desempenho

\ Investimentos e Manutenção

No 1T22, os investimentos realizados (incluindo o ativo financeiro), somados à manutenção, atingiram R\$ 313,9 milhões.

R\$ MM (100%)	Ativo Imobilizado e Intangível			Manutenção Realizada	Ativo Financeiro ¹	Total
	Obras de Melhorias	Equipamentos e Outros	Total	Custo com Manutenção		
	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22
ViaLagos	0,2	0,3	0,5	-	-	0,5
RodoNorte	0,1	-	0,1	-	-	0,1
AutoBAn	5,8	1,0	6,8	-	-	6,8
ViaOeste	29,3	1,1	30,4	-	-	30,4
ViaQuatro	10,5	0,6	11,1	-	-	11,1
RodoAnel Oeste	3,5	-	3,6	4,5	-	8,1
Samm	0,1	2,2	2,3	-	-	2,3
SPVias	1,6	1,3	2,9	-	-	2,9
San José - Aeris	7,5	0,3	7,8	-	-	7,8
CAP	0,8	-	0,8	-	-	0,8
Barcas	-	0,1	0,1	-	-	0,1
VLT Carioca	19,3	0,1	19,3	-	-	19,3
Metrô Bahia	4,7	0,9	5,5	-	-	5,5
BH Airport	13,8	0,6	14,4	-	(9,9)	4,5
MSVia	8,1	0,4	8,6	-	-	8,6
TAS	0,1	0,1	0,3	-	-	0,3
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	6,7	1,1	7,8	-	-	7,8
Quicko	-	-	-	-	-	-
ViaSul	106,2	3,8	110,0	-	-	110,0
ViaCosteira	10,0	1,7	11,8	-	-	11,8
Bloco Sul ³	10,5	1,3	11,8	-	-	11,8
Bloco Central ³	9,8	1,3	11,0	-	-	11,0
Linhas 8 e 9 ³	42,9	1,7	44,6	-	-	44,6
RioSP	0,6	4,4	5,0	-	-	5,0
Outras ²	3,6	(0,7)	2,8	-	-	2,8
Consolidado	295,7	23,6	319,3	4,5	(9,9)	313,9

1.Os investimentos realizados pela Companhia, que serão recebidos dos Poderes Concedentes como contraprestação pecuniária ou aporte, compõem o ativo financeiro.

2.Inclui CCR e CPC.

As concessionárias que mais investiram no trimestre foram: **ViaSul, Linhas 8 e 9 e ViaOeste.**

Na ViaSul, houve desembolsos, principalmente, com duplicações em trechos da BR-386, recuperação de pavimento, finalização de obras e equipamentos de tecnologia e sinalizações. Nas Linhas 8 e 9, houve desembolsos, principalmente, pela compra de equipamentos. Já os investimentos da ViaOeste foram focados na duplicação em diversos trechos da Rodovia Raposo Tavares.

No 1T22, houve o **recebimento de R\$ 72,5 milhões** referentes a contraprestações do Poder Concedente no Metrô Bahia.

Como informação adicional, os investimentos nas controladas em conjunto foram realizados conforme o quadro a seguir:

Comentário do Desempenho

Os investimentos das controladas em conjunto, somados à manutenção, totalizaram R\$ 2,6 milhões no 1T22.

R\$ MM	Ativo Imobilizado e Intangível - Controladas em Conjunto			Manutenção Realizada - Controladas - Custo com Manutenção	Ativo Financeiro ¹ Controladas em Conjunto	Total
	Obras de Melhorias	Equipamentos e Outros	Total			
	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22	1T22
Renovias (40%)	0,2	0,3	0,5	-	-	0,5
ViaRio (66,66%)	0,4	-	0,4	-	-	0,4
Quito - Quiport (46,5%)	1,6	0,2	1,7	-	-	1,7
Total	2,2	0,5	2,6	-	-	2,6

1.Os investimentos realizados, que serão recebidos dos poderes concedentes como contraprestação pecuniária ou aporte, compõem o ativo financeiro.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2022

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A CCR S.A. ("CCR" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, Capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na BM&F Bovespa (B3 ou B3 - Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla "CCRO3".

Neste trimestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, exceto para o abaixo descrito:

- **Compra de participação acionária - Barcas**

Em 7 de fevereiro de 2022, a Companhia e a sua controlada CPC de um lado e, de outro, a SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda. e suas afiliadas, Auto Viação 1001 Ltda., Rodomar Participações Ltda., Figueira Investimentos Ltda. e Riopar Participações S.A., celebraram o Contrato de compra e venda de ações, Cessão de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual pactuaram, entre outras matérias, a alienação, pela SPTA, da totalidade das ações de emissão da Barcas S.A. – Transportes Marítimos de sua titularidade à CPC, que representam 20%, bem como a cessão da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Figueira e Riopar à CCR, em razão dos mútuos concedidos para financiar a operação deficitária da Barcas.

Esta transação está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, entre outras, a autorização do Estado do Rio de Janeiro, na condição de Poder Concedente; do CADE e do juízo da 7ª Vara Federal Criminal da Subseção do Rio de Janeiro. O fechamento da transação implicará na consolidação do controle acionário pela CPC, que passará a deter 100% da concessionária.

- **Constituição de subsidiária integral - Four Trilhos**

Em 14 de março de 2022, foi constituída a Four Trilhos Administração e Participações S.A. (Four Trilhos), subsidiária integral da ViaQuatro, com o objetivo de explorar as receitas de publicidade, locação de espaço e utilização de infraestrutura da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

- **Termos Aditivos nºs 5 e 6 - VLT Carioca**

Em 29 de março de 2022, foram celebrados os Termos Aditivos nºs 5 e 6 ao contrato de concessão, entre o VLT Carioca e o município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Infraestrutura e, tendo como interveniente-anuente, a CDURP (Poder Concedente).

O Termo Aditivo nº 5 teve por objeto a inclusão no escopo do contrato de concessão, das diretrizes para a transferência, do Poder Concedente para a concessionária, de implantação, operação e manutenção (i) do terminal de integração denominado Terminal Intermodal Gentileza (TIG), situado no encontro da Rua Santos Lima com a Avenida Brasil até a sua conexão com a Avenida Francisco Bicalho; e (ii) da extensão do sistema do VLT Carioca, desde a Rua do Equador, em frente a área de desembarque da Rodoviária Novo Rio, até a área do antigo Gasômetro, cruzando a Avenida Francisco Bicalho e o Canal do Mangue

Notas Explicativas

(Extensão VLT), onde será implantado o TIG, viabilizando a integração entre o BRT Transbrasil, o VLT Carioca e o sistema de ônibus alimentadores.

O Termo Aditivo nº 6 teve por objeto a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, através do encontro de ativos e passivos regulatórios, contemplando também o reperfilamento dos recebíveis junto ao Poder Concedente. O efeito no resultado antes dos impostos foi de R\$ 14.609 mil.

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 1/2022 (Acordo Definitivo) – AutoBAN, ViaOeste e SPVias**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado o Acordo Definitivo entre as controladas indiretas AutoBAN, SPVias e ViaOeste e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da ARTESP.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 1/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irretroatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) reconhecer o saldo remanescente de desequilíbrio em favor da AutoBAN; e (iv) promover o reequilíbrio econômico-financeiro mediante prorrogação do prazo de vigência do contrato de concessão da AutoBAN em 3.911 dias, encerrando-se em 31/12/2037, e (v) estabelecer que a ViaOeste assumirá a execução de novos investimentos.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

- **Termo Aditivo Modificativo nº 25 - ViaOeste**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado Termo Aditivo e Modificativo nº 25/2022 ao contrato de concessão, entre a ViaOeste e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da Artesp, onde a concessionária assumiu a execução de novos investimentos referentes ao Novo Acesso ao Município de Osasco e às Obras das Marginais da Rodovia SP-280, entre os kms 23 e 32, sendo que a concessionária foi reequilibrada financeiramente por meio da prorrogação do término da concessão em 380 dias, passando para 13 de fevereiro de 2024.

2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças de políticas conforme descrito abaixo, que descreve sobre a contabilização de transações relacionadas a desequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia.

Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia não reconhecia em suas demonstrações financeiras ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos

Notas Explicativas

decorrentes de reequilíbrios econômicos, para os quais não existem obrigações de performance associadas junto ao Poder Concedente, sendo apenas alterada a estimativa contábil da amortização do intangível existente considerando o novo prazo de extensão.

Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente de acordo com as características mencionadas acima, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Sobre o valor contabilizado no resultado, constituiu-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A Administração entendeu que uma melhor apresentação dos impactos econômicos destas transações deveriam ser refletidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia de modo a propiciar que os seus usuários pudessem ter uma melhor compreensão de seus reflexos.

Os efeitos decorrentes desta nova prática foram avaliados em transações similares anteriormente realizadas entre a Companhia e o Poder Concedente e não houve necessidade de ajuste retrospectivo, pois seus efeitos não foram considerados relevantes para as demonstrações financeiras.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - (IASB). Incluem também as disposições da lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 11 de maio de 2022, o Comitê de Auditoria e Compliance e o Conselho Fiscal analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas ITRs e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 12 de maio de 2022.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	154	67	308.373	394.121
Aplicações financeiras				
Fundos de investimentos e CDB	959.121	851.692	3.723.354	4.199.479
Total - Caixa e equivalentes de caixa	959.275	851.759	4.031.727	4.593.600
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante				
Aplicações financeiras				
Conta reserva	52	2.193	52.244	98.787
Fundos de investimentos e CDB	10.331	14.237	2.418.107	1.087.018
Total - Circulante	10.383	16.430	2.470.351	1.185.805
Não Circulante				
Aplicações financeiras				
Conta reserva	-	-	54.631	47.018
Total - Não Circulante	-	-	54.631	47.018
Total - Aplicações financeiras	10.383	16.430	2.524.982	1.232.823

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,68% do CDI, equivalente a 2,47% a.a., em 31 de março de 2022 (102,98% do CDI, equivalente a 4,53% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**7. Contas a receber - Consolidado**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Recebíveis de aeroportos (a)	203.326	218.713
Receitas acessórias (b)	28.110	38.076
Pedágio eletrônico (c)	412.475	381.073
Receitas aquaviária e metroviária (d)	302	181
Receitas com multimídia (e)	12.885	12.339
Receitas tarifárias (f)	136.731	64.506
Receita de mitigação de demanda - Metrô Bahia (g)	437.957	330.796
Receita de mitigação de demanda - ViaMobilidade (k)	34.273	31.405
Poder Concedente - Barcas (h)	121.829	-
Receita de mitigação de demanda - Linhas 8 e 9 (k)	36.766	-
Poder Concedente - Metrô Bahia / VLT Carioca / ViaQuatro (j)	711.443	342.426
	<u>2.136.097</u>	<u>1.419.515</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (i)	<u>(25.923)</u>	<u>(24.474)</u>
	<u>2.110.174</u>	<u>1.395.041</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias (b)	-	96
Receitas com multimídia (e)	10.987	11.176
Poder Concedente - Barcas (h)	-	117.901
Receita de mitigação de demanda - Metrô Bahia (g)	15.239	141.616
Poder Concedente - MSVia (l)	1.380.794	1.424.434
Poder Concedente - Metrô Bahia / VLT Carioca / ViaQuatro (j)	4.694.663	4.841.879
	<u>6.101.683</u>	<u>6.537.102</u>
Contas a receber	8.237.780	7.956.617
Provisão para perda esperada	<u>(25.923)</u>	<u>(24.474)</u>
Total - Contas a receber	<u>8.211.857</u>	<u>7.932.143</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos a vencer	8.040.687	7.371.721
Créditos vencidos até 60 dias	39.325	39.971
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	17.239	18.586
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	46.474	51.065
Créditos vencidos há mais de 180 dias	94.055	475.274
	<u>8.237.780</u>	<u>7.956.617</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos de receitas acessórias como aluguel de espaços e tarifa de estacionamentos;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;

Notas Explicativas

- (c) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (d) Créditos a receber decorrentes de serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas aquaviárias (Barcas) e metroviárias (VLT Carioca), detidas por intermédio do cartão RioCard;
- (e) Créditos a receber decorrentes de serviços em atividades de multimídia, prestados a terceiros pela Samm;
- (f) Créditos a receber da Companhia do Metropolitano de São Paulo, da SPTrans, da Companhia Metropolitana da Bahia e da RioPar, decorrentes de serviços prestados aos usuários das controladas ViaQuatro, ViaMobilidade, Metrô Bahia e do VLT Carioca, respectivamente;
- (g) Refere-se a créditos do Metrô Bahia a receber do Poder Concedente, em razão de demanda realizada a menor em comparação à demanda projetada no anexo nº 8 do contrato de concessão, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda.

O saldo de contas a receber pela mitigação de risco de demanda, em 31 de março de 2022, é de R\$ 453.196, dos quais R\$ 211.628 é relativo à parte incontroversa do 2º ano de operação plena (período de 1º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2021) já considerando a atualização monetária prevista no Termo Aditivo nº 8 ao contrato de concessão, R\$ 226.329 é relativo ao 3º ano de operação plena (período de 1º de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022) e R\$ 15.239 é relativo ao primeiro mês de apuração do 4º ano de operação plena (período de 1º de março de 2022 a 28 de fevereiro de 2023).

Em relação ao 1º ano de operação plena, o Poder Concedente manifestou-se de maneira divergente ao previsto no contrato de concessão e entendeu que o valor devido seria de R\$ 83.881, os quais já foram liquidados integralmente, diferentemente do entendimento da concessionária e seus assessores legais, cujo montante seria de R\$ 194.273. O valor de R\$ 110.392, não foi reconhecido nas demonstrações financeiras, por não atender aos critérios de reconhecimento de receita. A solução dessa controvérsia poderá ocorrer por meio de processo de arbitragem, onde a concessionária e o Poder Concedente estão dirimindo todos os esforços para a solução da questão.

Em relação aos 2º e 3º anos de operação plena, ainda que pagando, até o momento da emissão dessas informações trimestrais, o valor integral das parcelas devidas, o Poder Concedente manifestou seu entendimento acerca do compartilhamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 com a concessionária. Entretanto, isso diverge do relatório do Verificador Independente e, por se tratar de evento de força maior, não segurável, conforme previsto contratualmente, trata-se de risco imputável ao Poder Concedente;

- (h) Refere-se ao direito contratual de receber caixa junto ao Poder Concedente em troca de melhorias na infraestrutura, no momento da reversão de bens, ao término do contrato de concessão da Barcas;
- (i) Provisão para perda esperada - contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia;
- (j) Refere-se ao direito contratual de receber aporte público e contraprestação pecuniária dos Poderes Concedentes, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores são registrados pelos seus valores presentes, os quais são

Notas Explicativas

calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas;

- (k) Refere-se a saldo de receita de mitigação de demanda da ViaMobilidade e Linhas 8 e 9, o qual é recebido ao longo do trimestre posterior; e
- (l) Refere-se a indenização a receber do Poder Concedente em decorrência da extinção antecipada da concessão.

O quadro a seguir demonstra o direito de receber caixa do Poder Concedente - Metrô Bahia, ViaMobilidade, ViaQuatro, VLT Carioca, Barcas, MSVia e Linhas 8 e 9:

	31/12/2021		31/03/2022				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração	Transferência	Outros	
Circulante							
Aporte público	-	-	-	-	296	-	296
Reequilíbrio	102.786	-	(18.905)	9.019	20.399	-	113.299
Contraprestação pecuniária fixa	236.727	17.979	(63.202)	(4.339) (a)	407.224	248 (c)	594.637
Contraprestação pecuniária variável	2.913	9.621	(9.319)	-	-	-	3.215
Mitigação de demanda	362.201	39.634	(70.539)	-	299.525	-	630.821
	<u>704.627</u>	<u>67.234</u>	<u>(161.965)</u>	<u>4.680</u>	<u>727.444</u>	<u>248</u>	<u>1.342.268</u>
Não circulante							
Aporte público	22.926	-	-	-	(22.926)	-	-
Bens reversíveis e indenizáveis MSVIA	1.424.434	8.364	-	61.442	-	(113.446) (b)	1.380.794
Reequilíbrio	1.125.193	-	-	95.118	(20.399)	-	1.199.912
Contraprestação pecuniária fixa	3.773.772	-	-	189.518	(468.539)	-	3.494.751
Contraprestação pecuniária variável	37.889	-	-	-	(37.889)	-	-
Mitigação de demanda	141.616	51.314	-	-	(177.691)	-	15.239
	<u>6.525.830</u>	<u>59.678</u>	<u>-</u>	<u>346.078</u>	<u>(727.444)</u>	<u>(113.446)</u>	<u>6.090.696</u>
Total geral	<u>7.230.457</u>	<u>126.912</u>	<u>(161.965)</u>	<u>350.758</u>	<u>-</u>	<u>(113.198)</u>	<u>7.432.964</u>

- (a) Efeito decorrente da formalização do Termo Aditivo nº 6 no VLT Carioca;
- (b) Do montante de R\$ 113.446, R\$ 103.150 refere-se a excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários, calculado após assinatura do Termo Aditivo nº 1/2021 e R\$ 10.296 a variação da estimativa de perda registrada; e
- (c) Refere-se ao valor de desapropriação e reassentamento, com base no disposto na subcláusula 8.8.4 do contrato de concessão do Metrô Bahia.

Cronograma de recebimento do ativo financeiro – não circulante

2023	1.880.364
2024	465.616
2025	438.371
2026	382.601
2027 em diante	2.923.744
	<u>6.090.696</u>

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.481.416	684.604	5.547.929	1.416.106
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.183.681)	(232.765)	(1.886.296)	(481.476)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial (a)	1.286.821	265.020	10.349	2.031
Despesas indedutíveis	(507)	(128)	(6.252)	(4.816)
Provisões/atualizações do Termo de Autocomposição, Acordo de Leniência e PIC	(295)	(449)	719	(1.801)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	1.744	(571)	429	(1.870)
Juros sobre capital próprio	(661)	(481)	221	160
Incentivo relativo ao imposto de renda (PAT, Operações de caráter cultural e artístico e Incentivo ao desporto)	-	-	3.311	2.335
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(132.364)	(26.290)	(190.294)	(70.627)
Outros ajustes tributários (b)	-	-	(41.723)	(15.684)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(28.943)	4.336	(2.109.536)	(571.748)
Impostos correntes	-	-	(280.835)	(217.251)
Impostos diferidos	(28.943)	4.336	(1.828.701)	(354.497)
	(28.943)	4.336	(2.109.536)	(571.748)
Alíquota efetiva de impostos	0,83%	-0,63%	38,02%	40,37%

- (a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado na aquisição de participação adicional na ViaQuatro.
- (b) Refere-se, principalmente, a diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que algumas investidas estão localizadas.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora				
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/03/2022		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	39.004	-	39.004	39.004	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	9.696	(5.431)	4.265	4.265	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	122	1	123	123	-
Variação cambial	18.359	(37.250)	(18.891)	-	(18.891)
Resultado de operações com derivativos	(43.511)	34.515	(8.996)	-	(8.996)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(138.323)	1.729	(136.594)	-	(136.594)
Custo de transação de empréstimos	(5.879)	(23.248)	(29.127)	12.731	(41.858)
Tributos com exigibilidade de suspensão Pis e Confins	141	54	195	195	-
Valor justo com operações de hedge e debêntures	4.424	129	4.553	129.837	(125.284)
Outros	2.765	558	3.323	3.337	(14)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(125.595)	(28.943)	(154.538)	189.492	(344.030)
Compensação de imposto	-	-	-	(189.492)	189.492
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(125.595)	(28.943)	(154.538)	-	(154.538)

Notas Explicativas

Controladora					
Saldo em 31/03/2021					
	31/12/2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	39.004	-	39.004	39.004	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.551	981	3.532	3.532	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	160	2	162	162	-
Resultado de operações com derivativos	-	(2.776)	(2.776)	-	(2.776)
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/14 (b)	(10.633)	4.311	(6.322)	7.067	(13.389)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(145.800)	1.731	(144.069)	-	(144.069)
Outros	4.365	87	4.452	4.452	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(122.746)	4.336	(118.410)	54.217	(172.627)
Compensação de imposto	-	-	-	(54.217)	54.217
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(122.746)	4.336	(118.410)	-	(118.410)

Consolidado						
Saldo em 31/03/2022						
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	1.901.777	59.148	-	1.960.925	1.960.925	-
Varição cambial	23.000	(40.556)	-	(17.556)	1.292	(18.848)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	29.500	(17.580)	-	11.920	11.920	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	2.170	938	-	3.108	3.108	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais	28.563	861	-	29.424	29.424	-
Provisão de manutenção	47.114	15.276	-	62.390	62.390	-
Resultado de operações com derivativos	(17.465)	35.173	-	17.708	17.708	-
Diferenças temporárias (c)	(10.217)	509	-	(9.708)	-	(9.708)
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014 (b)	(115.154)	4.198	-	(110.956)	-	(110.956)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(138.323)	1.729	-	(136.594)	-	(136.594)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(769.646)	(50.101)	-	(819.747)	-	(819.747)
Amortização do custo de transação	(4.215)	992	-	(3.223)	-	(3.223)
Operação assistida	11.064	1.562	-	12.626	12.626	-
Diferença de critério de amortização fiscal versus contábil - Aeris	(83.778)	13.898	-	(69.880)	-	(69.880)
Arrendamento Mercantil - CPC 06	(18)	147	-	129	129	-
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação no VLT Carioca	(36.899)	(3.100)	-	(39.999)	-	(39.999)
Ganho / Remensuração da participação anterior do VLT Carioca, a valor justo	(4.443)	51	-	(4.392)	-	(4.392)
Provisões diversas	12.598	(155)	-	12.443	12.443	-
Estimativa de perda Lei nº 13.448/2017 - MSVia	78.400	(17.392)	-	61.008	61.008	-
Tributos com exigibilidade de suspensão Pis e Cofins	3.203	1.062	-	4.265	4.265	-
Receita remuneração de ativos contratuais TAM 06	(416.577)	(26.383)	-	(442.960)	-	(442.960)
Ajuste a Valor Presente	81.714	2.163	-	83.877	85.850	(1.973)
Capitalização de Juros	(576.116)	1.374	-	(574.742)	-	(574.742)
Custo de Transação de Empréstimos	(47.500)	(19.185)	-	(66.685)	12.236	(78.921)
Receita de Construção	9.145	(1.282)	-	7.863	7.863	-
Valor justo com operações de hedge e debêntures	4.224	50	-	4.274	217.519	(213.245)
Contrato de IRU	4.014	(746)	-	3.268	3.268	-
Receita de reequilíbrio - AutoBan (d)	-	(1.786.380)	-	(1.786.380)	-	(1.786.380)
Outros	18.673	(4.972)	4.431 (*)	18.132	18.549	(417)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	22.415	(1.828.701)	4.431	(1.801.855)	2.522.523	(4.324.378)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(1.556.383)	1.556.383
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	22.415	(1.828.701)	4.431	(1.801.855)	966.140	(2.767.995)

Consolidado						
Saldo em 31/03/2021						
	31/12/2020	Reconhecido no resultado	Patrimônio Líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	1.706.551	30.183	-	1.736.734	1.736.734	-
Varição cambial	4.849	1.280	-	6.129	6.129	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	7.160	2.386	-	9.546	9.546	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	2.833	1.440	-	4.273	4.273	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais	41.343	1.720	-	43.063	43.063	-
Provisão de manutenção	54.576	(3.773)	-	50.803	50.803	-
Resultado de operações com derivativos	24.065	(3.858)	-	20.207	20.207	-
Diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014 (b)	(693.185)	11.498	-	(681.687)	252.610	(934.297)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação na ViaRio	(12.393)	-	-	(12.393)	-	(12.393)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação na ViaQuatro	(145.800)	1.731	-	(144.069)	-	(144.069)
Receita de remuneração de ativos financeiros	(597.486)	(42.475)	-	(639.961)	-	(639.961)
Amortização do custo de transação	(553)	(48)	-	(601)	-	(601)
Operação assistida	3.443	1.185	-	4.628	4.628	-
Diferença de critério de amortização fiscal versus contábil - Aeris	(94.233)	(3.159)	-	(97.392)	-	(97.392)
Arrendamento Mercantil - CPC 06	(642)	(124)	-	(766)	141	(907)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação no VLT Carioca	(28.551)	2.759	-	(25.792)	-	(25.792)
Ganho / Remensuração da participação anterior do VLT Carioca, a valor justo	(4.650)	48	-	(4.602)	-	(4.602)
Provisões diversas	13.609	(773)	-	12.836	12.836	-
Provisão da parcela controversa da receita de mitigação da demanda - Metrô Bahia	37.533	-	-	37.533	37.533	-
Receita remuneração de ativos contratuais TAM 06	-	(355.523)	-	(355.523)	-	(355.523)
Estimativa de perda Lei nº 13.448/2017 - MSVia	68.356	(397)	-	67.959	67.959	-
Outros	24.048	1.403	1.549	27.000	27.000	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	410.873	(354.497)	1.549	57.925	2.273.462	(2.215.537)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(1.355.020)	1.355.020
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	410.873	(354.497)	1.549	57.925	918.442	(860.517)

Notas Explicativas

- (*) Ajuste acumulado de conversão.
- (a) A Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2022	2.851	33.556
2023	2.734	115.877
2024	2.629	83.275
2025	2.339	112.562
2026	2.269	133.758
de 2027 em diante	26.182	1.481.897
	<u>39.004</u>	<u>1.960.925</u>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.
- (c) Saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 9.708, refere-se principalmente: (i) R\$ 3.219 receita de construção - extrapolação; (ii) R\$ 3.953 amortização de ágio; e (iii) R\$ 2.385 receita de construção - aporte margem.
- (d) Refere-se a IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022 (para maiores informações vide notas explicativas nºs 1, 2, 13 e 21).

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

A CCR e algumas investidas, principalmente a CPC, a RDN, a MSVia (parcialmente) e a Barcas (parcialmente), não registraram o ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.029.828 e R\$ 3.147.267, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.040.711 em 31 de março de 2022 (R\$ 845.698 em 31 de dezembro de 2021).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante						
ViaLagos	286	286	-	-	286	286
AutoBAn	4.585	4.585	47.015	155.275	51.600	159.860
ViaOeste	2.473	3.297	31.244	41.659	33.717	44.956
RodoAnel Oeste	73.578	73.578	-	-	73.578	73.578
	<u>80.922</u>	<u>81.746</u>	<u>78.259</u>	<u>196.934</u>	<u>159.181</u>	<u>278.680</u>
Não Circulante						
ViaLagos	6.813	6.884	-	-	6.813	6.884
AutoBAn	18.721	19.867	742.298	672.856	761.019	692.723
RodoAnel Oeste	1.115.933	1.134.327	-	-	1.115.933	1.134.327
	<u>1.141.467</u>	<u>1.161.078</u>	<u>742.298</u>	<u>672.856</u>	<u>1.883.765</u>	<u>1.833.934</u>

Notas Explicativas

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 69.668 (R\$ 69.668 no 1º trimestre de 2021).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e às indenizações de contratos sub-rogados nas controladas, foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa nas controladas em que o prazo da concessão foi estendido, sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi ativado durante o prazo original das concessões e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

Notas Explicativas

a. Controladora

	Transações					Saldos					
	31/03/2022					31/03/2022					
	Despesas / custos com serviços prestados	Repasso de custos e despesas de pessoal e outros	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Ativo			Passivo		
Contas a receber						AFAC	Mútuos	Dividendos / JCP a receber	AFAC	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras											
Sucea Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287 (d)	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189 (d)	-
Controladas											
CIIS	-	1.057 (h)	-	-	-	1.875 (h)	8.046 (d)	-	-	-	16 (h)
NovaDutra	-	284 (h)	6.989 (a)	-	-	423 (a) (h)	-	-	-	-	39 (h)
ViaLagos	-	192 (h)	1.740 (a)	-	-	895 (a)	-	-	-	-	43 (h)
RDN	-	19 (h)	-	-	-	30 (a)	-	-	-	-	28 (h)
AutoBAn	-	579 (h)	16.983 (a)	-	-	2.158 (a) (h)	-	-	-	-	210 (h)
ViaOeste	-	58 (h)	9.993 (a)	-	-	9.717 (a)	-	-	-	-	266 (h)
ViaQuatro	-	48 (h)	-	-	-	84 (a) (h)	-	-	178.816	-	25 (h)
RodoAnel Oeste	-	-	5.252 (a) (l)	-	-	1.563 (a)	-	-	-	-	-
CPC	11 (a)	-	70 (a)	-	-	270 (a) (h)	-	-	-	-	19 (a)
Samm	13 (i)	-	301 (a)	-	-	284 (a)	-	-	-	-	7 (h)
SPVias	-	3 (h)	4.176 (a)	-	-	3.924 (a)	-	-	-	-	3 (h)
Corporación Quiport	-	-	235 (a)	-	59 (j)	217 (a)	-	-	-	-	-
CAP	-	-	-	202 (k)	4.295 (j)	461 (a)	-	24.314 (k)	-	-	-
Barcas	-	-	-	12.077 (f)	-	-	-	448.215 (f)	-	-	4 (h)
VLT Carioca	-	-	356 (a)	640 (g)	-	12.990 (a) (g)	-	-	-	-	-
Metrô Bahia	-	81 (h)	2.552 (a)	-	-	929 (a)	-	-	-	-	5 (h)
BH Airport	-	-	1.353 (a)	-	-	492 (a)	-	-	-	-	18 (h)
MSVia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAS	-	-	141 (a)	-	38 (j)	107 (a)	-	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	10 (h)	2.316 (a) (l)	-	-	787 (a) (h)	-	-	7.595	-	22 (h)
Quicko	-	-	26 (a)	-	-	19 (a)	-	-	-	-	3 (h)
ViaSul	-	26 (h)	2.443 (a)	-	-	802 (a)	-	-	-	-	2 (h)
Aeris	-	-	170 (a)	-	37 (j)	214 (a)	-	-	-	-	-
ViaCosteira	-	-	1.850 (a)	-	-	583 (a)	-	-	-	-	-
Bloco Sul	-	123 (h)	-	-	-	8 (a)	-	-	-	-	162 (h)
Bloco Central	-	-	-	-	-	2 (a)	-	-	-	-	-
Linhas 8 e 9	-	15 (h)	4.604 (l)	-	-	1.659 (h)	-	-	-	-	102 (h)
RioSP	-	-	-	-	-	-	-	-	521	-	-
Controladas em conjunto											
ViaRio	-	-	620 (a)	5.203 (c)	-	205 (a)	-	173.723 (c)	-	-	3 (h)
Renovias	-	-	665 (a)	-	-	208 (a)	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas											
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	89 (a)	-	-	26 (a)	-	-	-	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	-	95 (a)	-	-	23 (a)	-	-	-	-	-
Total	24	2.495	63.019	18.122	4.429	40.955	8.046	646.252	186.932	1.916	989

Notas Explicativas

	Transações			Saldos					
	31/03/2021			31/12/2021					
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Contas a receber	Ativo			Passivo	
AFAC					Mútuos	Dividendos / JCP a receber	AFAC	Fornecedor es e contas a pagar	
Controladoras									
Sucea Participações	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	-	-	-	720 (d)	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	287 (d)	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	189 (d)	-
Controladas									
NovaDutra	-	4.527 (a)	-	3.349 (a)(h)	-	-	-	-	1.608 (h)
ViaLagos	-	702 (a)	-	544 (a)	-	-	-	-	-
RDN	-	1.750 (a)	1.292 (b)	830 (a)	-	-	-	-	65 (h)
AutoBAn	-	7.429 (a)	-	5.348 (a)(h)	-	-	-	-	357 (h)
ViaOeste	-	3.514 (a)	-	3.126 (a)	-	-	-	-	-
ViaQuatro	-	999 (a)	33 (e)	1.293 (a)(h)	-	-	177.161	-	21 (h)
RodoAnel Oeste	-	69 (a)	-	19.545 (a)	-	-	-	-	-
CPC	12 (a)	286 (a)	-	35 (a)(h)	242.192 (d)	-	-	-	1.803 (a) (h)
Samm	102 (i)	228 (a)	-	94 (a)	-	-	-	-	-
SPVias	-	712 (a)	-	6.834 (a)	-	-	-	-	6 (h)
Corporación Quiport	-	-	-	510 (a)	-	-	-	-	-
CAP	-	-	-	544 (a)	-	28.326 (k)	-	-	-
CPA	-	-	-	293 (p)	-	-	-	-	-
Barcas	-	-	-	10 (a)	-	394.196 (f)	-	-	4 (h)
VLT Carioca	-	350 (a)	466 (g)	12.016 (a) (g)	-	-	-	-	-
Metrô Bahia	-	827 (a)	-	596 (a)	-	-	-	-	91 (h)
BH Airport	-	1.486 (a)	-	1.233 (a)	-	-	-	-	14 (h)
MSVia	-	1.133 (a)	-	-	1.133 (a)	-	-	-	-
TAS	-	-	-	265 (a)	-	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	803 (a)	-	6.901 (a) (h)	-	-	7.595	-	19 (h)
Quicko	-	22 (a)	-	34 (a)	-	-	-	-	-
ViaSul	-	795 (a)	-	976 (a)	-	-	-	-	6 (h)
Aeris	-	-	4 (j)	236 (a)	-	-	-	-	-
ViaCosteira	-	574 (a)	-	1.064 (a)	-	-	-	-	1 (h)
Bloco Sul	-	-	-	26 (a)	-	-	-	-	121 (h)
Bloco Central	-	-	-	18 (a)	-	-	-	-	88 (h)
Linhas 8 e 9	-	-	-	8.603 (h)	-	-	-	-	3 (h)
RioSP	-	-	-	-	-	-	523	-	-
Controladas em conjunto									
ViaRio	-	492 (a)	2.497 (c)	176 (a)	-	169.299 (c)	-	-	-
Renovias	-	540 (a)	-	257 (a)	-	-	-	-	6 (h)
Outras partes relacionadas									
Companhia Operadora de Rodovias	-	163 (a)	-	31 (a)	-	-	-	-	-
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	646 (a)	-	33 (a)	-	-	-	-	-
Total	114	28.047	4.292	74.820	242.192	591.821	185.279	1.916	4.225

Notas Explicativas

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos e em contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, executados pela CCR GBS (Global Business Services), cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de mútuo remunerado a 110,7% do CDI, com vencimento em 27 de novembro de 2021. Em 19 de maio de 2021, o saldo foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, mediante débito à conta da acionista CCR;
- (c) Contratos de mútuo, sendo 2 contratos remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e 1 contrato remunerado pelo CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028;
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital;
- (e) Contrato de mútuo remunerado pelo CDI + 2,48% a.a., com vencimento inicialmente previsto para 15 de março de 2023. O contrato foi totalmente liquidado em 10 de junho de 2021;
- (f) Contratos de mútuo celebrados originalmente, em 4 de outubro de 2016, entre a CPC e sua controlada Barcas, remunerados pelo CDI + 2,48% a.a. e com vencimento em 28 de fevereiro de 2023. Em 30 de dezembro de 2021, o crédito foi cedido pela CPC à CCR, em contrapartida à redução de seu capital social;
- (g) Juros cobrados de faturas não recebidas no vencimento;
- (h) Encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente à emissão do documento;
- (i) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (j) Variação cambial decorrente de transações entre partes relacionadas com moedas funcionais diferentes;
- (k) Contrato de mútuo com remuneração pré-fixada de 4,50% a.a. em USD, com vencimento em 30 de junho de 2032; e
- (l) Em dezembro de 2021, foram firmados contratos de contragarantia entre a CCR e RodoAnel Oeste, ViaMobilidade e Linhas 8 e 9, por meio dos quais a CCR passa a ser remunerada pela prestação de garantia em emissões de dívidas das respectivas investidas. As taxas de remuneração e os valores faturados em 31 de março de 2022, estão descritos abaixo:

Investida	Valor faturado	Taxa de remuneração
RodoAnel Oeste	1.327	1,0% a.a.
ViaMobilidade	1.568	1,1% a.a.
Linhas 8 e 9	4.604	1,3% a.a.

Notas Explicativas

b. Consolidado

	Transações			Saldo						
	31/03/2022			31/03/2022						
	Despesas / custos com serviços prestados	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Ativo			Passivo		
Contas a receber					AFAC	Mútuos	AFAC	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras										
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	-	-	-	720 (c)	-	-
Camargo Corrêa Infra Construções	-	67 (o)	-	-	24 (o)	-	-	-	-	12
Sucea Participações	-	-	-	-	-	-	-	720 (c)	-	-
Soares Penido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	287 (c)	-	-
Soares Penido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	189 (c)	-	-
Controladas										
MTH	-	-	80 (q)	-	-	-	-	-	-	-
CCR España	-	-	122 (q)	-	-	-	-	-	-	-
TAS	-	-	-	38 (q)	-	-	-	-	-	-
CAI	-	-	-	430 (q)	-	-	-	-	-	-
CAP	-	-	-	4.397 (q)	-	-	-	-	-	-
Aeris Holding	-	76 (w)	-	2.931 (q)	-	-	74 (ab)	-	-	-
CPA	-	-	140 (x)	-	-	123 (x)	-	-	-	-
Barcas	-	7 (p)	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto										
Corporación Quiport	-	235 (b)	-	59 (q)	218 (b)	-	-	-	-	-
ViaRio	-	620 (b)	5.203 (d)	-	205 (b)	-	173.723 (d)	-	-	8 (ae)
Controlar	-	-	-	-	-	1.047 (c)	-	-	-	-
Renovias	237 (i)	679 (b)(r)	-	-	208 (b)	-	-	-	-	92 (i)
Outras partes relacionadas										
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	-	95 (b)	-	-	23 (b)	-	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	89 (b)	-	-	26 (b)	-	-	-	-	-
IAF	-	-	17 (aa)	-	-	-	2.182 (aa)	-	-	-
Companhia de Gas da Bahia - BahiaGas	-	-	-	-	5 (ac)	-	-	-	-	-
Consórcio Mobilidade Bahia	315 (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.401 (a)
Fetranspor - Federação das empresas de transportes	142 (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos	-	15 (r)	-	-	-	-	-	-	-	-
A-Port	-	-	30 (q)	24 (ao)	-	-	-	-	1.522 (ao)	-
JCA Holding Participações	-	-	-	76 (n)	-	-	-	-	2.423 (n)	-
Rodomar Administ e Participação	-	-	-	57 (m)	-	-	-	-	-	2.833 (m)
Auto Viação 1001	-	-	-	925 (m)	-	-	-	-	-	45.907 (m)
Infraero	351 (s)	-	629 (k)	-	28.656 (k)	-	-	-	-	19 (s)
RioCard Tecnologia da Informação	92 (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.091 (g)
Consórcio Nova Rodovia do Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50 (t)
Odebrecht Mobilidade	-	-	-	5.701 (e)	-	-	-	10.180 (c)	152.116 (e)	6.891 (l)
Invepar	-	-	-	5.701 (e)	-	-	-	10.053 (c)	152.116 (e)	6.891 (l)
Edica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720 (u)
RioPar Participações	271 (g)	-	-	5.759 (n)(e)	-	-	-	10.180 (c)	153.954 (n)(e)	2.496 (y)
RuasInvest Participações	-	-	-	1.464 (v)	-	-	-	-	-	488 (v)
HAS Development Corp.	-	-	-	9 (q)	6 (ak)	-	-	-	-	-
Four Trilhos	-	-	-	-	-	10 (c)	-	-	-	-
Total	1.408	1.883	6.221	27.571	29.371	1.057	176.102	32.329	462.131	70.899

Notas Explicativas

	Transações					Saldos						
	31/03/2021					31/12/2021						
	Despesas / custos com serviços prestados	Custo de construção / Imobilizado/ Intangível	Receitas brutas	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Ativo			Passivo			
Contas a receber						AFAC	Mútuos	Dividendos / JCP a receber	AFAC	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar	
Controladoras												
Construtora Andrade Gutierrez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (c)	-	-
Camargo Corrêa Infra Construções	-	-	61 (o)	-	-	24 (o)	-	-	-	-	-	12
Sucea Participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720 (c)	-	-
Soares Perido Concessões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	287 (c)	-	-
Soares Perido Obras, Construções e Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	189 (c)	-	-
Controladas												
CPC	7 (q)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MTH	6 (q)	-	-	-	12 (q)	-	-	-	-	-	-	-
Quito Airport Managmt Ltd	-	-	-	-	-	-	-	-	3.906	-	-	-
Aeris Holding	-	-	-	1.176 (q)	-	32 (b)	-	89 (ab)	-	-	-	-
CAP	-	-	-	52 (q)	-	-	-	-	-	-	-	-
TAS	-	-	-	19 (q)	1 (q)	139 (b)	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto												
Corporación Quiport	-	-	255 (b)	72 (q)	1 (q)	510 (b)	-	-	-	-	-	-
ViaRio	-	-	1.056 (b)	2.497 (d)	-	533 (b)	-	169.299 (d)	-	-	-	84 (ac)
Controlar	-	-	-	-	-	-	1.047 (c)	-	-	-	-	-
Renovias	218 (i)	-	637 (b)(r)	-	-	266 (b)	-	-	-	-	-	79 (i)
Outras partes relacionadas												
Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra	88.484 (h)	-	1.342 (b)	-	-	43 (b)	-	-	-	-	-	-
Companhia Operadora de Rodovias	-	-	174 (b)	-	-	31 (b)	-	-	-	-	-	5 (ac)
IAF	-	-	-	18 (aa)	-	-	-	2.551 (aa)	-	-	-	-
Coalzi Marketing - Eireli	15 (af)	-	-	-	-	4 (ac)	-	-	-	-	-	-
Consórcio Mobilidade Bahia	3 (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.451 (a)
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos A-Port	-	-	15 (r)	-	-	6 (r)	-	-	-	-	-	-
JCA Holding Participações	-	-	-	-	14 (n)	-	-	-	-	1.921 (aj)	-	-
Rodomar Administ e Participação	-	-	-	-	11 (m)	-	-	-	-	2.354 (n)	-	-
Auto Viação 1001	-	-	-	-	178 (m)	-	-	-	-	-	-	44.982 (m)
Infraero	200 (s)	-	-	12 (k)	-	20.432 (k)	-	-	-	-	-	-
RioCard Tecnologia da Informação	90 (g)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.015 (g)
Consórcio Nova Rodovia do Café	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50 (t)
Odebrecht Mobilidade	-	-	-	-	2.382 (e)	4.627 (ai)	-	-	-	147.269 (e)	-	6.891 (l)
Invepar	-	-	-	-	2.382 (e)	4.627 (ai)	-	-	-	147.273 (e)	-	6.891 (l)
Edica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	774 (u)
Instituto Cultural Flavio Gutierrez - ICFG	400 (ag)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Otima Concessionária de Exploração de Mobilário Urbano	42 (ah)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RioPar Participações	222 (g)	-	-	-	2.393 (n)(e)	4.627 (ai)	-	-	-	149.058 (n)(e)	-	2.318 (y)
RuasInvest Participações	-	-	-	-	7 (f)	-	-	-	-	-	-	-
Encalco Construções	-	1.744 (z)	-	-	-	7 (ad)	-	-	-	-	-	77 (z)
Linhas 8 e 9	-	-	-	-	-	-	1 (e)	-	-	-	-	-
Serveng - Cívilsan - Empresas Associadas de Engenharia	-	3.845 (j)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	89.687	5.589	3.540	3.846	7.381	35.908	1.048	171.939	3.906	1.916	447.875	68.405

Notas Explicativas

c. Despesas com profissionais-chave da administração

	Não estatutários			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
1. Remuneração (al):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	663	192	663	429
Outros benefícios:				
Provisão para remuneração variável				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	152	155	152	335
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	1.950	-	1.950	-
Previdência privada	37	13	37	25
Seguro de vida	2	1	2	2
	<u>2.804</u>	<u>361</u>	<u>2.804</u>	<u>791</u>
	Estatutários			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
1. Remuneração (al):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	6.761	10.807	13.719	19.255
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	4.543	17	8.966	5.624
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	20.760	-	34.555	-
Previdência privada	224	120	501	480
Seguro de vida	10	7	28	30
	<u>32.298</u>	<u>10.951</u>	<u>57.769</u>	<u>25.389</u>
	Conselheiros			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
1. Remuneração (al):				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.185	2.142	2.251	2.208
Seguro de vida	18	18	18	18
	<u>2.203</u>	<u>2.160</u>	<u>2.269</u>	<u>2.226</u>

d. Saldos a pagar aos profissionais-chave da administração

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Remuneração dos administradores (al)	6.977	16.066	13.109	43.026

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 19 de abril de 2022, foi aprovada a remuneração anual e global para os Administradores e Conselho de Administração da Companhia no exercício social de 2022, no valor de até R\$ 40.454, no caso de cumprimento integral das metas fixadas (100%), podendo chegar a até R\$ 44.997, no caso de superação de 150% das referidas metas. Além disso, também foi aprovada a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal correspondente a 10% da remuneração média atribuída aos diretores estatutários da Companhia (não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros), conforme previsto no § 3º do artigo 162 da lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.).

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros “b”, “c” e “d”:

- (a) O Metrô Bahia e o Consórcio Mobilidade Bahia firmaram, em 13 de junho de 2014, contrato por administração sob regime de aliança com o objetivo de alcançar a melhor relação custo/benefício para a execução da expansão do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas.

Notas Explicativas

Tendo em vista a conclusão do escopo do Contrato, as Partes, em 14 de novembro de 2018, formalizaram o Termo de Encerramento de Aliança, o qual estabeleceu o fim da aliança e definiu os procedimentos e responsabilidades a serem observados pelas Partes em relação ao encerramento.

Dentre as responsabilidades assumidas pelo Metrô Bahia estão:

- Pagar os funcionários da aliança afastados e das respectivas verbas rescisórias após término do período de afastamento, de acordo com as cláusulas do termo de encerramento;
 - Gerir os contratos assumidos e as relações contratuais com os fornecedores que são parte nos contratos assumidos;
 - Pagar ao consórcio os valores correspondentes aos desembolsos materializados relativos aos contratos assumidos.
- (b) Receitas e contas a receber referentes à prestação de serviços administrativos e de serviços de suporte e manutenção de tecnologia da informação executados pela CCR GBS;
- (c) Adiantamentos para futuro aumento de capital;
- (d) Contratos de mútuo firmados entre CCR e a ViaRio, sendo 2 contratos remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e mais 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028;
- (e) Contratos de mútuo entre o VLT Carioca e suas acionistas, sendo 11 contratos remunerados pelo CDI + 5% a.a., dos quais: 6 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2022, 3 contratos com vencimento em 15 de dezembro de 2024, 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2024 e 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2027;
- (f) Contrato de mútuo entre a RuasInvest e ViaQuatro, remunerado pelo CDI + 2,48% a.a., com vencimento em 15 de março de 2023. O contrato foi liquidado antecipadamente, em 11 de junho de 2021;
- (g) Taxa administrativa da RioCard referente aos serviços de gestão dos pagamentos e emissão de cartões eletrônicos;
- (h) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da Rodovia Presidente Dutra, cujo contrato de prestação de serviços com a concessionária encerrou-se em 28 de fevereiro de 2021;
- (i) Contrato de direito de passagem para ocupação da faixa de domínio para implementação de cabos ópticos, com a Samm, cujos valores são liquidados todo dia 10 do mês seguinte ao do faturamento;
- (j) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos, distribuídos em vários trechos da Rodovia Presidente Dutra, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 6 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém, para novos trechos da rodovia, com vigência até 2 de dezembro de 2020. Para a RDN foram executados serviços por empreitada a preço global da obra de duplicação da Rodovia BR-376 (Rodovia do Café), Pistas Norte e Sul, compreendendo a construção da nova pista do trecho 21 e trecho 22;

Notas Explicativas

- (k) Reembolsos recebidos e a receber da Infraero, de acordo com anexo 3 do contrato de concessão, relativos a obras que eram de sua responsabilidade, mas foram executadas pela BH Airport;
- (l) Saldo devido pelo VLT Carioca aos seus acionistas Invepar e Odebrecht Mobilidade, refere-se a garantia dada por meio de fiança corporativa que foi executada pelo fornecedor Alstom, para quitar obrigação do VLT Carioca;
- (m) Parcela do preço, retida no contrato de compra e venda entre a CPC e os antigos acionistas da Barcas;
- (n) Contratos de mútuo firmados a partir de 4 de outubro de 2016, entre a Barcas e suas acionistas, remunerados a 127,9% do CDI, com vencimento original em 31 de dezembro de 2021, prorrogado para 28 de fevereiro de 2023;
- (o) Contrato de cessão onerosa de espaço firmado em 7 de agosto de 2019, entre Metrô Bahia e Camargo Corrêa Infra Construções, com vencimento em 30 de março de 2022;
- (p) Receita de aluguel de embarcações, com a MTH;
- (q) Variação cambial decorrente de transações entre partes relacionadas com moedas funcionais diferentes;
- (r) Serviços de transmissão de dados prestados pela Samm;
- (s) Os valores referem-se, substancialmente, a custos com mão de obra da Infraero alocada no Aeroporto Internacional de Confins, conforme previsto na cláusula 2.23.3 do contrato de concessão, os quais são reembolsados mensalmente de acordo com a prestação de serviços executados;
- (t) Contrato de prestação de serviço por empreitada a preço estimado para execução de obra de recuperação da pista existente na BR-376 (RDN), com vigência até 20 de novembro de 2019, sendo o saldo remanescente referente a caução. O Consórcio é constituído pelas empresas Andrade Gutierrez Engenharia e AG Construções e Serviços;
- (u) Obras de construção executadas na Aeris, por sua acionista minoritária Edica;
- (v) Em dezembro de 2021, foram firmados contratos de contragarantia entre RuasInvest e ViaMobilidade e Linhas 8 e 9, por meio dos quais a RuasInvest passa a ser remunerada pela prestação de garantia em emissões de dívidas das respectivas investidas. As taxas de remuneração e os valores faturados em 31 de março de 2022, estão descritos abaixo:

Investida	Valor faturado	Taxa de remuneração
ViaMobilidade	313	1,1% a.a.
Linhas 8 e 9	1.151	1,3% a.a.

- (w) Contrato entre as empresas CPC e a Aeris Holding, referente a *Management Fee* estabelecido em contrato para operação, gerenciamento, expansão e modernização do aeroporto;
- (x) Contrato de mútuo entre a CPA e suas acionistas (CCR España e A-Port), remunerados a 4,5% a.a., com vencimento em 30 de junho de 2023;
- (y) Créditos a receber decorrentes de serviços prestados a usuários do VLT Carioca, relativos às tarifas metroviárias;

Notas Explicativas

- (z) Serviços prestados para implantação de vias marginais Padroeira-Raposo entre o km 19+700 e o km 24+400, Pistas Interna e Externa, no Rodoanel Mário Covas SP-021;
- (aa) Contrato de mútuo firmado entre CCR Espanha e a IAF, remunerado a LIBOR + 2,7% a.a., com vencimento em 15 de março de 2023;
- (ab) Diferença gerada no momento de pagamento e recebimento do mútuo, entre as empresas IBSA Finance Barbados Trust e Aeris Holding Costa Rica, que será regularizado até 15 de dezembro de 2023;
- (ac) Serviço de permissão de uso de faixa de domínio do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas;
- (ad) Dividendos intermediários pagos em excesso, que foram devolvidos até 28 de fevereiro de 2022;
- (ae) Encargos de folha de pagamento relativos à transferência de colaboradores, cujo vencimento ocorre no mês subsequente à emissão do documento;
- (af) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa à Quicko;
- (ag) Contrato de patrocínio da empresa AutoBAn referente ao projeto intitulado Museu de Sant'Ana - Plano Plurianual de Manutenção, com vigência até 31 de janeiro de 2022;
- (ah) Prestação de serviço de exploração publicitária entre as empresas Quicko e Otima;
- (ai) Reposição da conta garantia do BNDES efetuada pela CIIS em nome das demais acionistas do VLT Carioca, com opção de futura compra de ações;
- (aj) Contrato de mútuo firmado entre A-Port e sua acionista indireta Curaçao, remunerado a 4,5% a.a., com vencimento em 31 de julho de 2022;
- (ak) Fundos disponíveis para pagamento de impostos da empresa Ícaros; e
- (al) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros do conselho fiscal e da administração (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária), compreendendo no total 27 membros.

11. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

a) Investimentos em controladas - Controladora

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação	
			31/03/2022	31/12/2021
CIIS	Holding	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
CPC	Holding	América Latina e Espanha	99,00%	99,00%
SIP	Holding	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
NovaDutra	Concessão rodoviária	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%
PRN	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
RDN	Concessão rodoviária	Brasil (PR)	100,00%	100,00%
Samm	Serviços	Brasil (SP / RJ / MG)	99,90%	99,90%
Infra SP	Holding	Brasil (SP)	99,99%	99,99%
SPCP	Holding	Brasil (RJ)	65,52%	65,52%
ViaLagos	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	100,00%	100,00%
ViaMobilidade	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	83,34%	83,34%
ViaQuatro	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	75,00%	75,00%
Linha 15	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	80,00%	80,00%
ViaCosteira	Concessão rodoviária	Brasil (SC)	100,00%	100,00%
RS Holding	Holding	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
Linhas 8 e 9	Concessão de transporte de passageiros	Brasil (SP)	80,00%	80,00%
RioSP	Concessão rodoviária	Brasil (SP / RJ)	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

a.1) Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, líquido da provisão para passivo a descoberto - Controladora

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das investidas		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do período das investidas		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
CIIS	668.135	605.734	667.667	605.259	(14.268)	2.845	(14.260)	2.853
SIP	433	487	433	487	(54)	(34)	(54)	(34)
CPC	4.769.677	4.993.979	4.719.815	4.941.821	(227.989)	(88.584)	(225.657)	(87.657)
NovaDutra (a)	484.510	456.858	484.292	456.639	27.653	(2.719)	27.653	(2.719)
PRN (a)	2.544	2.707	2.544	2.707	(163)	(161)	(163)	(161)
RDN	(27.192)	(48.534)	(27.188)	(48.530)	(658)	(75.482)	(658)	(75.589)
RDN (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	-	-	-	-	-	(328)
Samm	69.848	71.393	69.781	71.324	(1.545)	(1.066)	(1.543)	(1.065)
Infra SP	6.193.775	2.401.532	6.193.688	2.401.446	3.792.243	323.553	3.792.242	323.554
Linha 15	2.274	2.294	1.819	1.835	(20)	8	(16)	6
SPCP	402.593	403.399	263.766	264.294	(806)	(102)	(528)	(67)
ViaLagos (a)	38.979	24.476	38.979	24.476	14.503	13.751	14.503	13.751
ViaMobilidade	135.600	123.053	113.007	102.551	12.547	11.872	10.456	9.895
ViaQuatro	950.995	871.889	713.165	653.835	81.700	753.690	61.275	565.267
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	503.560	509.932	-	-	(6.372)	(6.372)
ViaRio	121.268	123.813	80.270	81.977	(2.545)	2.114	(1.707)	1.423
RS Holding	734.826	709.758	731.753	707.207	28.509	34.164	27.988	33.609
ViaCosteira	1.023.949	1.000.251	1.019.694	996.476	23.698	(1.290)	23.218	(1.978)
Linhas 8 e 9	50.929	16.496	40.744	13.197	34.433	-	27.547	-
RioSP	2.081.564	2.035.803	2.081.564	2.035.803	45.761	-	45.761	-
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	17.704.707	13.795.388	17.699.353	13.822.736	3.812.999	972.559	3.779.685	774.388

- (a) Existe participação irrelevante de acionistas não controladores, a qual não impacta o cálculo de equivalência patrimonial na controladora.

a.2) Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto - Controladora

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Aquisição de participação	Aumento de capital	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
	31/12/2021			31/03/2022			
CIIS	605.259	(14.260)	6.021 (a)	73.057	-	(2.410)	667.667
SIP	487	(54)	-	-	-	-	433
CPC	4.941.821	(225.657)	-	242.192	-	(238.541)	4.719.815
NovaDutra	456.639	27.653	-	-	-	-	484.292
PRN	2.707	(163)	-	-	-	-	2.544
RDN	(48.530)	(658)	-	22.000	-	-	(27.188)
Samm	71.324	(1.543)	-	-	-	-	69.781
Infra SP	2.401.446	3.792.242	-	-	-	-	6.193.688
Linha 15	1.835	(16)	-	-	-	-	1.819
SPCP	264.294	(528)	-	-	-	-	263.766
ViaLagos	24.476	14.503	-	-	-	-	38.979
ViaMobilidade	102.551	10.456	-	-	-	-	113.007
ViaQuatro	653.835	61.275	-	-	(1.945)	-	713.165
ViaQuatro (Dir. concessão gerado na aquisição)	509.932	(6.372)	-	-	-	-	503.560
ViaRio	81.977	(1.707)	-	-	-	-	80.270
RS Holding	707.207	27.988	-	-	-	(3.442)	731.753
ViaCosteira	996.476	23.218	-	-	-	-	1.019.694
Linhas 8 e 9	13.197	27.547	-	-	-	-	40.744
RioSP	2.035.803	45.761	-	-	-	-	2.081.564
Total	13.822.736	3.779.685	6.021	337.249	(1.945)	(244.393)	17.699.353

- (a) No trimestre findo em 31 de março de 2022, a CIIS adquiriu participação adicional no VLT Carioca, correspondente a 6,81% do capital social, passando a deter 87,6327% do capital social da investida.

Notas Explicativas

a.3) Informações financeiras resumidas das controladas - Controladora e Consolidado

	31/03/2022				31/12/2021				31/03/2021			
	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do período	Lucro (prejuízo) líquido do período	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do período	Lucro (prejuízo) líquido do período	Total do ativo	Total do passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do período	Lucro (prejuízo) líquido do período
Aeris Holding	891.799	1.197.854	91.301	(111.728)	1.009.505	1.248.445	43.351	(35.978)				
Aeropuertos	-	146.180	-	(47.484)	1	120.523	-	(15.291)				
Alba Concessions	1	2	-	-	1	2	-	(1.633)				
Alba Participations	-	1	-	-	-	1	-	(3)				
ATP	4.741	21.952	916	(1.183)	5.128	21.156	475	(1.068)				
AutoBan	8.297.434	4.130.701	5.904.259	3.671.889	2.830.490	2.335.646	559.605	179.917				
Barcas	231.247	560.208	18.333	(43.903)	214.861	499.919	8.483	(17.989)				
BH Airport	2.415.314	2.488.152	89.746	(47.521)	2.393.499	2.418.816	52.483	(56.090)				
Bloco Sul	2.945.200	2.016.257	5.969	(37.873)	2.814.809	1.847.993	-	-				
Bloco Central	972.954	712.011	6.788	(11.593)	892.582	620.046	-	-				
CAI	74.537	15.284	-	11.313	75.453	18.008	-	(25.102)				
CAP	354.669	284.870	63.378	11.313	419.534	349.667	18.392	(25.102)				
CARE	5	5.784	-	-	5	6.812	-	-				
CCR Costa Rica	18.951	167.677	-	(54.467)	22.323	138.246	-	(17.539)				
CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones	27.651	167.679	-	(54.985)	33.122	138.248	-	(18.081)				
CCR España Concesiones	347.558	168.348	-	(105.962)	463.054	139.132	-	(61.315)				
CCR España Emprendimientos	912.342	972	-	1.913	1.072.052	742	-	(7)				
CCR Infra SP	6.195.573	1.798	-	3.792.243	2.405.969	4.437	-	323.553				
CCR Lam Vias	5.485	-	-	(27)	5.515	3	-	(7.257)				
CCR USA	149.470	5.720	-	(12.429)	188.557	6.079	-	7.772				
CCR ViaSul	1.397.805	109.258	230.004	43.390	1.342.092	93.492	168.092	38.538				
CCR Mobilidade	-	-	-	-	-	-	-	(81)				
CIIS	722.145	54.010	-	(14.268)	649.186	43.452	-	2.845				
CPA	53.957	3.225	-	5.019	54.232	3.672	-	(13.387)				
CPC	5.124.678	355.001	2.746	(227.989)	5.558.640	564.661	39.615	(88.584)				
Desarrollos	1	180.233	-	(58.545)	-	148.595	-	(18.852)				
Five Trilhos	35.920	6.003	6.075	5.248	31.173	6.504	6.715	3.965				
Green Airports	218.824	1.149	-	3.468	254.044	1.354	-	3.724				
IBSA	432.070	434.370	-	(1)	501.331	504.039	-	(1)				
IBSA Finance	431.233	431.743	-	-	500.339	500.939	-	-				
Icaros	18	-	-	9	-	-	-	-				
Inovap 5	859	99	-	38	811	89	-	(8)				
Linha 15	2.278	4	-	(20)	2.295	1	-	8				
Linhas 8 e 9	1.832.720	1.781.791	168.807	34.433	1.727.253	1.710.757	-	-				
Metró Bahia	5.748.304	3.940.345	265.915	58.903	5.673.781	3.924.725	216.256	46.330				
MSVia	1.554.584	1.043.102	111.437	(71.972)	1.573.489	1.050.035	79.989	(35.839)				
MTH	10.361	35	465	22	32.646	26	1.232	653				
NovaDutra	554.275	69.765	102.436	27.653	563.301	106.443	283.364	(2.719)				
On Trilhos	777	773	-	3	-	-	-	-				
Pampulha	50.740	11.358	-	(451)	561	551	-	-				
PRN	4.729	2.185	-	(163)	4.677	1.970	-	(161)				
Quicko	4.707	3.913	82	(7.945)	6.419	3.778	-	(6.085)				
Quiport Holdings	505.697	86	-	15.583	578.753	39	-	(8.296)				
RDN	21.558	48.750	-	(658)	32.915	81.449	258.823	(75.482)				
RioSP	3.207.154	1.125.590	96.951	45.761	3.091.799	1.055.996	-	-				
RodoAnel Oeste	2.182.050	869.666	84.163	5.649	2.177.415	870.680	72.254	10.415				
RS Holding	1.341.170	606.344	-	28.509	1.301.146	591.388	-	34.164				
Samm	223.734	153.886	21.824	(1.545)	231.623	160.230	22.865	(1.066)				
SJO Holding	294.661	160.125	-	(55.258)	347.366	128.800	-	(18.366)				
SIP	1.183	750	-	(54)	1.183	696	-	(34)				
SPAC	82	37.151	-	(24.246)	91	12.914	-	(28.648)				
SPCP	402.890	297	-	(806)	403.967	568	-	(102)				
SPVias	1.719.864	1.435.418	195.000	26.816	1.705.699	1.443.869	172.022	47.437				
TAS	271.800	216.361	142.775	(7.201)	326.796	253.934	131.899	25.617				
Terminal	37.902	8.945	-	(2.905)	44.642	7.373	-	(935)				
ViaCosteira	1.045.644	21.695	53.437	23.698	1.024.430	24.179	118.963	(1.290)				
ViaLagos	282.789	243.810	47.226	14.503	271.782	247.306	40.335	13.751				
ViaMobilidade	939.780	804.180	110.353	12.547	913.581	790.528	88.988	11.872				
ViaOeste	846.696	567.147	317.497	74.735	749.403	544.589	258.564	76.333				
ViaQuatro	3.055.648	2.104.653	238.271	81.700	3.029.482	2.157.593	1.226.262	753.690				
VLT Carioca	2.271.749	1.742.074	79.167	(8.919)	2.201.613	1.709.348	65.784	13.573				
Subtotal	60.677.967	30.666.740	8.455.321	6.984.257	51.756.416	28.660.483	3.934.811	1.011.766				
Controladora	19.954.715	8.475.852	63.019	3.452.473	16.306.975	8.042.214	28.047	688.940				
Eliminações	(33.461.709)	(3.686.851)	(68.123)	(6.998.337)	(26.706.947)	(3.912.053)	(68.957)	(856.348)				
Consolidado	47.170.973	35.455.741	8.450.217	3.438.393	41.356.444	32.790.644	3.893.901	844.358				

b) Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto - Consolidado

Empreendimentos controlados em conjunto (a)	Local de constituição e operação	Percentual de participação		Atividade principal
		31/03/2022	31/12/2021	
Corporación Quiport	Equador	46,50%	46,50%	Concessão aeroportuária
Quiama	Ilhas Virgens Britânicas	50,00%	50,00%	Holding
IAF	Espanha	46,50%	46,50%	Holding
ViaRio	Brasil (RJ)	66,66%	66,66%	Concessão rodoviária
Renovias	Brasil (SP)	40,00%	40,00%	Concessão rodoviária
Controlar	Brasil (SP)	49,57%	49,57%	Serviços

(a) A mensuração dos investimentos é feita pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

b.1) Composição dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) das controladas em conjunto		Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado líquido do período das controladas em conjunto		Resultado de equivalência patrimonial	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Corporación Quiport	1.061.523	1.213.303	492.615	563.139	34.210	(17.471)	15.962	(8.065)
Quiama	22.084	19.376	11.044	9.689	6.204	2.842	3.102	1.421
IAF	22.708	26.611	10.559	12.373	112	802	52	373
ViaRio	121.268	123.813	79.902	81.609	(2.545)	2.114	(1.707)	1.423
Renovias	173.127	124.065	69.248	49.619	49.073	43.083	19.629	17.233
Controlar	(1.556)	(1.449)	(751)	(696)	(113)	(71)	(56)	(35)
Total	1.399.154	1.505.719	662.617	715.733	86.941	31.299	36.982	12.350
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	-	-	112.976	132.367	-	-	(6.544)	(6.377)
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	1.399.154	1.505.719	775.593	848.100	86.941	31.299	30.438	5.973

b.2) Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - Consolidado

	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo final
	31/12/2021		31/03/2022	
Corporación Quiport	563.139	15.962	(86.486)	492.615
Quiama	9.689	3.102	(1.747)	11.044
IAF	12.373	52	(1.866)	10.559
ViaRio	81.609	(1.707)	-	79.902
Renovias	49.619	19.629	-	69.248
Controlar	(696)	(56)	-	(752)
Total	715.733	36.982	(90.099)	662.616
Direito da concessão gerado na aquisição de negócio	132.367	(6.544)	(12.846)	112.977
Total de investimento líquido de provisão para passivo a descoberto	848.100	30.438	(102.945)	775.593

b.3) Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

A seguir estão apresentadas as informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto que são registrados utilizando o método de equivalência patrimonial. Os valores apresentados não consideram a participação da CCR, ou seja, referem-se a 100% das empresas.

Notas Explicativas

Balanco patrimonial resumido

	31/03/2022						
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	208.903	3.994	5.604	5.793	21.377	164.732	439
Outros ativos	94.466	17.518	15.890	39.032	37.563	37.077	76
Total do ativo circulante	303.369	21.512	21.494	44.825	58.940	201.809	515
Ativo não circulante	3.563.135	904	-	1.865.320	897.205	10.462	87
Total ativo	3.866.504	22.416	21.494	1.910.145	956.145	212.271	602
Passivo							
Passivo circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	38.909	73.449	-	-
Outros passivos	145.634	326	12.754	21.167	13.092	35.255	2
Total do passivo circulante	145.634	326	12.754	60.076	86.541	35.255	2
Passivo não circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	1.827.359	469.248	-	-
Outros passivos	2.659.347	6	7.836	2	279.088	3.889	2.156
Total do passivo não circulante	2.659.347	6	7.836	1.827.361	748.336	3.889	2.156
Patrimônio líquido	1.061.523	22.084	904	22.708	121.268	173.127	(1.556)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.866.504	22.416	21.494	1.910.145	956.145	212.271	602

Notas Explicativas

	31/12/2021						
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	202.627	13.430	5.594	25.948	34.428	90.600	717
Outros ativos	237.675	13.290	19.230	82.883	46.357	77.985	18
Total do ativo circulante	440.302	26.720	24.824	108.831	80.785	168.585	735
Ativo não circulante	4.159.507	1.054	-	2.264.419	902.929	22.607	(20)
Total ativo	4.599.809	27.774	24.824	2.373.250	983.714	191.192	715
Passivo							
Passivo circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	100.518	72.807	-	-
Outros passivos	229.487	8.398	14.556	76.415	13.766	63.574	6
Total do passivo circulante	229.487	8.398	14.556	176.933	86.573	63.574	6
Passivo não circulante							
Passivos financeiros (1)	-	-	-	2.164.219	501.296	-	-
Outros passivos	3.157.019	-	9.228	5.487	272.032	3.553	2.158
Total do passivo não circulante	3.157.019	-	9.228	2.169.706	773.328	3.553	2.158
Patrimônio líquido	1.213.303	19.376	1.040	26.611	123.813	124.065	(1.449)
Total do passivo e patrimônio líquido	4.599.809	27.774	24.824	2.373.250	983.714	191.192	715

(1) Refere-se ao saldo de empréstimos e debêntures

Notas Explicativas

Demonstração do resultado resumida

	31/03/2022						
	Corporación Quiport	Quiama Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Receitas	174.092	6.858	17.514	-	41.640	126.340	-
Depreciação e amortização	(25.227)	-	-	-	(8.083)	(10.587)	-
Receitas financeiras	3.133	-	-	62.965	1.247	3.247	14
Despesas financeiras	(66.520)	(2)	(12)	(62.292)	(25.678)	(55)	-
Resultado de operações antes dos impostos	34.210	6.204	24	148	(3.982)	74.138	(169)
IR e CS	-	-	-	(36)	1.437	(25.065)	56
Resultado de operações	34.210	6.204	24	112	(2.545)	49.073	(113)
Outros resultados abrangentes	166.548	11.996	200	784	-	-	-
Resultado abrangente do período	200.758	18.200	224	896	(2.545)	49.073	(113)

	31/03/2021						
	Corporación Quiport	Quiama Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Receitas	135.353	3.298	17.256	-	36.852	108.488	-
Depreciação e amortização	(17.690)	-	-	-	(7.874)	(6.218)	-
Receitas financeiras	3.305	-	-	67.325	165	235	26
Despesas financeiras	(69.714)	(2)	(18)	(66.060)	(11.358)	(30)	-
Resultado de operações antes dos impostos	(17.471)	2.842	68	1.065	3.296	65.500	(71)
IR e CS	-	-	-	(263)	(1.182)	(22.417)	-
Resultado de operações	(17.471)	2.842	68	802	2.114	43.083	(71)
Outros resultados abrangentes	103.974	1.250	72	2.096	-	-	-
Resultado abrangente do período	86.503	4.092	140	2.898	2.114	43.083	(71)

Notas Explicativas

c) Outras informações relevantes

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

a) RDN

i. Lei nº 13.103/2015 (suspensão de cobrança da tarifa sobre o eixo suspenso)

Por meio da ação, a RDN objetiva decisão judicial que obrigue o DER/PR a proceder à recomposição do equilíbrio do contrato de concessão em razão da perda de arrecadação provocada pela isenção concedida pelo Poder Concedente, a partir de 28 de maio de 2018, tendo em vista a edição da Medida Provisória nº 833/2018, posteriormente convertida na lei nº 13.711, de 2018.

Foi proferida inicialmente decisão, em 17 de outubro de 2019, indeferindo o pedido de tutela de urgência por considerar inexistir comprovação de perigo na demora. Referida decisão foi posteriormente mantida quando do julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela RDN.

Após a apresentação de contestações e réplica, em 8 de setembro de 2020, foi apresentado pedido de tutela de evidência pela RDN para que o DER e o Estado do Paraná sejam condenados a reequilibrar as perdas efetivamente já sofridas pela concessionária com a isenção da cobrança de tarifa dos eixos suspensos, sem prejuízo do prosseguimento da ação para que seja realizada a prova pericial e seja devidamente apurado, nos termos do contrato de concessão, o valor do desequilíbrio que deverá ser reequilibrado de forma única, completa e final para todo o período da concessão.

Em 17 de fevereiro de 2021, o pedido de tutela de evidência foi deferido em parte para determinar ao DER e Estado do Paraná realizarem e finalizarem os estudos técnicos necessários para impugnar os valores apurados, indicarem os valores que entendem incontroversos, ou ainda justificarem fundamentadamente também mediante cálculos a inexistência de prejuízos da mora em 45 dias úteis.

Em 1º de março de 2021, o DNIT e a ANTT opuseram embargos de declaração para que seja explicitado na decisão referente tutela de evidência que as obrigações nela fixadas são direcionadas unicamente aos réus DER/PR e Estado do Paraná.

Em 26 de abril de 2021, a RDN apresentou impugnação aos embargos de declaração do DNIT e da ANTT. Em 11 de maio de 2021, foi protocolizada petição pelo Estado do Paraná com cópia do procedimento em que foi apreciado e indeferido o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, manifestando-se pela iliquidez dos créditos reclamados pela RDN. Em 31 de maio de 2021, foi protocolizada petição pela RDN requerendo que seja concedida a tutela anteriormente pleiteada.

Em 2 de junho de 2021, foi protocolizada petição pelo Estado do Paraná e pelo DER requerendo o indeferimento do pedido de concessão de tutela, bem como que a RDN apresente provas. Em 18 de junho de 2021, a RDN se manifestou sobre o pedido do Estado do Paraná e do DER.

Em 8 de julho de 2021, o Estado do Paraná e o DER/PR apresentaram nova petição para requerer a extinção da ação por ausência de interesse de agir.

Notas Explicativas

Em 18 de novembro de 2021, foi proferida decisão saneadora que deixou de apreciar o pedido de tutela de evidência por entender que o mesmo teria perdido o objeto, e rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANTT e DNIT e que deferiu a produção de prova pericial. Em 3 de dezembro de 2021, foram opostos embargos de declaração pela RDN em face da decisão saneadora, que aguardam julgamento.

Em 7 de janeiro de 2022, foi juntado aos autos o termo de audiência de mediação ocorrida em 16 de dezembro de 2021, suspendendo o processo, tendo em vista a instauração de procedimento de mediação junto ao TRF4 (no âmbito do processo SEI nº 0010575-42.2021.4.04.8000).

ii. Ação Ordinária nº 5061296-37.2020.4.04.7000 – reajuste da tarifa de pedágio, contratualmente prevista, para o ano de 2020

Considerando a decisão cautelar proferida no processo administrativo nº 16.844.752-3, a RDN ajuizou Ação Ordinária em face da União, da ANTT, do Estado do Paraná, do DER/PR e da AGEPAR, em 11 de dezembro de 2020, com o objetivo de garantir o reajuste anual da tarifa de pedágio previsto no contrato de concessão.

Em 16 de dezembro de 2020, foi proferida decisão indeferindo o pedido de antecipação de tutela. Em 23 de dezembro de 2020, foi interposto agravo de instrumento pela RDN.

Em 16 de janeiro de 2021, foi indeferido o pedido de antecipação de tutela recursal pleiteado no agravo de instrumento. O agravo de instrumento foi provido em sessão realizada em 22 de abril de 2021. Em 30 de abril de 2021, a AGEPAR opôs embargos de declaração alegando nulidade do acórdão.

Em 4 de agosto de 2021, foi dado parcial provimento aos embargos de declaração apenas para fins de prequestionamento. Em 1º de setembro de 2021, a AGEPAR opôs novos embargos de declaração, que foram providos na sessão de julgamento virtual ocorrida entre os dias 21 a 29 de setembro de 2021, com a anulação do julgamento do agravo de instrumento, para que a AGEPAR seja intimada a apresentar contrarrazões ao recurso. Em 6 de outubro de 2021, a RDN opôs embargos de declaração renovando o pedido de tutela antecipada, que foi concedida, conforme decisão proferida em 15 de outubro de 2021, mantendo inalterado o reajuste anteriormente efetivado.

Em 1ª instância, foram apresentadas contestações pela União, pelo DER/PR, pelo Estado do Paraná e pela AGEPAR. Em 27 de abril de 2021, a RDN apresentou réplica e requereu o julgamento antecipado do mérito, por entender que se trata de matéria de direito e, subsidiariamente, se resguardando no direito de produção de prova pericial acaso seja determinada instrução processual. As demais partes também se manifestaram no sentido de não terem outras provas a produzir.

Em 1º de novembro de 2021, foi proferida decisão saneadora que rejeitou as preliminares de ilegitimidade passiva e ausência de interesse de agir suscitadas pelos entes públicos em suas contestações. Considerando que nenhuma das partes manifestou interesse na produção de provas.

Em 7 de janeiro de 2022, foi juntado aos autos o termo de audiência de mediação ocorrida em 16 de dezembro de 2021, suspendendo o processo, tendo em vista a instauração de procedimento de mediação junto ao TRF4 (no âmbito do processo SEI nº 0010575-42.2021.4.04.8000).

Notas Explicativas

iii. Ação nº 5077418-91.2021.4.04.7000 (Notificação Judicial)

Em 10 de novembro de 2021, a RDN ajuizou Ação de Notificação Judicial em face da União, da ANTT, do DNIT, do Estado do Paraná e do DER/PR para que seja dado cumprimento ao contrato, de modo que elas assumam o acervo de bens reversíveis que compõem a concessão quando for encerrado o contrato de concessão, bem como para formalizar o encerramento da prestação de serviços às 23h59min59s do dia 27 de novembro de 2021.

Em 21 de março de 2022, a RDN peticionou para requerer a extinção do feito, uma vez que, com a devolução dos bens da concessão ao Poder Concedente, a Notificação perdeu o objeto. Na mesma data, os autos foram arquivados.

iv. Ação Civil Pública nº 5079396-06.2021.4.04.7000 (Canalização)

Em 21 de novembro de 2021, foi ajuizada ação pelo Estado do Paraná e pelo DER/PR em face da RDN, com dois pedidos de liminares autônomos, para a implantação de canalização e sinalização em todas as praças de pedágio operadas pela RDN, assim como para que elabore, em conjunto com a Comissão Regional de Encerramento, o cronograma de bens a serem revertidos após o término da concessão. Foi preferida decisão deferindo os pedidos de antecipação de tutela formulados pelo Estado e DER/PR, determinando: (i) a condenação da RDN na obrigação de fazer consubstanciada na implantação “da canalização em todas as praças de pedágio que opera nas rodovias integrantes do Lote 05”; e (ii) a imposição à RDN da elaboração do cronograma de bens a serem revertidos após o término da concessão, com a sua permanência “como *guardiã dos bens até a reversão dele*.” Em 13 de novembro de 2021, foi realizada audiência preliminar, em que estiveram presentes o Estado do Paraná, o DER/PR, a União Federal, o Ministério Público Federal – MPF, a Polícia Rodoviária Federal - PRF e a RDN, restando acordado: (i) plano provisório de canalização e sinalização até implementação final prevista para término em 15 de fevereiro de 2022; e (ii) entrega dos bens até o dia 14 de dezembro de 2021.

Em 21 de janeiro de 2022, embora a RDN tenha cumprido com as obrigações determinadas na antecipação de tutela, foi apresentada contestação requerendo a improcedência da ação em razão da imposição de obrigações não previstas no contrato de concessão e sejam liquidados, após a prolação da sentença, os prejuízos financeiros causados à RDN em decorrência do cumprimento da decisão liminar. A tramitação do processo encontra-se suspensa, tendo em vista a instauração de procedimento de mediação junto ao TRF4. Porém em 11 de março de 2022, a RDN peticionou para informar sobre o cumprimento integral do plano de canalização.

Mesmo com o processo suspenso, em 21 de março de 2022, o Estado do Paraná e o DER/PR apresentaram réplica, e a RDN apresentou manifestação em 26 de abril de 2022, oportunidade em que novamente reforçou a suspensão processual em razão da tramitação do procedimento de mediação junto ao TRF4.

b) AutoBAN

i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06

O Estado de São Paulo e a concessionária discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 (TAM), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este

Notas Explicativas

adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a AutoBAN requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 25 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos.

Em 22 de fevereiro de 2022, a AutoBAN realizou o depósito dos honorários devidos ao Estado de São Paulo, bem como, houve o trânsito em julgado do processo.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária.

Em face do acordo, a AutoBAN requereu, em 20 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 16 de março de 2022, foi deferido o pedido de suspensão da ação pelo prazo de 06 meses.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a AutoBAN requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária.

Em face do acordo, a AutoBAN requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 19 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses, com término em 19 de fevereiro de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a AutoBAN requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste

Notas Explicativas

realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a concessionária ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1014628-22.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a AutoBAN requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 17 de julho de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses, com término em 13 de janeiro de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a AutoBAN requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência da ação.

Em 12 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para manifestar concordância com o pedido de desistência.

v. **Ação de Improbidade Administrativa - Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)**

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo visando à declaração de nulidade da concorrência 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão. Após a apresentação de defesa prévia, em abril de 2011, foi proferido despacho rejeitando a manifestação da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi incluída posteriormente no polo passivo da ação após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo nº 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Em 26 de julho de 2019, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o DER opuseram recurso de embargos de declaração, que tiveram provimento negado, tendo o acórdão transitado em julgado em 4 de fevereiro de 2020. Os autos foram remetidos ao Juízo de origem, sendo em que 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do Ministério Público do Estado de São Paulo o qual,

Notas Explicativas

em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso, o que ocorreu em 7 de abril de 2022. Aguarda-se a intimação da AutoBAn para apresentar resposta à referida manifestação do Ministério Público.

c) SPVias

i. Termo Aditivo Modificativo nº 14/06

O Estado de São Paulo e a concessionária discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (TAM), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a SPVias requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 17 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos.

Em 12 de janeiro de 2022, a SPVias requereu o arquivamento dos autos, tendo em vista que os honorários de sucumbência já haviam sido levantados pelo Estado. Aguarda-se o arquivamento definitivo do processo do cumprimento provisório de sentença.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a SPVias requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Em 15 de outubro de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito por 6 meses.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a SPVias requereu no dia 8 de abril de 2022, que seja reconhecida a perda de objeto da ação por perda superveniente de interesse processual.

iii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste

Notas Explicativas

realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a concessionária ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016435-77.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a SPVias requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 19 de julho de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a SPVias requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência da ação.

Em 13 de abril de 2022, o Estado de São Paulo e a ARTESP peticionaram para concordarem com o pedido de desistência da ação.

d) Barcas

- i. **Ação de rescisão de contrato de concessão (com pedido de concessão de tutela de urgência), processo nº 0431063-14.2016.8.19.0001**, ajuizada pela Barcas pretende ver declarada a rescisão do contrato de concessão de Serviços Públicos de Transporte Aquaviário de Passageiros, Cargas e Veículos no Estado do Rio de Janeiro firmado originariamente entre a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos.

Em 8 de outubro de 2018, foi proferida decisão deferindo o pedido de Barcas para determinar que a AGETRANSP e o Estado do Rio de Janeiro, no prazo de vinte dias, auxiliassem a concessionária a readequar e reorganizar os horários e linhas de viagem deficitárias no intuito de reduzir eventual prejuízo mensal.

Em 18 de janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro e a AGETRANSP interpuseram agravo de instrumento. Em 10 de setembro de 2019, o recurso de agravo de instrumento foi conhecido, porém teve seu provimento negado, determinando o TJRJ que o Estado do Rio de Janeiro promova a readequação e reorganização dos horários e linhas de viagens deficitárias operadas pela autora, cuja decisão transitou em julgado.

Em 1ª instância, foi apresentada réplica e, posteriormente, foram definidas determinadas medidas mitigadoras dos prejuízos recorrentes assumidos pela concessionária, sendo que, posteriormente, foi acordada em juízo a suspensão da tramitação da ação judicial com o objetivo de se iniciar processo de negociação visando encontrar uma solução global para o contrato de concessão.

Notas Explicativas

Em 4 de fevereiro de 2020, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro interpôs agravo de instrumento em face da decisão de 1ª instância que permitiu as medidas mitigadoras por meio da implementação de nova grade de horários das viagens das embarcações. Em 30 de novembro de 2021, foi proferido acórdão declinando a competência para a 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Em 17 de dezembro de 2021, foram opostos embargos de declaração por Barcas, os quais aguardam julgamento. Esse recurso ainda se encontra pendente de julgamento.

Em 21 de fevereiro de 2020, foi apresentada petição conjunta entre a concessionária e o Estado do Rio de Janeiro juntando o Memorando de Entendimentos e o Termo de Compromisso firmado e requerendo a suspensão da ação pelo prazo de 30 dias. Em 21 de abril de 2020, foi proferida decisão saneando o processo, não tendo homologado o pedido conjunto de suspensão do processo e o acordo celebrado entre as partes, e determinando a manifestação das partes em relação à produção de provas.

Em 28 de abril de 2020, a Barcas apresentou pedido de reconsideração à decisão que não homologou o termo de compromisso e, na mesma oportunidade, foi reiterado o pedido de suspensão do processo.

Em 8 de maio de 2020, a concessionária opôs embargos de declaração em face da decisão saneadora, a qual indicou que a discussão estaria limitada à existência de prejuízos da Barcas no curso da execução do contrato de concessão, que foi rejeitado. Em face da decisão saneadora, foram interpostos agravos de instrumento. Em 29 de novembro de 2021, foi proferido despacho no agravo de Barcas determinando que se aguarde o julgamento do agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público contra a decisão que negou o seu pedido de suspensão do processo para se que possa dar continuidade ao julgamento do recurso.

Em 7 de julho de 2020, a Barcas protocolizou petição reiterando o seu pedido de produção de prova pericial econômico-financeira, além de prova documental suplementar. Em 15 de setembro de 2020, foi proferida decisão determinando que se aguarde o julgamento dos agravos de instrumento interpostos contra a decisão saneadora para o prosseguimento da ação de rescisão. Em 9 de dezembro de 2020, o Agravo de Instrumento interposto pelo Ministério Público não foi conhecido. Em 13 de julho de 2021, o Ministério Público opôs embargos de declaração contra o acórdão, em face do qual Barcas apresentou resposta. Em 30 de março de 2022, os embargos do Ministério Público foram rejeitados.

Em 21 de junho de 2021, o agravo de instrumento interposto pela Defensoria Pública, nos autos da ação civil pública que discute alterações na grade de horários com o objetivo de reunir, novamente, a ação de rescisão e a referida ação civil pública, foi incluído em pauta de julgamento, tendo sido conhecido e parcialmente provido, especialmente, para determinar que a ação de rescisão e a ação civil pública sejam reunidas, bem como para afastar a possibilidade de a Defensoria peticionar na ação de rescisão.

Em 9 de julho de 2021, a Barcas opôs embargos de declaração em face dessa decisão, que aguarda julgamento. Em 9 de setembro de 2021, no âmbito da ação de rescisão, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até que os recursos de agravos de instrumento sejam julgados.

Notas Explicativas

e) MSVia

i. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a MSVia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da lei nº 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos nos termos do decreto federal nº 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a concessionária iniciou os trâmites relativos à devolução amigável da concessão, devendo o sistema rodoviário ser submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação nº 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI nº 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto nº 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da MSVia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021. O 1º Termo Aditivo contempla garantias por parte da MSVia, descritos na nota explicativa nº 1 – Contexto operacional.

Após a assinatura do aditivo contratual, espera-se que o processo de relicitação seja concluído dentro do prazo de 24 meses, conforme previsto no Decreto nº 10.647/2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação.

f) NovaDutra

i. Reequilíbrio - Remuneração de Projetos Executivos

Em 13 de dezembro de 2019, a NovaDutra ajuizou ação declaratória (processo nº 5026377-67.2019.4.03.6100), perante a 5ª Vara Cível Federal de São Paulo, contra a União Federal e a ANTT visando ao reequilíbrio parcial do contrato de concessão (PG-137/95-00), para afastar suposta ilegalidade enfrentada desde a edição, pela ANTT, da Portaria nº 161/17, que autorizou a antecipação de 50% da remuneração devida com os custos de elaboração dos projetos executivos pendentes de aprovação pela ANTT.

Em 7 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão no âmbito da referida ação judicial, deferindo pedido de tutela antecipada (apresentado em 6 de fevereiro de 2020), suspendendo a eficácia da deliberação nº 1.093, cujos termos foram ratificados pela deliberação nº 74, 4 de fevereiro de 2020, da ANTT, que havia determinado a redução em 5,26% da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-116/RJ/SP, objeto de contrato de concessão nº PG-137/95-00 celebrado entre a União e a NovaDutra, a partir das 00h00 do dia 8 de fevereiro de 2020.

Contra a decisão que deferiu o pedido de tutela, as partes interpuseram recurso de agravo de instrumento, o qual foi distribuído para a 3ª Turma do TRF da 3ª Região com o nº

Notas Explicativas

5013536-70.2020.4.03.0000, e está sob a relatoria do Desembargador Nelton dos Santos, aguardando julgamento. Em 1ª instância, os autos permanecem na fase de instrução.

Em 8 de abril de 2022, a NovaDutra protocolou junto à ANTT um pedido formal de proposta de acordo no processo judicial. Aguarda-se a apreciação da Agência sobre a minuta do acordo. No âmbito judicial, as partes estão avaliando a pertinência em realizar um pedido conjunto de suspensão do processo até que a questão do acordo seja resolvida.

g) ViaOeste

i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

O Estado de São Paulo e a concessionária discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (TAM), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a ViaOeste requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 18 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos apresentados pela ViaOeste.

Em 7 de fevereiro de 2022, foi publicada decisão que determinou que o Estado de São Paulo procedesse ao levantamento dos valores depositados pela ViaOeste. Aguarda-se o levantamento do valor pelo Estado e o arquivamento definitivo dos autos do cumprimento provisório de sentença.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a ViaOeste requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Em 18 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 6 meses, com término em 13 de fevereiro de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a ViaOeste requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência do recurso.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos em 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando

Notas Explicativas

o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a ViaOeste requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a ViaOeste requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência do recurso.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a concessionária ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária.

Em face do acordo, a ViaOeste requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação o que foi deferido em 15 de setembro de 2021, pelo prazo de 6 meses, com término em 15 de março de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a ViaOeste requereu no dia 8 de abril de 2022 a desistência da ação. Aguarda-se a manifestação do Estado de São Paulo.

h) ViaQuatro

i. Processo nº 0107038-05.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.107038-4 - 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo)

Em 17 de março de 2006, foi proposta a Ação Popular em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo. Em 12 de março de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve o deferimento do pedido do Ministério Público de inclusão das pessoas físicas signatárias do contrato de concessão no polo passivo da ação.

Notas Explicativas

Contra essa decisão foram interpostos recursos aos tribunais superiores. Em 29 de agosto de 2016, foi publicada a decisão que negou a admissibilidade dos recursos. Em 19 de setembro de 2016, a ViaQuatro interpôs agravo de instrumento ao STJ, que não foi conhecido, conforme decisão proferida em 2 de junho de 2020.

Em 22 de junho de 2020, a ViaQuatro interpôs agravo interno.

Em 14 de março de 2022, foi proferida decisão que negou provimento ao agravo interno da ViaQuatro, no qual se questionava a inclusão, no polo passivo, dos ex-diretores da CCR que assinaram o contrato de concessão. Em 13 de abril de 2022, referida decisão transitou em julgado e baixa definitiva dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Em primeira instância, foi proferida decisão determinando que os autores sejam intimados para dar andamento ao feito caso queiram, visto que não há efeito suspensivo ao agravo interposto pela concessionária perante o STJ. Em 16 de novembro de 2021, houve requerimento pelos autores da citação dos representantes legais da concessionária. Aguarda-se conclusão do ciclo citatório de todos os réus.

ii. **Processo nº 0117119-13.2006.8.26.0053 (antigo nº 053.06.117119-0 - 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo)**

Trata-se de Ação Popular, distribuída em 30 de junho de 2006 e proposta por vários autores (pessoas físicas) em face da Fazenda Estadual de São Paulo, da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e outros, visando à anulação de todos os atos e procedimentos relacionados com a Concorrência Internacional nº 42325212, relativa à Concessão Patrocinada para Exploração da Operação dos Serviços de Transportes de passageiros da Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo.

Em 29 de outubro de 2009, foi proferida decisão determinando a conexão com a Ação Popular nº 053.06.107038-4, em curso na 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Em razão da referida conexão, o andamento desta ação segue o da referida Ação Popular (item “i” acima).

i) **Controlar**

i. **Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0044586-80.2011.8.26.0053**, ajuizada pelo MP/SP em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito.

O juiz de 1º grau concedeu em parte a liminar requerida, determinando (i) a realização de nova licitação, em 90 dias, dos serviços objeto do contrato da Controlar, e (ii) a indisponibilidade de veículos e imóveis de todos os requeridos.

A tramitação do processo, a partir do deferimento da liminar, foi bifurcado. De um lado, pelos diversos recursos em face da liminar nos Tribunais em 2ª e 3ª Instância, e, de outro lado, em relação à discussão do mérito da causa, em 1ª Instância.

No tocante à discussão sobre a subsistência, ou não, da referida liminar, tem-se que já em 11 de janeiro de 2012, a mesma foi parcialmente suspensa pelo STJ, em decisão confirmada pela corte especial do mesmo tribunal, em 18 de abril de 2012. O juízo de 1º grau, em razão da decisão do STJ, retirou a indisponibilidade de bens de todos os

Notas Explicativas

requeridos.

Em 26 de junho de 2012, foram julgados pelo TJSP recursos anteriores, da CCR, Controlar e outros, interpostos contra a mesma liminar, que foram acatados para cassar a parte restante da liminar, relativa à realização de nova licitação. Em 27 de junho de 2012, o juízo de 1º grau proferiu decisão reafirmando o desbloqueio dos bens de todos os requeridos.

O novo juiz designado para processar e julgar o feito, em 29 de julho de 2014, proferiu decisão revigorando a determinação de bloqueio dos bens dos requeridos. Em 15 de agosto de 2014, o TJSP suspendeu referida decisão, mantendo o desbloqueio dos bens dos requeridos.

Em 1º de setembro de 2017, foi proferida decisão deferindo a averbação da existência desta demanda nos registros dos imóveis pertencentes aos requeridos. Contra essa decisão, foram apresentados recursos de agravo, nos quais foram concedidas novas liminares para suspender a aludida averbação. Todavia o TJSP, negou provimento aos recursos dos requeridos. Contra a decisão foi manejado recurso especial, o qual foi inadmitido, em decisão publicada em 24 de agosto de 2018. Diante disso, em 18 de setembro de 2018, foi interposto agravo em recurso especial, que aguarda julgamento.

Em 7 de maio de 2020, o Ministro Benedito Gonçalves, proferiu decisão monocrática para converter o agravo em recurso especial para melhor análise da matéria. Em 25 de junho de 2020, sobreveio decisão monocrática a qual manteve a decisão que autorizou a averbação da existência desta demanda nos registros dos imóveis pertencentes aos requeridos. Contra essa decisão, em 10 de julho de 2020, foi interposto recurso de agravo interno, que aguarda julgamento.

Voltando à discussão do tema principal, em 1ª instância, após a intimação de todos os requeridos, em 4 de junho de 2018, foi proferida decisão que determinou a abertura do prazo de defesa prévia. Após a apresentação de defesa prévia pelas partes, foi proferida decisão em 21 de janeiro de 2019, recebendo a ação e determinando a citação dos réus para a apresentação de contestação e início da fase de instrução.

Em 28 de novembro de 2019, sobreveio despacho certificando a remessa dos autos para a 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, sob a alegação de possível conexão com a Ação Popular nº 0008456-91.2011.8.26.0053, em relação a qual a Controlar não figura como parte. Após manifestação das partes sobre a conexão do processo com referida Ação Popular, será definida a competência para processar e julgar o feito.

Em 25 de março de 2022, a Controlar apresentou sua manifestação acerca das alterações trazidas pela Lei nº 8.249/95 e requereu a extinção da ação por falta de elementos materiais. Aguarda-se decisão sobre a manifestação, bem como, sobre a competência para processar e julgar o feito ante o conflito de competência pontuado anteriormente.

j) Renovias

i. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo nº 1060269-33.2017.8.26.0053).

Notas Explicativas

Em 23 de setembro de 2020, o juiz determinou a intimação das partes acerca do laudo pericial. Em 15 de outubro de 2020, a Renovias apresentou sua manifestação, em atendimento à notificação. Em 4 de fevereiro de 2021, foi proferido despacho intimando o perito a se manifestar sobre as impugnações ao laudo pericial. Em 14 de julho de 2021, o perito apresentou seus esclarecimentos. A Renovias teve o prazo para apresentar manifestação aos esclarecimentos periciais até o dia 21 de março de 2022.

Após manifestação da Renovias no sentido de concordar com as conclusões do laudo complementar do perito, em 28 de março de 2022 o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram nova impugnação aos esclarecimentos periciais. Aguarda-se a apreciação dessas manifestações pelo juízo, para eventual nova intimação do perito ou prolação de sentença.

k) ViaRio

Foram instaurados e estão em andamento no âmbito dos órgãos municipais os seguintes processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão:

i. Processo Administrativo nº 06/370.645/2011 (Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro)

Em 5 de junho de 2020, a ViaRio recebeu notificação da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro (SMTR) para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa prévia a respeito de suposto sobrepreço de R\$ 1.049.116, apontado no valor das obras da implantação da Ligação Transolímpica, objeto do contrato de concessão nº 038/2012.

Em 28 de julho de 2020, foi apresentada a defesa prévia, na qual a ViaRio apontou a consumação da decadência, violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal e, ademais, aponta a indevida desconsideração de instrumentos jurídicos validamente constituídos, a existência de graves falhas técnicas na reorçamentação proposta pelas autoridades municipais, bem como a contrariedade aos princípios de boa-fé objetiva, moralidade, segurança jurídica, e o desrespeito a disposições contratuais e editalícias expressas na redefinição do valor das obras vários anos após a sua conclusão. Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia.

Em 21 de abril de 2021, foi recebido ofício da SMTR dando conta da suspensão do processo de sobrepreço até o término da fase instrutória do PAR determinado pela decisão proferida na ação de Mandado de Segurança ajuizado pela concessionária. Aguarda-se a manifestação da SMTR acerca da defesa prévia e provas apresentadas pela ViaRio bem como em face das demais decisões proferidas nos processos mencionados nos itens “ii” e “iii”, que foram devidamente informadas pela ViaRio, através de petição, em 18 de janeiro de 2022, sobre o arquivamento do PAR e reiterando o pedido de arquivamento também do processo perante a SMTR. Tais manifestações da ViaRio seguem pendentes de análise pelo Município.

ii. Processo Administrativo de Responsabilização nº 02/2020 (Controladoria Geral do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a ViaRio recebeu a notificação acerca da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização PAR/CGM nº 02/2020 relativamente aos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011, com notificação para a apresentação de defesa escrita. Após requerimento formulado pela concessionária, foi concedida a dilação de prazo, para que o mesmo se iniciasse após a concessão das cópias

Notas Explicativas

do processo administrativo e a defesa foi apresentada em 29 de outubro de 2020. Em 5 de novembro de 2020, foi proferido despacho informando a conclusão da instrução, e notificando a ViaRio a apresentar alegações finais em 15 dias.

Em face da decisão que decretou o encerramento da instrução processual foi interposto o Mandado de Segurança nº 0269876-55.2020.8.19.0001 perante a 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Após a concessão da liminar foi proferida a sentença em 24 de novembro de 2020 para suspender a decisão que declarou encerrada a fase instrutória do PAR, assegurando à ViaRio o direito de apresentar prova pericial de engenharia até dia 22 de fevereiro de 2021.

Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia. A Procuradoria do Município foi intimada em 10 de janeiro de 2021. Em 19 de março de 2021, foi protocolado recurso administrativo contra a decisão da Comissão de Avaliação do Programa de Integridade. Em 28 de setembro de 2021, foi proferido o relatório final da Comissão de processo administrativo de responsabilização, concluindo pela exculpação da ViaRio acerca dos atos e fatos suscitados no PAR. Na mesma data, o Relatório Final foi aprovado pelo Controlador Geral do Município, e encaminhado à Procuradoria Administrativa para manifestação acerca da legalidade bem como com proposição de arquivamento do processo.

Em 4 de janeiro de 2022, foi proferida a decisão final pelo Controlador-Geral do Município do Rio de Janeiro (Despacho Técnico CGM nº 001/2021), pela (i) exclusão das pessoas jurídicas investigadas no âmbito do PAR, tendo em vista que não foram comprovadas as práticas de atos lesivos; e consequente (ii) arquivamento do PAR. A referida decisão foi publicada no Diário Oficial do Município em 6 de janeiro de 2022. Em 10 de março de 2022, foi expedido o Mandado de Notificação nº 02/2022 para comunicar a Concessionária ViaRio acerca da decisão de arquivamento. Aguarda-se o arquivamento definitivo dos autos.

iii. Processo nº 40/100615/2020 (Tribunal de Contas do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a ViaRio recebeu a notificação do Tribunal de Contas do Município para se manifestar acerca dos fatos apresentados na Representação formulada pela Controladoria Geral do Município acerca dos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011. O processo foi convertido em diligência e, em 15 de outubro de 2020, a ViaRio apresentou sua manifestação em atendimento à notificação. Os órgãos municipais diligenciados também apresentaram ao TCM as informações e documentações solicitadas.

Em retorno à diligência sobreveio a promoção da 2ª Inspeção Geral de Controle Externo, de 10 de dezembro de 2020, pela improcedência da representação, sugerindo posterior arquivamento. Em 11 de dezembro de 2020, a Inspeção Geral manifestou concordância com a proposta de improcedência da representação. A Procuradoria Especial opinou, em 21 de janeiro de 2021, pela improcedência da representação. Em 7 de maio de 2021, foi concluída a sessão virtual de julgamento no Tribunal de Contas do Município, pela improcedência da Representação. Não houve recurso e em 11 de maio de 2021, os autos foram encaminhados ao serviço de arquivo.

iv. Processo nº 0189152-64.2020.8.19.0001 – Ação Popular – nulidade do contrato de concessão

Trata-se de Ação Popular distribuída em 30 de setembro de 2020, em face do Município do Rio de Janeiro e da ViaRio, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão nº 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da ViaRio à

Notas Explicativas

reparação de suposto danos ao Erário. Em 30 de novembro de 2020, a ViaRio foi citada, tendo apresentado a sua contestação em 1º de fevereiro de 2021. Em 30 de março de 2021, a ViaRio se manifestou no sentido de não possuir provas a produzir. Em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a ViaRio apresentou contrarrazões ao recurso de apelação. Aguarda-se julgamento.

v. Reajustes tarifários de 2019, 2020 e 2021

Em 14 de janeiro de 2020, foi distribuída ação judicial (autos nº 0008676-31.2020.8.19.0001) referente à aplicação do reajuste tarifário correspondente ao ano de 2019. O reajuste foi autorizado por meio de tutela antecipada concedida em 9 de dezembro de 2020. Face a esta decisão, o Município do Rio de Janeiro interpôs Agravo de Instrumento, cuja decisão proferida em 16 de setembro de 2021, manteve a tutela antecipada. O processo se encontra em fase de instrução, em 1ª Instância.

Em 10 de fevereiro de 2021, foi distribuída ação judicial (autos nº 0029312-81.2021.8.19.0001) referente à aplicação do reajuste tarifário correspondente ao ano de 2020. Neste caso, a tutela antecipada não foi concedida em 1ª Instância. Em face dessa decisão, a ViaRio interpôs agravo de instrumento (agravo nº 21462-76.2021.8.19.0000), cujo julgamento se aguarda. Diante do cenário, a ViaRio não aplicou o reajuste tarifário correspondente ao ano 2000.

Em 15 de março de 2022, foi distribuída ação judicial (autos nº 0059071-56.2022.8.0001) referente à aplicação do reajuste tarifário correspondente ao ano de 2021. A tutela antecipada novamente não foi concedida em 1ª Instância, decisão contra a qual foi interposto o agravo de instrumento em 13 de abril de 2022 (agravo nº 0025997-14.2022.8.19.0000). Aguarda-se a apreciação da tutela recursal requerida pela concessionária. Diante do cenário, a ViaRio não aplicou o reajuste tarifário correspondente ao ano 2021.

Em face dos casos relatados nos itens “i”, “ii” e “iii” acima, além das manifestações jurídicas apresentadas no âmbito de cada processo, a Companhia realizou por intermédio de sua área de Compliance verificação interna com o suporte de empresa especializada em trabalhos *forenses* e empresa especializada em engenharia, tendo adotado procedimentos para verificar a ocorrência dos fatos alegados pelas autoridades municipais, de modo que não foram identificados indícios que substanciassem as referidas alegações. Considerando que as análises no âmbito do TCM e do PAR estão totalmente concluídas, assim como a evolução das informações e evidências coletadas, a governança da Companhia avaliou e concluiu que não há óbice, nessas circunstâncias, à emissão dessas informações trimestrais.

l) VLT Carioca

i. Rescisão de contrato de concessão

Em 3 de julho de 2019, o VLT Carioca ajuizou ação de rescisão do contrato de concessão (com pedido de tutela de urgência), processo nº 0159841-62.2019.8.19.0001, em face do município do Rio de Janeiro e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), pleiteando a rescisão do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada (CVL nº 010008/2013) firmado entre as partes, devido a inadimplementos contratuais por parte do Poder Concedente e do município do Rio de Janeiro, bem como a condenação da municipalidade ao pagamento de indenização por perdas e danos e lucros cessantes, a serem apurados por ocasião de liquidação de sentença.

Notas Explicativas

O VLT Carioca ainda pleiteia, em sede de liminar, que o Poder Concedente seja instado a cumprir de imediato determinadas obrigações legais e contratuais em atraso, bem como seja implementada a garantia subsidiária do contrato de concessão, viabilizando a continuidade da prestação do serviço público até o trânsito em julgado da ação. Em 10 de julho de 2019, foi indeferida a liminar requerida pelo VLT Carioca.

Em 26 de setembro de 2019, após a apresentação das defesas dos réus, o processo foi remetido à conclusão. Em 9 de outubro de 2019, o VLT Carioca assinou com o Poder Concedente um Memorando de Entendimentos (MOU), posteriormente ratificado pelos acionistas do VLT Carioca em 19 de dezembro de 2019, e que, entre outras disposições, permitiu que a Etapa 3B fosse inaugurada em 26 de outubro de 2019, e permitiu a suspensão da ação, oportunamente, e de acordo com a conveniência do VLT Carioca.

Em 10 de outubro de 2019, foi proferida decisão que concedeu a tutela provisória de urgência para determinar aos réus que implementem e providenciem a operacionalização da garantia subsidiária do contrato de concessão, de modo a dar cumprimento às obrigações legais e contratuais assumidas, sob pena de multa diária. Contra a tutela provisória foram opostos embargos pelos réus, os quais foram rejeitados em 7 de janeiro de 2020. Em razão da rejeição dos embargos, a CDURP e a Prefeitura interpuseram agravos de instrumento, respectivamente em 7 de fevereiro e 9 de março de 2020.

Em 22 de maio de 2020, foi concedida a liminar, objeto de pedido apresentado pelo VLT Carioca, para liberação parcial da importância a ser segurada pelo seguro garantia.

Em 3 de julho de 2020, foi publicada a decisão do agravo de instrumento interposto pela CDURP, suspendendo os efeitos da decisão proferida em 10 de outubro de 2019. Contra essa decisão, em 9 de julho de 2020, o VLT Carioca interpôs agravo interno com pedido de reconsideração e, em 24 e 29 de julho de 2020, o VLT Carioca apresentou contrarrazões aos agravos de instrumento interpostos pela CDURP e pelo Município, respectivamente. O Ministério Público apresentou pareceres favoráveis ao VLT Carioca, pelo não provimento dos agravos, ambos em outubro de 2020. O agravo de instrumento do Município foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em sessão de julgamento ocorrida em 12 de fevereiro de 2021. Já o recurso de agravo de instrumento da CDURP, está com julgamento suspenso, devido ao pedido de vista por um dos julgadores.

Em 7 de maio de 2021, foi deferido, pelo Presidente do STJ, o pedido formulado pelo Município no âmbito da Suspensão de Liminar nº 2927, suspendendo o acórdão do TJRJ que confirmou a liminar deferida na origem. Em 31 de maio de 2021, o VLT Carioca interpôs agravo interno, em face dessa decisão, o qual teve seu provimento negado. Em 1º de fevereiro de 2022 o VLT Carioca apresentou embargos declaratórios em face da decisão que negou provimento ao seu agravo interno, que aguarda julgamento.

Na origem, em 4 de novembro de 2020, foi determinada a manifestação das partes em provas. A CDURP, em 19 de novembro de 2020, informou que não tem mais provas a produzir e o Município não se manifestou em provas, o que foi certificado no dia 7 de dezembro 2020. O VLT Carioca requereu, em 30 de novembro de 2020, a produção de prova pericial de engenharia e de prova pericial contábil, bem como de prova documental superveniente. O Ministério Público, em 9 de dezembro de 2020, não se opôs aos pedidos de prova do VLT Carioca.

Notas Explicativas

Em 12 de janeiro de 2021, foi proferida decisão deferindo o pedido do VLT Carioca de produção de prova documental superveniente no prazo de 10 dias e requerendo a sua manifestação para esclarecer o pedido de prova pericial contábil e de engenharia, o que foi feito pelo VLT Carioca no prazo estabelecido.

Em 14 de janeiro de 2021, o Ministério Público manifestou ciência da decisão. Em 18 de fevereiro de 2021, foi proferida decisão saneadora que deferiu a produção da prova pericial e determinou a juntada diretamente aos autos eletrônicos da prova documental. Aguarda-se andamento da instrução processual.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a “Relicitação” na MSVia.

Notas Explicativas

12. Ativo Imobilizado - Consolidado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2021		31/03/2022				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Variação cambial	Saldo final
Valor de custo								
Móveis e utensílios		92.268	-	(595)	744	-	(1.896)	90.521
Máquinas e equipamentos		588.619	111	(3.012)	7.138	(3)	(12.450)	580.403
Veículos		173.698	-	(5.139)	2.339	(353)	447	170.992
Instalações e edificações		38.426	-	-	19	-	(256)	38.189
Terrenos		415.713	-	-	-	-	-	415.713
Equipamentos operacionais		750.688	-	(207)	8.086	(459)	-	758.108
Embarcações		56.315	-	-	-	-	(9.488)	46.827
Fibra óptica		28.483	-	-	-	-	-	28.483
Imobilizações em andamento		138.891	25.157	(28)	(18.208)	388	-	146.200
Total custo		2.283.101	25.268	(8.981)	118	(427)	(23.643)	2.275.436
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios	10	(51.075)	(1.801)	591	60	-	488	(51.737)
Máquinas e equipamentos	13	(439.285)	(12.117)	3.179	(37)	-	8.370	(439.890)
Veículos	24	(140.035)	(4.516)	4.926	(25)	-	(942)	(140.592)
Instalações e edificações	3	(11.734)	(428)	-	-	-	(534)	(12.696)
Equipamentos operacionais	12	(605.256)	(11.276)	207	-	-	-	(616.325)
Embarcações	2	(49.110)	(290)	-	-	-	8.305	(41.095)
Fibra óptica	5	(7.288)	(357)	-	-	-	-	(7.645)
Total depreciação		(1.303.783)	(30.785)	8.903	(2)	-	15.687	(1.309.980)
Total geral		979.318	(5.517)	(78)	116	(427)	(7.956)	965.456

Notas Explicativas

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		31/12/2021				Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Ajustes de conversão	
Valor de custo								
Móveis e utensílios		80.181	96	(2.399)	13.357	(284)	1.317	92.268
Máquinas e equipamentos		571.376	3.170	(22.663)	58.027	(28.357)	7.066	588.619
Veículos		167.636	904	(23.993)	34.768	(5.898)	281	173.698
Instalações e edificações		26.354	-	-	11.279	-	793	38.426
Terrenos		418.207	-	(1.640)	(854)	-	-	415.713
Equipamentos operacionais		686.549	-	(15.159)	93.545	(14.247)	-	750.688
Embarcações		56.822	-	-	-	-	(507)	56.315
Fibra óptica		24.717	-	(19)	3.785	-	-	28.483
Imobilizações em andamento		175.916	142.077	(574)	(178.531)	3	-	138.891
Total custo		2.207.758	146.247	(66.447)	35.376	(48.783)	8.950	2.283.101
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios	10	(46.136)	(6.579)	2.213	(52)	-	(521)	(51.075)
Máquinas e equipamentos	13	(393.852)	(59.142)	20.065	(1.158)	-	(5.198)	(439.285)
Veículos	24	(129.518)	(34.229)	23.608	156	-	(52)	(140.035)
Instalações e edificações	3	(9.419)	(1.936)	-	-	-	(379)	(11.734)
Equipamentos operacionais	12	(558.590)	(59.959)	13.471	(178)	-	-	(605.256)
Embarcações	2	(48.295)	(1.258)	-	-	-	443	(49.110)
Fibra óptica	5	(5.976)	(1.316)	4	-	-	-	(7.288)
Total depreciação		(1.191.786)	(164.419)	59.361	(1.232)	-	(5.707)	(1.303.783)
Total geral		1.015.972	(18.172)	(7.086)	34.144	(48.783)	3.243	979.318

Notas Explicativas

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.619 em 31 de março de 2022 (R\$ 608 no trimestre findo em 31 de março de 2021). As taxas médias de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foram de 0,68% a.m. e 0,60% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias).

Notas Explicativas

13. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	31/12/2021		31/03/2022				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros	Ajustes de conversão	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	23.501.755	31.115	-	113.451	5.235.946 (e)	(346.872)	28.535.395
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	279.192	-	-	-	-	-	279.192
Direitos de uso de sistemas informatizados	323.357	142	(250)	12.315	(8) (e)	(2.326)	333.230
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	33.182	6.978	(10)	(7.426)	(51) (e)	-	32.673
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	37.594	-	-	(5.007)	-	-	32.587
Cessão de fibra óptica e conectividade	112.527	-	-	-	(359) (e)	-	112.168
Direito de concessão	7.620.611	34.752 (j)	-	-	-	-	7.655.363
Transmissão de dados de radiofrequência	5.549	-	-	-	-	-	5.549
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio							
Aeris	286.742	-	-	-	-	(41.712)	245.030
ViaQuatro	641.484	-	-	-	-	-	641.484
RDN	14.988	-	-	-	-	-	14.988
SPVias	1.167.354	-	-	-	-	-	1.167.354
Barcas	11.382	-	-	-	-	-	11.382
ViaOeste	251.709	-	-	-	-	-	251.709
VLT Carioca	14.530	-	-	-	-	-	14.530
Quiport Holdings	33.656	-	-	-	-	(5.082)	28.574
Aeroporto Internacional de Curaçao	114.613	-	-	-	-	(10.883)	103.730
TAS (d)	114.298	-	-	-	-	(17.261)	97.037
Total custo	34.564.523	72.987	(260)	113.333	5.235.528	(424.136)	39.561.975

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2021		31/03/2022				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências		Ajustes de conversão	Saldo final
					(a)	Outros		
Valor de amortização								
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(12.477.294)	(283.986)	-	-	4.496	285.661	(12.471.123)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	(c)	(262.571)	(3.579)	-	-	96	-	(266.054)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(255.727)	(8.251)	250	(5.005)	425	1.062	(267.246)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(37.259)	(65)	-	5.007	-	-	(32.317)
Cessão de fibra óptica e conectividade	(f)	(77.603)	(1.791)	-	-	-	-	(79.394)
Direito de concessão	(b)	(208.983)	(19.741)	-	-	-	-	(228.724)
Transmissão de dados de radiofrequência	(f)	(4.817)	(170)	-	-	-	-	(4.987)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio								
Aeris (c)		(123.148)	(8.696)	-	-	-	18.332	(113.512)
ViaQuatro (b)		(131.553)	(6.372)	-	-	-	-	(137.925)
RDN (b)		(14.990)	-	-	-	-	-	(14.990)
SPVias (b)		(601.974)	(17.818)	-	-	-	-	(619.792)
ViaOeste (b)		(229.679)	(5.048)	-	-	-	-	(234.727)
Barcas (c)		(10.132)	(269)	-	-	-	-	(10.401)
VLT Carioca (b)		(1.350)	(151)	-	-	-	-	(1.501)
Quiport Holdings (c)		(8.138)	(314)	-	-	-	1.258	(7.194)
Aeroporto Internacional de Curaçao (c)		(53.813)	(1.281)	-	-	-	4.789	(50.305)
Total amortização		(14.499.031)	(357.532)	250	2	5.017	311.102	(14.540.192)
Total intangível		20.065.492	(284.545)	(10)	113.335	5.240.545	(113.034)	25.021.783
Infraestrutura em construção (i)		1.277.316	286.108	(18.019)	(113.451)	(19.113) (e)	(95.243)	1.317.598

Notas Explicativas

	31/12/2020		31/12/2021				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (h)	Ajustes de conversão	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	21.577.221	1.287.064 (g)	(8.376)	1.954.642	(1.509.337)	200.541	23.501.755
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	272.143	-	(118)	135	7.032	-	279.192
Direitos de uso de sistemas informatizados	267.971	1.497	(3.520)	57.303	(855)	961	323.357
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	74.225	35.673	(325)	(76.003)	(388)	-	33.182
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	37.390	-	-	204	-	-	37.594
Cessão de fibra óptica e conectividade	117.533	26.500	-	-	(31.506)	-	112.527
Direito de concessão	1.613.314	6.007.297	-	-	-	-	7.620.611
Transmissão de dados de radiofrequência	5.140	409	-	-	-	-	5.549
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio							
Aeris	267.745	-	-	-	-	18.997	286.742
ViaQuatro	641.484	-	-	-	-	-	641.484
RDN	14.988	-	-	-	-	-	14.988
SPVias	1.167.354	-	-	-	-	-	1.167.354
Barcas	11.382	-	-	-	-	-	11.382
ViaOeste	251.709	-	-	-	-	-	251.709
VLT Carioca	14.530	-	-	-	-	-	14.530
Quiport Holdings	31.341	-	-	-	-	2.315	33.656
Aeroporto Internacional de Curaçao	109.656	-	-	-	-	4.957	114.613
TAS (d)	106.437	-	-	-	-	7.861	114.298
Total custo	26.581.563	7.358.440	(12.339)	1.936.281	(1.535.054)	235.632	34.564.523

Notas Explicativas

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2020		31/12/2021				
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (h)	Ajustes de conversão	Saldo final
		Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(9.702.342)	(2.654.404) (g)	59	560	4.488	(121.167)	(12.477.294)
Direitos de exploração da infraestrutura concedida - Barcas	(c)	(245.963)	(16.608)	104	-	-	-	(262.571)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(220.891)	(35.216)	425	672	-	(292)	(255.727)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(36.794)	(465)	-	-	-	-	(37.259)
Cessão de fibra óptica e conectividade	(f)	(59.344)	(18.259)	-	-	-	-	(77.603)
Direito de concessão	(b)	(160.436)	(48.547)	-	-	-	-	(208.983)
Transmissão de dados de radiofrequência	(f)	(3.996)	(821)	-	-	-	-	(4.817)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios e ágio								
Aeris (c)		(80.620)	(35.834)	-	-	-	(6.694)	(123.148)
ViaQuatro (b)		(103.989)	(27.564)	-	-	-	-	(131.553)
RDN (b)		(13.787)	(1.203)	-	-	-	-	(14.990)
SPVias (b)		(529.416)	(72.558)	-	-	-	-	(601.974)
ViaOeste (b)		(208.604)	(21.075)	-	-	-	-	(229.679)
Barcas (c)		(9.056)	(1.076)	-	-	-	-	(10.132)
VLT Carioca (b)		(735)	(615)	-	-	-	-	(1.350)
Quiport Holdings (c)		(6.333)	(1.293)	-	-	-	(512)	(8.138)
Aeroporto Internacional de Curaçao (c)		(46.567)	(5.231)	-	-	-	(2.015)	(53.813)
Total amortização		(11.428.873)	(2.940.769)	588	1.232	4.488	(130.680)	(14.494.014)
Total intangível		15.152.690	4.417.671	(11.751)	1.937.513	(1.530.566)	104.952	20.070.509
Infraestrutura em construção		1.153.352	2.127.440	(4.780)	(1.971.657)	(37.886)	10.847	1.277.316

Notas Explicativas

- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível;
- (b) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (c) Amortização linear conforme prazo de concessão;
- (d) Não amortizado. Vida útil indefinida;
- (e) O montante de R\$ 5.221.432, refere-se, principalmente, a:
- R\$ 5.254.058 na controlada AutoBAN, que assinou juntamente com a ViaOeste e SPVias, o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 01/2022 (Acordo Definitivo), aos seus respectivos contratos de concessão, estabelecendo os valores finais dos desequilíbrios econômico-financeiros, previstos no Acordo Preliminar assinado em 29 de junho de 2021.
- No caso específico da AutoBAN, tendo em vista a existência de saldo regulatório remanescente favorável à concessionária, seu contrato de concessão foi prorrogado até 31 de dezembro de 2037, de forma irrevogável e irreatável.
- O valor justo atualizado (R\$ 5.254.058) deste direito foi mensurado em referência ao montante final pactuado entre as partes no Acordo Definitivo, cujos cálculos regulatórios seguiram os ritos normativos e métodos regulatórios aplicáveis, além de variáveis negociais. O direito foi reconhecido como ativo intangível, tendo contrapartida em receita, pois não existe nenhuma assunção de obrigação de execução de obras adicionais;
- Transferência de R\$ 9.902 para o ativo financeiro na BH Airport, em decorrência de reembolsos do Poder Concedente;
 - Reembolsos de sinistros ocorridos no Metrô Bahia, ViaSul e ViaCosteira, no montante total de R\$ 10.253;
 - Reajustes de contratos no VLT e SAMM no montante total de R\$ 8.999; e
 - Transferência de R\$ 8.108 para o ativo financeiro na MSVia.
- (f) Amortização linear conforme prazo dos contratos;
- (g) Em 2021, refere-se principalmente, ao pagamento de R\$ 1.200.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre as concessionárias AutoBAN, ViaOeste e SPVias e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início dos prazos estendidos das concessões definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término das concessões. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 531.437, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto que a parcela remanescente de R\$ 668.563, está sendo amortizada até o prazo final de cada concessão;
- (h) Em 2021, o valor líquido de reduções, no montante de R\$ 1.568.452, refere-se principalmente a: (i) R\$ 1.441.627 transferidos para o ativo financeiro em decorrência de expectativa de reembolsos na MSVia, em face da relicitação da concessão (lei nº 13.448/2017); (ii) R\$ 47.465 transferidos para o ativo financeiro em decorrência de reembolsos do Poder Concedente na BH Airport; e (iii) reembolsos de sinistros ocorridos no Metrô Bahia e BH Airport, no montante total de R\$ 14.160;
- (i) Refere-se, principalmente, às obras abaixo demonstradas; e

Notas Explicativas

Segmento	Obras
Mobilidade urbana	Material Rodante - aquisição de 36 trens e sobressalentes (entrega de 31 trens e sobressalentes em 2023 e 5 trens em 2024) do contrato da Alstom. (Linhas 8 e 9)
Rodovias	Implantação de Marginal - km 19+700 ao 24+400 - ambos os sentidos (Padroeira - Raposo) e replantação de barreiras acústicas no trecho da obra Padroeira entre os km 19+750 ao 24+400. (RodoAnel Oeste)
	Estudos para inclusão das obras da Marginal SP-280 Castelo Branco, denominadas Marginal km 23+020 a 25+700 ML e MO e implantação de novos acessos a Osasco. Além disso, damos destaque às obras previstas em contrato de duplicação da SP-270 Raposo Tavares do km 67+000 ao km 87+200 e contorno alternativo de Brigadeiro Tobias, bem como as obras do Dispositivo do Sertanejo e Hospital de Sorocaba, incluídas nos Termos Aditivos Modificativos n ^{os} 23/2021 e 24/2021, respectivamente. (ViaOeste)
	Duplicação da BR-386 km 324+100 entre os km 324+100 e km 344+400, finalização da construção de postos gerais de fiscalização (PGF) na BR-101, finalização da implantação de passarelas na BR-101/RS nos km 62+390, km 78+050 e km 9+220, implantação de dispositivos de segurança e sinalização ao longo da rodovia e recuperação de taludes na BR-101 km 29 S e km 34,8 S (ViaSul)
Aeroportos	Construção de novo hangar, novo edifício comercial e expansão do terminal. (Aeris)

(j) Refere-se à outorga fixa da Pampulha, no montante de R\$ 34.752.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 18.580 no trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 26.942 no trimestre findo em 31 de março de 2021). As taxas médias de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foram de 0,68% a.m. e 0,60% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias).

Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, não ocorreram ganhos/perdas de *hedge accounting* referente a intangível.

14. Arrendamento mercantil - Consolidado

a. Direito de uso em arrendamento

	31/12/2021		31/03/2022	
	Saldo inicial	Depreciação	Ajuste de conversão	Saldo final
Máquinas e equipamentos	30.012	(3.051)	(4.524)	22.437
Veículos	3.297	(754)	(129)	2.414
Instalações e edificações	88.862	(5.521)	(12.586)	70.755
Equipamentos operacionais	35.181	(2.688)	(153)	32.340
	<u>157.352</u>	<u>(12.014)</u>	<u>(17.392)</u>	<u>127.946</u>

b. Passivo de arrendamento

	31/12/2021		31/03/2022			
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Pagamentos	Transferências	Ajuste de conversão	Saldo final
Circulante	47.145	2.407	(13.394)	8.811	(5.351)	39.618
Não circulante	125.664	190	-	(8.811)	(15.398)	101.645
	<u>172.809</u>	<u>2.597</u>	<u>(13.394)</u>	<u>-</u>	<u>(20.749)</u>	<u>141.263</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 7,08% a.a. para os contratos de arrendamentos firmados no Brasil e de 6,20% a.a. para os contratos de arrendamentos firmados nos Estados Unidos. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

No trimestre findo em 31 de março de 2022, foi reconhecido o montante de R\$ 1.565 como despesa de aluguel (R\$ 883 em 31 de março de 2021), decorrente de arrendamentos mercantis não reconhecidos como tal, dada sua característica de curto prazo.

Notas Explicativas**Cronograma - não circulante**

2023	32.018
2024	29.214
2025	24.527
2026	15.585
2027 em diante	301
	<u>101.645</u>

Notas Explicativas

15. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 31/03/2022	Vencimento final	31/03/2022	31/12/2021	
1a CCR	Santander (Capital de giro)	CDI + 3,47% a.a.	4,5603% (a)	-	-	Maio de 2023	-	463.424	(j)
CCR	Bank of America (b)	USD + 1,66% a.a.	N/I	-	-	Agosto de 2023	584.721	711.518	(j)
Subtotal Controladora					-		584.721	1.174.942	
MSVia	BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338% (a)	17.013	10.132	Março de 2039	631.889	640.754	(e) (g) (c)
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918% (a)	2.598	1.595	Março de 2039	120.499	122.194	(e) (g) (c)
MSVia	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844% (a)	2.671	1.650	Março de 2039	49.204	49.883	(e) (g) (c)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (a)	43.108	27.348	Outubro de 2042	2.633.906	2.643.488	(e) (f) (c)
Metrô Bahia	BNDES	TJLP	N/I	-	-	Outubro de 2042	3.292	3.311	(e) (f) (c)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (a)	13.085	9.469	Outubro de 2042	714.772	717.045	(e) (f) (c)
Metrô Bahia	BNDES	TJLP + 3,40% a.a.	3,4979% (a)	8.871	8.565	Outubro de 2042	446.986	448.646	(e) (f) (c)
BH Airport	BNDES - TJLP (Subcrédito A e B) (*)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	2.164	1.440	Dezembro de 2035	456.713	460.996	(d) (h) (e) (c)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C)	TJLP + 3,44% a.a.	3,8659% (a)	18.490	9.454	Novembro de 2035	879.304	886.748	(e) (f) (c)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I - Subcrédito B	6,14% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2035	38.580	39.034	(e) (f) (c)
2a Pampulha	Itaú (Capital de giro)	CDI + 2,20% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2024	10.293	-	(e)
CAP	Maduro and Curriel's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I	-	-	Março de 2031	208.535	250.511	(e)
3a Aeris Holding	Bank of America	USD + 7,25% a.a.	N/I	-	-	Novembro de 2025	-	599.439	(e)
3b Aeris Holding	Santander	USD + 4,6% a.a.	N/I	15.065	-	Dezembro de 2025	620.717	-	(e)
Total geral					69.653		7.399.411	8.036.991	
							Controladora	Consolidado	
					31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Circulante									
Empréstimos e financiamentos					1.009	6.426	538.984	800.207	
Valor justo					8.824	10.517	8.824	10.517	
Custos de transação					-	(1.213)	(7.268)	(11.324)	
					9.833	15.730	540.540	799.400	
Não Circulante									
Empréstimos e financiamentos					591.550	1.165.323	6.937.918	7.312.300	
Valor justo					(16.662)	(5.591)	(16.662)	(5.591)	
Custos de transação					-	(520)	(62.385)	(69.118)	
					574.888	1.159.212	6.858.871	7.237.591	

Notas Explicativas

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 23;
- (*) O saldo do subcrédito A está apresentado no curto prazo.

Garantias:

- (c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (d) Aval/fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Suporte de capital da CCR (*Equity Support Agreement - ESA*) e fiança CCR até o *completion*;
- (g) 100% aval/fiança corporativa da CCR;
- (h) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta; e
- (i) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2022	
	Controladora	Consolidado
2023	591.550	715.410
2024	-	202.563
2025	-	204.794
2026 em diante	-	5.815.151
(-) Valor justo	(16.662)	(16.662)
(-) Custo de Transação	-	(62.385)
Total	<u>574.888</u>	<u>6.858.871</u>

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de covenants relacionados aos empréstimos e financiamentos, exceto pelo mencionado abaixo:

- Em 31 de dezembro de 2021, o índice Dívida Líquida/EBITDA ajustado, apurado pela CCR, foi superior ao máximo estabelecido no contrato de financiamento da BH Airport com o BNDES que é de 3,5. Tendo em vista o não atendimento deste *covenant*, para não haver inadimplência do contrato, é necessária a apresentação de carta de fiança bancária pela concessionária até 30 de junho de 2022. No momento, a concessionária encontra-se em discussão com o BNDES visando obtenção de waiver para apresentação da carta de fiança, conseqüentemente, a parte da dívida equivalente à participação

Notas Explicativas

da CCR na BH Airport está apresentada no passivo circulante até o atendimento do covenant ou obtenção do *wavier*.

No trimestre findo em 31 de março de 2022, ocorreram as operações abaixo descritas:

1. CCR

- a. Em 15 de fevereiro de 2022, o empréstimo foi integralmente liquidado.

2. Pampulha

- a. Em 3 de janeiro de 2022, foi contratada Cédula de Crédito Bancário (CCB) com o Banco Itaú Unibanco, no montante de R\$ 10.000. A remuneração é de CDI + 2,20% a.a.. O principal e juros serão pagos em parcela única, no vencimento, em 3 de julho de 2024.

3. Aeris

- a. Em 16 de fevereiro de 2022, o empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- b. Em 15 de fevereiro de 2022, foi firmado contrato com o Banco Santander, no montante de USD 130.000 mil, com remuneração de 4,6% a.a. + SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*). Os juros estão sendo pagos mensalmente desde 16 de fevereiro de 2022 e a amortização do principal ocorrerá no vencimento, em 14 de dezembro de 2025. O empréstimo conta com garantia da CCR.

Para maiores detalhes sobre os demais empréstimos e financiamentos, vide nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

16. Debêntures e notas promissórias

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 31/03/2022	Vencimento final	31/03/2022	31/12/2021	
1d CCR	11ª Emissão - Série 2	CDI + 0,95% a.a.	1,0644% (a)	3.249	-	Novembro de 2022	-	335.199	(d)
CCR	11ª Emissão - Série 3	CDI + 1,50% a.a.	1,5812% (a)	1.910	666	Novembro de 2024	405.229	394.096	(d)
CCR	11ª Emissão - Série 4 (c)	IPCA + 6% a.a.	6,096% (a)	866	-	Novembro de 2024	236.001	225.355	(d)
CCR	12ª Emissão - Série única	CDI + 1,80% a.a.	1,9673% (a)	6.388	3.587	Dezembro de 2025	823.209	799.785	(j)
1c CCR	13ª Emissão - Série única	CDI + 3,20% a.a.	4,5661% (a)	7.825	-	Maio de 2022	-	705.929	(d)
CCR	14ª Emissão - Série 1	CDI + 2,20% a.a.	4,6700% (a)	3.580	2.723	Dezembro de 2026	494.134	479.609	(d)
CCR	14ª Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 4,25% a.a.	4,6700% (a)	10.167	-	Dezembro de 2028	539.542	520.394	(d)
CCR	15ª Emissão - Série 1 (c)	IPCA + 4,88% a.a.	5,2606% (a)	18.180	-	Novembro de 2033	578.447	560.584	(d)
1a CCR	16ª Emissão - Série 1	CDI + 1,70% a.a.	2,1144% (a)	39.099	38.080	Janeiro de 2029	1.687.405	-	(d)
1a CCR	16ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	6,7358% (a)	39.099	38.716	Janeiro de 2036	1.717.603	-	(d)
1b CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 1	CDI + 1,30% a.a.	1,3872% (a)	3.095	-	Dezembro de 2023	-	1.203.622	(d)
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 2	CDI + 1,30% a.a.	1,3872% (a)	1.651	1.518	Dezembro de 2023	659.766	641.932	(d)
1b CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 3	CDI + 1,30% a.a.	1,3872% (a)	774	-	Dezembro de 2023	-	300.905	(d)
CCR	4ª Emissão (Notas promissórias) - Série 4	CDI + 1,30% a.a.	1,3872% (a)	413	380	Dezembro de 2023	164.941	160.483	(d)
Subtotal Controladora					85.670		7.306.277	6.327.893	
SPVias	6ª Emissão - Série única (c)	115% do CDI	0,0460% (b)	1.291	-	Agosto de 2022	157.054	318.555	(i)
SPVias	9ª Emissão - Série única	CDI + 2% a.a.	2,0026% (a)	4.074	2.820	Março de 2026	487.686	498.522	(e)
SPVias	10ª Emissão - Série única	CDI + 1,85% a.a.	1,9281% (a)	1.594	1.574	Agosto de 2026	487.536	493.937	(e)
2a SPVias	11ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,0107% (a)	751	748	Fevereiro de 2027	161.922	-	(e)
ViaLagos	5ª Emissão - Série única	CDI + 2,80% a.a.	3,0762% (a)	1.658	756	Julho de 2023	219.826	222.706	(d)
RodoAnel Oeste	6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (b)	3.171	339	Abril de 2024	336.756	327.143	(e)
RodoAnel Oeste	6ª Emissão - Série única (c)	120% do CDI	0,076% (b)	-	-	Abril de 2024	342.267	332.733	(e)
Samm	13ª Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,7897% (a)	168	18	Abril de 2022	37.699	36.634	(e)
ViaOeste	8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496% (a)	1.878	1.008	Dezembro de 2022	460.500	464.928	(e)

Notas Explicativas

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa e efetiva	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos	Vencimento final	31/03/2022	31/12/2021	
			do custo de transação (% a.a.)		a apropriar 31/03/2022				
AutoBAN	10ª Emissão - Série única	CDI + 1,20% a.a.	1,3001% (a)	2.798	1.256	Outubro de 2026	578.165	562.657	(i)
AutoBAN	12ª Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,3569% (a)	3.676	3.535	Novembro de 2026	1.454.667	1.415.492	(d)
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	10.072	4.458	Março de 2028	668.342	717.736	(f) (g) (h)
ViaQuatro	5ª Emissão - Série 2	IPCA+ 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	5.534	2.601	Março de 2028	533.851	559.841	(f) (g) (h)
ViaMobilidade	2ª Emissão - Série única (c)	9,76% a.a.	10,2606% (b)	20.919	-	Abril de 2030	694.771	692.877	(e)
RS Holding	5ª Emissão - Série única	CDI + 1,50% a.a.	1,8059% (a)	14.017	10.076	Outubro de 2031	603.922	586.798	(f)
Linhas 8 e 9	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,9778% (b)	7.652	5.516	Junho de 2023	1.706.258	1.657.748	(i)
Bloco Central	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8580% (b)	2.324	2.085	Março de 2024	629.995	612.275	(i)
3a Bloco Central	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	2,0021% (a)	437	437	Abril de 2024	70.563	-	(i)
Bloco Sul	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	1,8580% (b)	6.973	6.012	Março de 2024	1.890.227	1.837.004	(i)
4a Bloco Sul	2ª Emissão - Série única	CDI + 1,60% a.a.	1,8978% (b)	675	675	Abril de 2024	110.325	-	(i)
RioSP	1ª Emissão - Série única	CDI + 1,75% a.a.	1,8449% (b)	4.372	3.964	Dezembro de 2024	1.078.795	1.048.679	(i)
Total geral							<u>20.017.404</u>	<u>18.714.158</u>	
					Controladora		Consolidado		
					31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	
Circulante									
Debêntures e notas promissórias					156.160	1.095.268	1.701.900	2.577.317	
Valor justo					39.595	52.317	88.225	121.594	
Custos de transação					(11.618)	(4.368)	(20.558)	(13.395)	
					<u>184.137</u>	<u>1.143.217</u>	<u>1.769.567</u>	<u>2.685.516</u>	
Não Circulante									
Debêntures e notas promissórias					7.249.687	5.263.247	18.494.813	16.233.938	
Valor justo					(53.495)	(67.379)	(133.986)	(153.004)	
Custos de transação					(74.052)	(11.192)	(112.990)	(52.292)	
					<u>7.122.140</u>	<u>5.184.676</u>	<u>18.247.837</u>	<u>16.028.642</u>	

Notas Explicativas

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis;
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 23;

Garantias:

- (d) Não existem garantias;
- (e) Aval / fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (f) Garantia real;
- (g) Alienação fiduciária;
- (h) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (i) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (j) Garantia real adicional.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2022	
	Controladora	Consolidado
2023	1.427.725	3.876.916
2024	867.368	5.567.182
2025	555.106	1.921.501
2026 em diante	4.399.488	7.129.214
(-) Valor justo	(53.495)	(133.986)
(-) Custo de Transação	(74.052)	(112.990)
Total	7.122.140	18.247.837

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de covenants relacionados às debêntures.

No trimestre findo em 31 de março de 2022, ocorreram as operações abaixo descritas:

1. CCR

- a. Em 14 de fevereiro de 2022, foi realizada a 16ª emissão de debêntures, em 2 séries, no valor nominal total de R\$ 3.416.000, sendo a 1ª série no valor de R\$ 1.700.000 e a 2ª série no valor de R\$ 1.716.000. A remuneração é, respectivamente, de CDI + 1,70% a.a. e

Notas Explicativas

IPCA + 6,437% a.a.. Os juros serão pagos anualmente a partir de 15 de julho de 2022. O principal será liquidado anualmente, respectivamente, a partir de 15 de janeiro de 2027 e 15 de janeiro de 2028.

Esta emissão não conta com garantias.

Para as debêntures da 1ª série, há previsão de resgate antecipado total ou amortização extraordinária a partir de 15 de janeiro de 2024 (inclusive), com incidência de prêmio de 0,40% a.a. pelo prazo remanescente entre a data do efetivo resgate e a data de vencimento, conforme fórmula expressa na escritura de emissão.

Para as debêntures da 2ª série, há previsão de resgate antecipado facultativo total nos termos da lei nº 12.431/2011 e da resolução CMN nº 4.751, desde que o prazo médio ponderado dos pagamentos transcorridos entre a data de emissão e a data do efetivo resgate antecipado seja superior a 4 anos. O valor a ser pago aos debenturistas no resgate será o determinado conforme cláusula da escritura.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da lei nº 6.404/1976 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado do Consolidado CCR seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura e (iii) redução do capital social da Emissora que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

- b.** Em 17 de fevereiro de 2022, ocorreu a liquidação antecipada das 1ª e 3ª séries desta emissão.
- c.** Em 18 de fevereiro de 2022, ocorreu a liquidação antecipada desta emissão.
- d.** Em 21 de fevereiro de 2022, ocorreu a liquidação antecipada desta emissão.

2. SPVias

- a.** Em 5 de fevereiro de 2022, foi realizada a 11ª emissão de debêntures, no valor nominal total de R\$ 160.000, com remuneração de CDI + 1,90% a.a..

Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 5 de agosto de 2022 até 5 de fevereiro de 2027, e o principal em duas parcelas iguais, sendo a primeira em 5 de fevereiro de 2026 e a segunda na data de vencimento.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio pela Emissora, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura e (iii) redução do capital

Notas Explicativas

social da emissora que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

3. Bloco Central

- a. Em 15 de março de 2022, foi realizada a 2ª emissão de debêntures, no valor nominal total de R\$ 71.000, com remuneração pelo CDI + 1,60% a.a.. O principal e os juros serão pagos em parcela única, no vencimento, em 15 de abril de 2024.

A emissão conta com fiança corporativa da CCR.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio pela Fiadora/CCR, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado do Consolidado CCR seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura, (iii) redução do capital social da emissora que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas e (iv) redução do capital social da Fiadora/CCR que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

4. Bloco Sul

- a. Em 31 de março de 2022, foi realizada a 2ª emissão de debêntures, no valor nominal total de R\$ 111.000, com remuneração pelo CDI + 1,60% a.a.. O principal e os juros serão pagos em parcela única, no vencimento, em 15 de abril de 2024.

A emissão conta com fiança corporativa da CCR.

Os principais critérios para vencimento antecipado são: (i) não pagamento das obrigações pecuniárias das debêntures, observado o prazo de cura aplicável devido; (ii) distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio pela Fiadora/CCR, em valor superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76 e aos juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado do Consolidado CCR seja superior a 4,5, medidos anualmente, exceto se a emissora optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário, carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura, (iii) redução do capital social da emissora que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas e (iv) redução do capital social da Fiadora/CCR que represente mais que 10% do seu Patrimônio Líquido, sem que haja prévia anuência dos debenturistas.

Para maiores detalhes sobre as demais debentures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

17. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais - Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2021		31/03/2022			Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos			
Não circulante							
Cíveis, administrativos e outros	59.704	3.951	(500)	(4.920)	1.966	60.201	
Trabalhistas e previdenciários	73.890	8.390	(3.721)	(2.718)	1.027	76.868	
Tributários	49.604	6.667	-	-	222	56.493	
Contratuais (a)	180.173	780	-	-	3.130	184.083	
	<u>363.371</u>	<u>19.788</u>	<u>(4.221)</u>	<u>(7.638)</u>	<u>6.345</u>	<u>377.645</u>	

- (a) Com relação aos processos contratuais, a ANTT lavrou até 31 de março de 2022, 109 autos de infração contra a MSVia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam R\$ 398.672, dos quais o valor de R\$ 214.588 são avaliados como sendo de risco possível (R\$ 218.296 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 184.083 como risco provável (R\$ 180.173 em 31 de dezembro de 2021) e, portanto, foram provisionados. Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem nº 24.957/GSS/PFF, decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis, administrativos e contratuais	436.507	405.789
Trabalhistas e previdenciários	43.935	38.070
Tributários (a) (b) (c) e (d)	<u>1.151.742</u>	<u>1.116.979</u>
	<u>1.632.184</u>	<u>1.560.838</u>

Os principais processos relativos às questões tributárias são:

- (a) Em 21 de novembro de 2017, a SPVias ajuizou medida cautelar nº 5003802-06.2017.4.03.6110, perante a 1ª Vara Federal de Sorocaba - SP, contra a União Federal, para oferecer garantia (seguro judicial) relativa a supostos débitos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 264.484 em 31 de março de 2022 (R\$ 254.087 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de despesas de amortização de ágio (direito de concessão gerado na aquisição da controlada) nos anos-calendário 2014 a 2017, decorrentes da operação de aquisição do investimento na SPVias realizada entre partes independentes, com comprovação de pagamento de preço e laudo de avaliação atendendo à lei societária, seguida de incorporação reversa. A liminar foi concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 12 de janeiro de 2018, referente

Notas Explicativas

à aceitação da garantia bancária. Em 7 de março de 2018, a SPVias ajuizou ação pleiteando a anulação dos referidos débitos tributários, bem como a declaração do direito à amortização fiscal das referidas despesas para os anos-calendários futuros. A União contestou a ação, sendo que a SPVias, em sequência, apresentou a sua réplica. Em 25 de setembro de 2019, foi determinada a realização de perícia judicial. O perito apresentou a estimativa de honorários para realização da perícia judicial. Aguarda-se o início da perícia. Além da garantia dos débitos representada pelo seguro, a SPVias vem também procedendo com depósitos judiciais da parcela controversa relativa aos fatos geradores ocorridos no curso da ação judicial, cujo total em 31 de março de 2022 é de R\$ 94.994 (R\$ 89.912 em 31 de dezembro de 2021).

- (b) Em 15 de dezembro de 2017, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2012 e 2013, oriundas de (i) amortização de ágio, (ii) despesas financeiras incorridas com a emissão de debêntures, e (iii) multas isoladas relativas às diferenças no cálculo das estimativas mensais. Em 16 de janeiro de 2018, a SPVias apresentou a impugnação, na qual informou que os débitos referentes à amortização do ágio foram incluídos no PERT (lei nº 13.496/2017), já consolidado, tendo contestado a parcela referente à glosa das despesas financeiras e multas isoladas, correspondente ao valor total atualizado de R\$ 287.506, em 31 de março de 2022 (R\$ 282.712 em 31 de dezembro de 2021). Em 12 de novembro de 2018, a controlada foi notificada da decisão de 1ª instância administrativa, a qual deu parcial provimento à impugnação da SPVias para redução do débito em discussão na parcela correspondente à qualificação da multa, reduzindo o débito atualizado em discussão para R\$ 170.102 em 31 de março de 2022 (R\$ 165.229 em 31 de dezembro de 2021). Referida redução está sujeita ao recurso de ofício a ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Por sua vez, a SPVias também recorreu ao CARF defendendo a dedutibilidade das despesas glosadas pela fiscalização. Em sessão de julgamento ocorrida em 12 de fevereiro de 2020, o julgamento foi convertido em diligência para a segregação do valor das despesas referentes às debêntures transferidas mediante incorporação daquelas emitidas pela própria SPVias. Cumprida a diligência, aguarda-se a apreciação dos recursos de ofício e voluntário.
- (c) Em 3 de setembro de 2019, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração, por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, acrescidas de multa de ofício qualificada (150%), multas isoladas e de juros de mora, decorrentes da glosa de despesas incorridas com o pagamento de comissão e juros de debêntures emitidas, correspondente ao valor atualizado de R\$ 172.964 em 31 de março de 2022 (R\$ 169.889 em 31 de dezembro de 2021). Em 2 de outubro de 2019, a SPVias apresentou a impugnação contestando a glosa das referidas despesas financeiras bem como da aplicação das multas qualificadas e isoladas. Em 12 de maio de 2021, a SPVias foi intimada de decisão dando parcial provimento à impugnação, apenas para reduzir a multa de ofício para 75%. Referida redução está sujeita ao recurso de ofício a ser apreciado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Em 10 de junho de 2021, foi interposto recurso voluntário. Aguarda-se a apreciação dos recursos de ofício e voluntário.
- (d) Em 8 de dezembro de 2020, a SPVias foi notificada da lavratura de auto de infração, por meio do qual a Receita Federal do Brasil exigiu diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, acrescidas de multa de ofício, multas isoladas e de juros de mora, correspondente ao valor atualizado de R\$ 269.175 em 31 de março de 2022 (R\$ 264.295 em 31 de dezembro de 2021), posteriormente complementado por auto de infração lavrado para exigir a diferença entre a multa punitiva simples (75%) e a qualificada (150%), correspondente ao valor atualizado de R\$ 97.236 em 31 de março de 2022 (R\$ 95.201 em 31 de dezembro de 2021), totalizando, portanto, o montante de R\$ 366.412 em 31 de março de 2022 (R\$ 359.497 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes da glosa de despesas incorridas com o pagamento de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 12 de janeiro de 2021, a

Notas Explicativas

SPVias apresentou a impugnação contestando a glosa das referidas despesas financeiras, bem como, posteriormente, a relativa à aplicação das multas qualificadas e isoladas. Em 19 de julho de 2021, a SPVias foi intimada de decisão negando provimento à impugnação. Em 17 de agosto de 2021, foi interposto recurso voluntário. Referida autuação compreende a glosa de despesas financeiras incorridas com as debêntures da 4ª e 5ª emissão, sendo que a controlada continuou a deduzir despesas referentes a tais emissões nos anos-calendário 2017 e 2020, o que ocasionou a redução do IRPJ e CSLL devidos no período no montante de R\$ 84.415. Em 27 de agosto de 2021, a SPVias foi intimada de decisão negando provimento à impugnação apresentada no tocante à qualificação da multa. Em 24 de setembro de 2021, foi interposto recurso voluntário. Inexiste questionamento das autoridades fazendárias em relação a tais despesas deduzidas nos anos-calendário 2017 a 2020 até o momento.

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2022 é de R\$ 74.264 (R\$ 90.910 em 31 de dezembro de 2021).

18. Provisão de manutenção

	31/12/2021		31/03/2022			
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	35.682	1.939	597	(4.517)	1.198	34.899
Não circulante	102.910	44.867	2.029	-	(1.198)	148.608
	<u>138.592</u>	<u>46.806</u>	<u>2.626</u>	<u>(4.517)</u>	<u>-</u>	<u>183.507</u>

A taxa de 31 de março 2022 e 31 de dezembro de 2021, para o cálculo do valor presente, é de 7,08% a.a..

19. Impostos e contribuições federais, estaduais, municipais e multa com o Poder concedente - parcelados – Consolidado

	31/12/2021		31/03/2022		
	Saldo Inicial	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo final
Circulante					
Impostos e contribuições					
ViaLagos	1.150	-	(593)	-	557
AutoBAn	507	-	(127)	127	507
Samm	63	1	(15)	16	65
Barcas	194	14	(64)	16	160
VLT Carioca	86	1	(25)	-	62
Metrô Bahia	592	55	(153)	128	622
Multa com o Poder concedente					
MSVia	971	27	(255)	120	863
	<u>3.563</u>	<u>98</u>	<u>(1.232)</u>	<u>407</u>	<u>2.836</u>
Não circulante					
Impostos e contribuições					
AutoBAn	212	-	-	(127)	85
Samm	141	3	-	(16)	128
Barcas	27	(11)	-	(16)	-
Metrô Bahia	1.974	121	-	(128)	1.967
Multa com o Poder concedente					
MSVia	1.272	19	-	(120)	1.171
	<u>3.626</u>	<u>132</u>	<u>-</u>	<u>(407)</u>	<u>3.351</u>

Notas Explicativas

20. Patrimônio líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Numerador				
Lucro líquido	3.452.473	688.940	3.438.393	844.358
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	2.020.000	2.020.000	2.020.000	2.020.000
Lucro líquido por ação - básico e diluído	1,70915	0,34106	1,70217	0,41800

21. Receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Receitas de pedágio	-	-	1.636.258	1.749.752
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	-	244.609	268.162
Receitas de emissão de cartão de embarque	-	-	-	280
Receitas aeroportuárias	-	-	361.806	232.272
Receitas metroviárias	-	-	364.679	163.016
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	-	246.621	143.055
Receitas acessórias	-	-	67.642	50.625
Receitas aquaviárias	-	-	14.103	8.357
Receitas de serviços de fibra óptica	-	-	18.457	20.823
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	9.621	8.700
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	63.019	28.047	1.883	3.540
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro (a)	-	-	104.137	1.139.861
Receita de reequilíbrio - AutoBAn (b)	-	-	5.254.058	-
Receita de contraprestação parcela B	-	-	3.955	-
Mitigação de risco de demanda projetada	-	-	122.355	105.458
Receita de gerenciamento e programas de fidelização	-	-	33	-
Receita bruta	63.019	28.047	8.450.217	3.893.901
Impostos sobre receitas	(6.629)	(3.436)	(176.073)	(176.097)
Abatimentos	-	-	(10.969)	(9.722)
Deduções das receitas brutas	(6.629)	(3.436)	(187.042)	(185.819)
Receita operacional líquida	56.390	24.611	8.263.175	3.708.082

- (a) Refere-se a receita decorrente do reequilíbrio econômico-financeiro da Fase I e compensação financeira da Fase II, de acordo com os Termos aditivos n^{os} 6 e 7 ao contrato de concessão da ViaQuatro. Para maiores detalhes vide nota explicativa n^o 1 - Contexto operacional das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.
- (b) Refere-se a receita de reequilíbrio decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022, pela AutoBAn. Para maiores informações vide notas explicativas 1, 2, 8.b e 13.

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(183.704)	(59.526)	(685.428)	(275.275)
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(57.516)	(18.923)	(69.844)	(73.536)
Varição monetária sobre obrigações com Poder Concedente	-	-	(59.841)	(57.146)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(4.429)	-	(27.571)	(7.381)
Perda com operações de derivativos	(270.930)	(125.752)	(299.704)	(196.533)
Juros sobre impostos, contribuições e multa com o Poder concedente parcelados	-	-	(230)	(18)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(2.626)	(3.221)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	20.199	27.550
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures (<i>fair value option</i> e <i>hedge accounting</i>)	(22.813)	-	(25.039)	(3.662)
Ajuste a valor presente de obrigações com Poder Concedente	-	-	(10.517)	(10.749)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(14)	(6)	(5.704)	(4.281)
Juros e variação monetária sobre termo de autocomposição, acordo de leniência e PIC	(615)	(1.004)	(615)	(2.253)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(1)	(4)	(2.597)	(2.796)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(7.520)	(9.763)	(197.172)	(28.153)
	<u>(547.542)</u>	<u>(214.978)</u>	<u>(1.366.689)</u>	<u>(637.454)</u>
Receitas Financeiras				
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	113.773	-	113.773	-
Varição monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.017	-	7.889
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	18.122	4.292	6.221	3.846
Ganho com operações de derivativos	142.710	10.635	149.162	27.195
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	34.416	123.636	52.155	192.210
Rendimento sobre aplicações financeiras	23.821	9.371	132.652	23.028
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	28	4	14.419	77
Juros e outras receitas financeiras	1.656	589	19.675	27.637
	<u>334.526</u>	<u>150.544</u>	<u>488.057</u>	<u>281.882</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(213.016)</u>	<u>(64.434)</u>	<u>(878.632)</u>	<u>(355.572)</u>

23. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas estão reconhecidas nas informações trimestrais, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	154	-	-	67	-	-
Aplicações financeiras	969.452	-	-	865.929	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	52	-	-	2.193	-	-
Contas a receber com operações de derivativos	160.253	-	-	249.303	-	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	40.955	-	-	74.820	-
Mútuos e cessão onerosa - partes relacionadas	-	646.252	-	-	591.821	-
Partes relacionadas - AFAC	-	8.046	-	-	242.192	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	186.932	-	-	185.279	-
Depósitos Judiciais	45	-	-	45	-	-
Passivos						
Empréstimos e financiamentos (a)	(584.721)	-	-	(711.518)	-	(463.424)
Debêntures (a)	(1.353.990)	-	(5.952.287)	(1.306.333)	-	(5.021.560)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(41.931)	-	-	(59.054)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(989)	-	-	(4.225)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.916)	-	-	(1.916)
Contas a pagar com operações de derivativos	(168.925)	-	-	(144.476)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(11.690)	-	-	(11.690)
	(977.680)	882.185	(6.008.813)	(1.044.790)	1.094.112	(5.561.869)

	Consolidado					
	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	308.373	-	-	394.121	-	-
Aplicações financeiras	6.141.461	-	-	5.286.497	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	106.875	-	-	145.805	-	-
Contas a receber	-	778.893	-	-	701.686	-
Ativo financeiro	-	7.432.964	-	-	7.230.457	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	29.371	-	-	35.908	-
Mútuos - partes relacionadas	-	176.102	-	-	171.939	-
Partes relacionadas - AFAC	-	1.057	-	-	1.048	-
Contas a receber - operações com derivativos	167.569	-	-	256.875	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	3.906	-
Depósitos Judiciais	121.574	-	-	112.662	-	-
Passivos						
Empréstimos e financiamentos (a)	(7.839)	-	(7.407.250)	(711.518)	-	(7.325.473)
Debêntures e notas promissórias (a)	(2.548.082)	-	(17.469.322)	(2.650.498)	-	(16.063.660)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(709.155)	-	-	(806.615)
Mútuos cedidos a terceiros	-	-	(112.087)	-	-	(109.464)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(462.131)	-	-	(447.875)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(70.899)	-	-	(68.405)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(32.329)	-	-	(1.916)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(73.388)	-	-	(72.921)
Contas a pagar - operações com derivativos	(214.526)	-	-	(158.712)	-	-
Obrigações com poder concedente	-	-	(1.999.774)	-	-	(1.929.309)
	4.075.405	8.418.387	(28.336.335)	2.675.232	8.144.944	(26.825.638)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

Notas Explicativas

- **Contas a receber, ativo financeiro, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, partes relacionadas - AFAC, mútuos e cessão onerosa - partes relacionadas, mútuos cedidos a terceiros, dividendos e juros sobre capital próprio** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: (i) ativos financeiros a receber do Poder Concedente, cujos valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, presentes no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantias e marcos legais relacionados ao setor; (ii) mútuos e cessão onerosa - partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas; e (iii) fornecedores de longo prazo, cujo valores contábeis são considerados equivalentes aos valores justos por terem características contratuais exclusivas.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos (nível 2) foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Financiamentos e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** - A Companhia e suas controladas captaram empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 592.559 em 31 de março de 2022, conforme detalhado abaixo:

<u>Empresa</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
CCR	USD + 1,66% a.a.	CDI + 1,65% a.a.	592.559
			<u>592.559</u>

- **Empréstimos, debêntures e notas promissórias mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a) (b)	-	-	465.157	486.180	-	-	465.157	486.180
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	6.037.957	6.145.295	5.037.120	5.190.403	17.602.870	17.450.735	16.129.347	16.729.032

- (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Notas Explicativas

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - Algumas controladas da Companhia captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 2.588.673 em 31 de março de 2022 (R\$ 2.681.911 em 31 de dezembro de 2021), conforme detalhado a seguir:

Empresa	Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
CCR	Debêntures - 11ª Emissão - Série 4	IPCA + 6,00% a.a.	CDI + 1,80% a.a.	230.768
CCR	Debêntures - 14ª Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	CDI + 1,76% a.a.	552.628
CCR	Debêntures - 15ª Emissão - Série 1	IPCA + 4,88% a.a.	CDI + 1,3817% a.a.	584.495
SPVias	Debêntures - 6ª Emissão - Série única	115% do CDI	CDI + 0,4050% a.a.	156.036
ViaMobilidade	Debêntures - 2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	732.823
RodoAnel Oeste	Debêntures - 6ª Emissão - Série única	120% do CDI	CDI + 0,9940% a.a.	331.923
				<u>2.588.673</u>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 16.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas possuem os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Nível 2:				
Aplicações financeiras e conta reserva	969.504	868.122	6.248.336	5.432.302
Derivativos a receber / (a pagar)	(8.672)	104.827	(46.957)	90.042
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(584.721)	(711.518)	(584.721)	(711.518)
Debêntures a pagar	(1.353.990)	(1.306.333)	(2.548.082)	(2.650.498)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de março de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A CCR contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial dos fluxos de caixa de seus empréstimos em moeda estrangeira.

A CCR contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 4ª série da 11ª emissão de debêntures.

A CCR contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 2ª série da 14ª emissão de debêntures.

A CCR contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 1ª série da 15ª emissão de debêntures.

A SPVias contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 6ª emissão de debêntures.

A ViaMobilidade contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre a totalidade da 2ª emissão de debêntures.

O RodoAnel Oeste contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures.

A ViaSul contratou *NDF* para a proteção contra a variação cambial de aquisições de asfalto.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)		Valor de referência (Nocional) (1)		Valor justo	
					Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local	
					31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
SWAP										
CCR										
Posição ativa	JPMorgan	13/01/2021	15/12/2028 (2)	IPCA + 4,25% a.a.	-	-	240.000	240.000	266.177	256.731
Posição passiva				CDI + 1,76% a.a.					(248.114)	(241.203)
Posição ativa	Merrill Lynch	19/01/2021	15/12/2028 (2)	IPCA + 4,25% a.a.	-	-	245.922	245.922	272.676	262.999
Posição passiva				CDI + 1,76% a.a.					(254.236)	(247.155)
Posição ativa	Santander	13/07/2021	16/11/2033 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	-	-	250.000	250.000	264.767	256.590
Posição passiva				CDI + 1,37% a.a.					(252.222)	(245.423)
Posição ativa	XP Invest	13/07/2021	16/11/2033 (2)	IPCA + 4,88% a.a.	-	-	295.000	295.000	312.423	302.775
Posição passiva				CDI + 1,3817% a.a.					(297.806)	(289.782)
Posição ativa	Merrill Lynch	20/08/2021	21/08/2023 (3)	USD + 1,66% a.a.	-	124.574	124.574	650.000	587.300	715.139
Posição passiva				CDI + 1,65% a.a.					(671.663)	(673.485)
Posição ativa	Merrill Lynch	19/10/2021	18/11/2024 (2)	IPCA + 6,00% a.a.	-	-	214.930	214.930	235.999	225.355
Posição passiva				CDI + 1,80% a.a.					(223.973)	(217.714)
SPVias										
Posição ativa	Santander	31/07/2020	15/08/2022 (2)	115% do CDI	-	-	791.960	791.960	157.053	318.554
Posição passiva				CDI + 0,4050% a.a.					(156.052)	(316.512)
ViaMobilidade										
Posição ativa	Unibanco	03/04/2020	01/04/2030 (2)	9,76% a.a.	-	-	700.000	700.000	694.770	692.877
Posição passiva				CDI + 1,44% a.a.					(735.156)	(715.234)
RodoAnel Oeste										
Posição ativa	Merrill Lynch	14/12/2020	26/04/2024 (2)	120% do CDI	-	-	384.000	384.000	342.267	332.734
Posição passiva				CDI + 0,9940% a.a.					(335.952)	(327.203)
NDF										
ViaSul										
Posição ativa	XP Invest	21/01/2022	02/05/2022		4.480	-	24.313	-	-	-
Posição passiva										
Posição ativa	XP Invest	24/02/2022	02/05/2022		5.041	-	27.358	-	-	-
Posição passiva										
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021					9.521	124.574	3.298.057	3.771.812	(41.742)	90.043
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021									-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES					9.521	124.574	3.298.057	3.771.812	(41.742)	90.043

Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado				Resultado					
					Moeda local		Recebidos/(pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda) em resultado		Ganho/(Perda) em resultado abrangente	
					31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021		
SWAP																
CCR																
Posição ativa	JPMorgan	13/01/2021	15/12/2028 (2)	IPCA + 4,25% a.a. CDI + 1,76% a.a.	-	-	37.252	33.788	(19.189)	(18.260)	2.534	(56.821)	-	-		
Posição passiva	Merrill Lynch	19/01/2021	15/12/2028 (2)	IPCA + 4,25% a.a. CDI + 1,76% a.a.	-	-	38.106	34.558	(19.666)	(18.714)	2.596	(58.296)	-	-		
Posição ativa	Santander	13/07/2021	16/11/2033 (2)	IPCA + 4,88% a.a. CDI + 1,37% a.a.	-	-	27.274	25.517	(14.729)	(14.350)	1.378	-	-	-		
Posição passiva	XP Invest	13/07/2021	16/11/2033 (2)	IPCA + 4,88% a.a. CDI + 1,3817% a.a.	-	-	32.032	29.959	(17.415)	(16.966)	1.624	-	-	-		
Posição ativa	Merrill Lynch	20/08/2021	21/08/2023 (3)	USD + 1,66% a.a.	(14.721)	-	-	104.875	(84.363)	(63.221)	(140.738)	-	-	-		
Posição passiva	Merrill Lynch	19/10/2021	18/11/2024 (2)	IPCA + 6,00% a.a. CDI + 1,80% a.a.	-	-	25.589	20.606	(13.563)	(12.965)	4.385	-	-	-		
SPVias																
Posição ativa	Santander	31/07/2020	15/08/2022 (2)	115% do CDI	1.095	(403)	1.001	2.041	-	-	56	914	-	-		
Posição passiva				CDI + 0,4050% a.a.												
ViaMobilidade																
Posição ativa	Unibanco	03/04/2020	01/04/2030 (2)	9,76% a.a.	-	-	-	-	(40.386)	(22.357)	(18.029)	(58.112)	-	-		
Posição passiva				CDI + 1,44% a.a.												
RodoAnel Oeste																
Posição ativa	Merrill Lynch	14/12/2020	26/04/2024 (2)	120% do CDI	-	-	6.315	5.531	-	-	784	2.560	-	-		
Posição passiva				CDI + 0,9940% a.a.												
NZE																
RDN																
Posição ativa	Itaú Unibanco S.A.	25/03/2021	01/06/2021		-	98	-	-	-	-	-	417	-	-		
Posição passiva																
ViaSul																
Posição ativa	XP Invest	21/01/2022	02/05/2022		-	-	-	-	(3.482)	-	-	-	(3.482)	-		
Posição passiva	XP Invest	24/02/2022	02/05/2022		-	-	-	-	(1.733)	-	-	-	(1.732)	-		
Posição passiva																
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021					(13.626)	(305)	167.569	256.875	(214.526)	(166.833)	(145.410)	(169.338)	(5.214)	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021					(5.132)	-	-	-	-	-	(5.132)	-	-	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES					(18.758)	(305)	167.569	256.875	(214.526)	(166.833)	(150.542)	(169.338)	(5.214)	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES CIRCULANTE							(167.569)	4.988	(176.675)	(158.172)	-	-	-	-		
TOTAL DAS OPERAÇÕES NÃO CIRCULANTE							-	251.887	(37.851)	(8.661)	(150.542)	(169.338)	(5.214)	-		

Notas Explicativas

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente;
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final; e
- (3) Os contratos possuem vencimentos trimestrais em fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Riscos cambiais	(140.738)	417
Riscos de juros	(9.804)	(169.755)
Total	(150.542)	(169.338)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de fornecedores estrangeiros sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do período e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Notas Explicativas

					Consolidado - Efeito em RS no resultado		
Operação	Vencimentos até	Empresa	Risco	Exposição em moeda estrangeira ⁽¹⁾			
					Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Compromissos em Dólar	Maior de 2022	ViaSul	Aumento da cotação do dólar	50.874	-	(11.276)	(22.552)
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Maior de 2022	ViaSul	Diminuição da cotação do dólar	(25.898)	-	5.970	11.939
Hedge NDF de Fluxo de Caixa Futuro	Maior de 2022	ViaSul	Diminuição da cotação do dólar	(24.976)	-	5.306	10.613
Efeito líquido					-	-	-
Fornecimento de Equipamentos	Dezembro de 2022	ViaQuatro	Diminuição da cotação do dólar	13.223	-	(3.306)	(6.612)
Efeito líquido					-	(3.306)	(6.612)
Fornecimento de Equipamentos	Dezembro de 2022	Metrô Bahia	Diminuição da cotação do dólar	173	-	(43)	(87)
Efeito líquido					-	(43)	(87)
Arrendamento Mercantil	Fevereiro de 2023	Barcas	Aumento da cotação do Euro	142	-	(36)	(71)
Arrendamento Mercantil	Fevereiro de 2023	Barcas	Aumento da cotação do Euro	91	-	(23)	(46)
Arrendamento Mercantil	Fevereiro de 2023	Barcas	Aumento da cotação do Euro	44	-	(11)	(22)
Efeito líquido					-	(69)	(139)
Fornecedor	Março de 2023	VLT Carioca	Aumento da cotação do Euro	3.857	-	(964)	(1.929)
Efeito líquido					-	(964)	(1.929)
Total do efeito de perda					-	(4.383)	(8.765)
Moedas em 31/03/2022:				Dólar ⁽²⁾	4.7378	5.9223	7.1067
				Euro ⁽²⁾	5.2561	6.5701	7.8842

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

(2) Refere-se taxa de venda das moedas em 31/03/2022, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (8) (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Notas Promissórias - 4ª Emissão - Série 2	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2023	CCR	661.284	(86.638)	(106.148)	(125.658)
Notas Promissórias - 4ª Emissão - Série 4	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2023	CCR	165.321	(21.659)	(26.537)	(31.415)
Debêntures - 11ª Emissão - 3ª Série	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2024	CCR	405.895	(54.084)	(66.083)	(78.082)
Debêntures - 11ª Emissão - 4ª Série	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2024	CCR	230.768	(40.722)	(47.505)	(54.287)
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2024	CCR	(231.089)	40.779	47.571	54.363
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2024	CCR	223.973	(30.594)	(37.235)	(43.875)
Debêntures - 12ª Emissão - Série única	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2025	CCR	826.796	(112.938)	(137.452)	(161.966)
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	USD	Agosto de 2023	CCR	(592.737)	-	-	-
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2023	CCR	657.860	(88.760)	(108.236)	(127.713)
Debêntures -14ª Emissão - 1ª Série	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2026	CCR	496.857	(70.088)	(84.877)	(99.667)
Debêntures -14ª Emissão - 2ª Série	IPC-A ⁽³⁾	Dezembro de 2028	CCR	552.628	(87.804)	(103.935)	(120.066)
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Dezembro de 2028	CCR	(272.982)	43.373	51.341	59.309
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2028	CCR	248.114	(33.781)	(41.134)	(48.488)
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Dezembro de 2028	CCR	(280.036)	44.493	52.667	60.842
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2028	CCR	254.236	(34.614)	(42.149)	(49.684)
Debêntures -15ª Emissão - 1ª Série	IPC-A ⁽³⁾	Dezembro de 2028	CCR	584.495	(96.369)	(113.435)	(130.501)
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2033	CCR	(275.613)	45.442	53.489	61.537
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2033	CCR	260.103	(34.281)	(41.960)	(49.639)
Swap IPCA x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2033	CCR	(325.224)	53.622	63.117	72.613
Swap IPCA x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2033	CCR	306.935	(40.493)	(49.556)	(58.619)
Debêntures -16ª Emissão - 1ª Série	CDI ⁽²⁾	Janeiro de 2029	CCR	1.725.485	(233.770)	(284.879)	(335.988)
Debêntures -16ª Emissão - 2ª Série	IPC-A ⁽³⁾	Janeiro de 2036	CCR	1.756.319	(322.893)	(375.473)	(428.053)
Mútuo CCR x ViaRio	CDI ⁽²⁾	Janeiro de 2034	CCR	182.985	(16.686)	(20.317)	(23.958)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		CCR	880.836	76.339	95.128	113.808
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		CCR	88.668	10.236	12.793	15.350
Efeito líquido					(1.091.890)	(1.310.805)	(1.529.837)

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (8) (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Debêntures - 10ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Outubro de 2026	AutoBAN	579.421	(75.266)	(92.344)	(109.422)
Debêntures - 12ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2026	AutoBAN	1.458.202	(191.046)	(234.068)	(277.090)
ISS Parcelado	Selic ⁽⁵⁾		AutoBAN	593	(69)	(86)	(104)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		AutoBAN	421	40	50	59
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		AutoBAN	425.362	49.102	61.371	73.637
Efeito líquido					<u>(217.239)</u>	<u>(265.077)</u>	<u>(312.920)</u>
Debêntures - 8ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2022	ViaOeste	461.508	(44.831)	(54.705)	(64.517)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		ViaOeste	290.536	33.539	41.918	50.296
Efeito líquido					<u>(11.292)</u>	<u>(12.787)</u>	<u>(14.221)</u>
Debêntures - 5ª Emissão - 1ª Série	CDI ⁽²⁾	Março de 2028	ViaQuatro	672.800	(95.658)	(115.704)	(135.750)
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	IPC-A ⁽³⁾	Março de 2028	ViaQuatro	536.452	(102.363)	(118.511)	(134.660)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		ViaQuatro	40.244	4.731	5.914	7.098
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		ViaQuatro	57.531	2.429	3.031	3.632
Efeito líquido					<u>(190.861)</u>	<u>(225.270)</u>	<u>(259.680)</u>
Debêntures - 6ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	RodoAnel Oeste	674.190	(95.313)	(119.461)	(143.731)
Swap CDI x CDI (ponta ativa)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	RodoAnel Oeste	(337.095)	47.656	59.730	71.866
Swap CDI x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	RodoAnel Oeste	335.952	(42.867)	(52.749)	(62.631)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		RodoAnel Oeste	235	20	25	29
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		RodoAnel Oeste	172.055	19.862	24.824	29.785
Mútuo RodoAnel Oeste x Terceiro	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2024	RodoAnel Oeste	124.253	(15.242)	(19.065)	(22.893)
Efeito líquido					<u>(85.884)</u>	<u>(106.696)</u>	<u>(127.575)</u>

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (8) (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 6ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	SPVias	156.036	(7.553)	(9.370)	(11.161)
Swap CDI x CDI (ponta ativa)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	SPVias	(156.036)	7.553	9.370	11.161
Swap CDI x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2022	SPVias	155.821	(6.784)	(8.353)	(9.898)
Debêntures - 9ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Março de 2026	SPVias	490.506	(68.097)	(82.669)	(97.240)
Debêntures - 10ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2026	SPVias	489.110	(67.084)	(81.593)	(96.102)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Fevereiro de 2027	SPVias	162.670	(22.402)	(27.230)	(32.057)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		SPVias	157	18	23	28
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		SPVias	138.852	16.029	20.033	24.037
Efeito líquido					(148.320)	(179.789)	(211.232)
BNDES	TJLP ⁽⁴⁾	Outubro de 2042	Metrô Bahia	3.844.338	(360.839)	(418.995)	(477.164)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Metrô Bahia	307.604	35.509	44.381	53.251
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Metrô Bahia	6.197	709	886	1.063
Aplicações financeiras (Santander) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Metrô Bahia	1.644	198	248	298
ISS Parcelado	Selic ⁽⁵⁾		Metrô Bahia	2.589	(302)	(377)	(452)
Efeito líquido					(324.725)	(373.857)	(423.004)
Debêntures - 5ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Julho de 2023	ViaLagos	220.582	(32.594)	(39.198)	(45.802)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		ViaLagos	35.140	4.056	5.070	6.083
ISS Parcelado	Selic ⁽⁵⁾		ViaLagos	558	(65)	(81)	(97)
Efeito líquido					(28.603)	(34.209)	(39.816)
Notas Promissórias - 13ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2022	Samm	37.717	(55)	(67)	(78)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Samm	13.019	1.503	1.878	2.254
Parcelamento ICMS	Selic ⁽⁵⁾		Samm	124	(14)	(18)	(22)
ISS Parcelado	Selic ⁽⁵⁾		Samm	69	(8)	(10)	(12)
Efeito líquido					1.426	1.783	2.142
BNDES	TJLP ⁽⁴⁾	Março de 2039	MSVia	642.021	(52.625)	(62.531)	(72.438)
CEF (Repasso BNDES)	TJLP ⁽⁴⁾	Março de 2039	MSVia	50.854	(4.168)	(4.953)	(5.738)
CEF (FINISA)	TJLP ⁽⁴⁾	Março de 2039	MSVia	122.094	(10.008)	(11.891)	(13.776)
Auto de infração - Poder Concedente	Selic ⁽⁵⁾		MSVia	2.034	(237)	(296)	(355)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		MSVia	48.603	5.611	7.012	8.414
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		MSVia	26.782	3.148	3.936	4.724
Efeito líquido					(58.279)	(68.723)	(79.169)

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (8) (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
BNDES	TJLP ⁽⁴⁾	Dezembro de 2035	BH Airport	458.153	(39.028)	(46.102)	(53.176)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		BH Airport	124.551	8.809	10.973	13.123
Efeito líquido					(30.219)	(35.129)	(40.053)
Debêntures - 5ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Outubro de 2031	RS Holding	613.998	(81.814)	(99.965)	(118.116)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		RS Holding	41.268	2.206	2.745	3.277
Efeito líquido					(79.608)	(97.220)	(114.839)
Swap Pré-Fixado x CDI (ativa)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2030	ViaMobilidade	(732.823)	-	-	-
Swap Pré-Fixado x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Abril de 2030	ViaMobilidade	735.157	(97.465)	(119.185)	(140.905)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		ViaMobilidade	128.435	9.454	11.804	14.154
Efeito líquido					(88.011)	(107.381)	(126.751)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Barcas	30.380	3.507	4.383	5.259
Dívida Consolidada – Parcelamento lei nº 11.941/2009	Selic ⁽⁵⁾		Barcas	157	(18)	(23)	(28)
Mútuo Barcas x JCA Holding	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2023	Barcas	2.552	(386)	(485)	(584)
Mútuo Barcas x Riopar	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2023	Barcas	1.955	(296)	(371)	(447)
Efeito líquido					2.807	3.504	4.200

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Empresas	Exposição em R\$ (8) (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
BNDES	TJLP ⁽⁴⁾	Novembro de 2035	VLT Carioca	888.758	(82.944)	(96.197)	(109.452)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		VLT Carioca	37.806	4.158	5.193	6.229
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		VLT Carioca	22	3	3	4
INSS Parcelado	Selic ⁽⁵⁾		VLT Carioca	63	(7)	(9)	(11)
Mútuo VLT Carioca x Invepar	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2027	VLT Carioca	161.400	(27.813)	(32.749)	(37.685)
Mútuo VLT Carioca x Odebrecht	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2027	VLT Carioca	161.400	(27.813)	(32.749)	(37.685)
Mútuo VLT Carioca x CIIS	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2027	VLT Carioca	161.400	(27.813)	(32.749)	(37.685)
Mútuo VLT Carioca x Riopar	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2027	VLT Carioca	161.383	(27.810)	(32.746)	(37.681)
Efeito líquido					(190.039)	(222.003)	(253.966)
Debêntures - 1ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Junho de 2023	Linhas 8 e 9	1.711.774	(231.912)	(282.615)	(333.318)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Linhas 8 e 9	208.039	10.461	13.018	15.553
Efeito líquido					(221.451)	(269.597)	(317.765)
Debêntures - 1ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Março de 2024	Bloco Central	632.080	(85.634)	(104.357)	(123.079)
Debêntures - 2ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	Bloco Central	71.000	(9.540)	(11.641)	(13.742)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Bloco Central	30.434	3.513	4.391	5.269
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Bloco Central	100.487	10.222	12.767	15.311
Efeito líquido					(81.439)	(98.840)	(116.241)
Debêntures - 1ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Março de 2024	Bloco Sul	1.896.239	(256.903)	(313.070)	(369.237)
Debêntures - 2ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Abril de 2024	Bloco Sul	111.000	(14.914)	(18.199)	(21.484)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Bloco Sul	145.935	15.349	19.177	23.002
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		Bloco Sul	33.164	3.828	4.785	5.741
Efeito líquido					(252.640)	(307.307)	(361.978)
Debêntures - 1ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2024	RioSP	1.082.759	(147.297)	(179.384)	(211.472)
Aplicação financeira (CDB) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		RioSP	1.027.593	86.252	107.430	128.463
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁷⁾	CDI ⁽²⁾		RioSP	865	100	125	150
Efeito líquido					(60.945)	(71.829)	(82.859)
Loan facility agreement	SOFR diária ⁽⁶⁾	Dezembro de 2025	Aeris	620.717	(30.649)	(38.842)	(47.248)
Efeito líquido					(30.649)	(38.842)	(47.248)

Notas Explicativas

Operação	Risco	Empresas	Exposição em R\$ (8) (9)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	RDN	15.339	1.778	1.334	889
Aplicação financeira (CDB) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	ViaCosteira	611.810	46.883	35.302	23.630
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	ViaCosteira	24.053	2.788	2.091	1.394
Aplicação financeira (CDB) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	ViaSul	266.890	24.140	18.130	12.103
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	ViaSul	37.978	4.402	3.302	2.201
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	SIP	123	14	11	7
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	SPCP	5.632	653	490	326
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	Inovap 5	788	91	68	46
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	ATP	3.891	451	338	226
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	PRN	3.681	427	320	213
Aplicação financeira (CDB) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	Linha 15	155	18	13	9
Aplicação financeira (CDB) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	CPA	693	62	47	31
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	SPAC	78	9	7	4
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	Five Trilhos	12.945	1.485	1.114	743
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	Quicko	1.034	119	89	59
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	NovaDutra	945.018	108.600	81.464	54.319
Aplicação financeira (CDB) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	NovaDutra	367.623	26.938	20.302	13.602
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	CPC	58.134	6.738	5.054	3.370
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽¹⁰⁾	CDI ⁽²⁾	Lam Vias	5.409	627	470	314
				<u>226.223</u>	<u>169.946</u>	<u>113.486</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(2.961.638)</u>	<u>(3.650.128)</u>	<u>(4.339.326)</u>
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(3.464.223)	(4.173.258)	(4.882.494)
Efeito sobre os mútuos				(143.859)	(171.231)	(198.618)
Efeito sobre as obrigações parceladas				(720)	(900)	(1.081)
Efeito sobre as aplicações financeiras				<u>647.164</u>	<u>695.261</u>	<u>742.867</u>
Total do efeito de ganho / (perda)				<u>(2.961.638)</u>	<u>(3.650.128)</u>	<u>(4.339.326)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
	CDI ⁽²⁾			11,6500%	14,5600%	17,4700%
	IPC-A ⁽³⁾			11,3000%	14,1250%	16,9500%
	TJLP ⁽⁴⁾			6,0800%	7,5900%	9,1200%
	Selic <i>over</i> ⁽⁵⁾			11,6500%	14,5600%	17,4700%
	SOFR diária ⁽⁶⁾			0,27000%	0,3375%	0,4050%
	CDI ⁽²⁾			11,6500%	8,7375%	5,8250%

Notas Explicativas

As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2022, divulgada pela B3; e nas investidas onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, consideramos o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses. Nas investidas onde as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, diminuimos a taxa do CDI para calcular os cenários estresses;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa de 31/03/2022, divulgada pelo BNDES;
- (5) Refere-se à taxa de 31/03/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (6) Refere-se à taxa SOFR, divulgada diariamente pelo "Federal Reserve" em 31/03/2022;
- (7) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixadas;
- (8) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (9) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP, IPCA, Libor de 6 meses e Selic); e
- (10) Para esses casos, onde a investida não possui dívida e/ou derivativos, foi considerada a redução da taxa do CDI em todos os cenários para determinar o efeito adverso no resultado da sensibilidade na taxa de rendimento de suas aplicações financeiras.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga variável - AutoBAN, ViaOeste, RodoAnel Oeste e SPVias

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 10c).

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 19.543 referente ao direito de outorga variável (R\$ 16.502 no trimestre findo em 31 de março de 2021).

A partir de 3 de outubro de 2021, a alíquota do RodoAnel Oeste voltou a ser de 3%, devido a celebração de acordo com o Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021).

Outorga variável - Curaçao Airport (CAP)

Refere-se ao montante a ser pago ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 16% sobre a receita aeronáutica e não aeronáutica.

Notas Explicativas

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 9.228 (R\$ 2.490 no trimestre findo em 31 de março de 2021).

Outorga variável - BH Airport

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente, a título de contribuição variável da outorga, resultante da aplicação de alíquota de 5% sobre a receita bruta da concessionária, deduzida do percentual de 26,4165% sobre as receitas tarifárias, referente a incorporação do ATAERO às receitas reguladas, líquido de PIS e Cofins.

A contribuição variável é paga anualmente no mês de maio. Em 31 de março de 2022, o montante provisionado é de R\$ 14.474 (R\$ 9.128 no trimestre findo em 31 de março de 2021).

Outorga variável - ViaMobilidade

Refere-se ao montante a pagar ao Poder Concedente a título de contribuição variável de outorga, resultante da aplicação de alíquota de 1% sobre a receita operacional bruta.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 970 (R\$ 791 no trimestre findo em 31 de março de 2021).

b. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário de cada concessionária:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
AutoBAn (c)	2.941.781	401.148
RodoAnel Oeste (a)	429.248	438.393
SPVias (c)	977.775	426.087
ViaLagos	57.006	57.144
ViaOeste (d)	1.794.288	893.126
MSVia (e)	13.979	19.854
BH Airport (a) (b)	152.837	159.356
ViaQuatro (a)	76.580	96.289
ViaMobilidade (a) (b)	150.458	120.527
ViaSul (f)	5.175.242	4.814.611
ViaCosteira	1.885.596	1.896.622
Bloco Sul	1.334.364	1.337.388
Bloco Central	658.805	661.030
Linhas 8 e 9 (a)	3.550.422	3.595.894
Pampulha	166.866	-
RioSP	15.590.668	-
	<u>34.955.915</u>	<u>14.917.469</u>

(a) Os valores representam 100% da concessionária.

Notas Explicativas

- (b) Referem-se à melhor estimativa dos investimentos obrigatórios a serem realizados pelas concessionárias, sem considerar gatilhos adicionais, como a construção da 2ª pista na BH Airport. Os valores estão atualizados pelo IPCA e IPC-Fipe, respectivamente, para BH Airport e a ViaMobilidade, até a data da última atualização da tarifa.
- (c) O acréscimo de valor deve-se a melhorias e ciclos adicionais de manutenção de pavimento decorrentes do Acordo Definitivo celebrado em 31 de março de 2022. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1 destas ITR.
- (d) O aumento do valor se deve-se principalmente à celebração do TAM nº 25, em 31 de março de 2022. Para melhores informações vide nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.
- (e) O valor dos compromissos de investimentos futuros contempla o previsto no Termo Aditivo nº 1.
- (f) O saldo de compromissos de investimentos futuros em 31 de março de 2022 é composto por R\$ 3.987.089 referente a melhorias e R\$ 1.188.153 referente a conservação especial (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 3.096.663 referente a melhorias e R\$ 1.717.948 referente a conservação especial).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

c. Outorga Variável

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
AutoBAn	3.536	3.454
ViaOeste	1.594	1.576
RodoAnel Oeste	882	865
SPVias	1.118	1.138
CAP	2.390	7.496
BH Airport	14.475	11.201
ViaMobilidade	739	666
	<u>24.734</u>	<u>26.396</u>

d. Contribuição fixa - BH Airport

Refere-se ao montante anual a ser pago ao Poder Concedente em decorrência da oferta realizada no leilão objeto da concessão.

Notas Explicativas

	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
Circulante	159.793	159.225	155.546	154.738
Não circulante	2.408.948	1.815.815	2.351.584	1.748.175
	<u>2.568.741</u>	<u>1.975.040</u>	<u>2.507.130</u>	<u>1.902.913</u>
	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)	Valor Nominal	Valor Presente (Contábil)
2022	159.792	159.225	155.546	154.738
2023	104.013	101.266	101.536	100.114
2024	104.013	98.681	101.536	97.445
2025	104.013	96.210	101.536	94.896
2026 em diante	<u>2.096.910</u>	<u>1.519.658</u>	<u>2.046.976</u>	<u>1.455.720</u>
	<u>2.568.741</u>	<u>1.975.040</u>	<u>2.507.130</u>	<u>1.902.913</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 4,3% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor do ônus da concessão está sendo liquidado em parcelas anuais e consecutivas, cujo montante é reajustado anualmente conforme o IPCA.

Com a assinatura do Termo Aditivo nº 7/2020, ocorreu a postergação das datas de vencimento das parcelas de 2021 a 2025, que alteraram de maio para dezembro.

A partir de 2026, a data de vencimento voltará a ser no mês de maio.

25. Segmentos operacionais

	Lam Vias	Infra SP	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados	Consolidado
Informações relativas a 31 de março de 2022						
Receitas de pedágio	444.939	1.191.319	-	-	-	1.636.258
Receitas de construção (ICPC 01)	127.548	33.887	57.570	25.604	-	244.609
Receitas de serviços de fibra óptica	18.457	-	-	-	-	18.457
Receitas aeroportuárias	-	-	-	361.806	-	361.806
Receitas de remuneração de ativo financeiro	61.442	-	185.179	-	-	246.621
Receitas acessórias	9.653	19.611	25.831	12.547	-	67.642
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	9.621	-	-	9.621
Receitas aquaviárias	-	-	14.103	-	-	14.103
Receitas metroviárias	-	-	364.679	-	-	364.679
Receita de gerenciamento e programas de fidelização	-	-	33	-	-	33
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro	-	-	104.137	-	-	104.137
Receita de reequilíbrio - AutoBan	-	5.254.058	-	-	-	5.254.058
Receita de contraprestação parcela B	-	-	3.955	-	-	3.955
Mitigação de risco de demanda projetada	-	-	122.355	-	-	122.355
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	29	-	67	(1.601)	3.388	1.883
Receitas financeiras	65.494	25.131	64.900	10.775	321.757	488.057
Despesas financeiras	(133.231)	(127.295)	(273.423)	(285.198)	(547.542)	(1.366.689)
Depreciação e amortização	(38.068)	(203.737)	(68.368)	(77.317)	(12.841)	(400.331)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	79.931	5.017.022	153.550	(212.320)	(1.599.790)	3.438.393
Imposto de renda e contribuição social	(88.886)	(1.947.369)	(92.428)	47.601	(28.454)	(2.109.536)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.707)	14.637	-	17.564	(56)	30.438

Notas Explicativas

	Lam Vias	Infra SP	Mobilidade	Aeroportos	Não alocados	Consolidado
Informações relativas a 31 de março de 2021						
Receitas de pedágio	716.179	1.033.573	-	-	-	1.749.752
Receitas de construção (ICPC 01)	222.601	11.411	20.297	13.853	-	268.162
Receitas de emissão de cartão de embarque	-	-	280	-	-	280
Receita de serviços de fibra óptica	20.823	-	-	-	-	20.823
Receitas aeroportuárias	-	-	-	232.272	-	232.272
Receitas de remuneração de ativo financeiro	-	-	143.055	-	-	143.055
Receitas acessórias	11.486	15.448	23.691	-	-	50.625
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	8.700	-	-	8.700
Receitas aquaviárias	-	-	8.357	-	-	8.357
Receitas metroviárias	-	-	268.474	-	-	268.474
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	37	-	61	1.639	1.803	3.540
Receitas financeiras	11.499	12.840	103.670	5.080	148.793	281.882
Despesas financeiras	(41.740)	(80.756)	(198.880)	(101.100)	(214.978)	(637.454)
Depreciação e amortização	(360.420)	(145.733)	(59.013)	(80.538)	(10.433)	(656.137)
Resultados dos segmentos divulgáveis após imposto de renda e da contribuição social	(48.912)	351.362	808.809	(148.280)	(118.621)	844.358
Imposto de renda e contribuição social	(21.933)	(159.732)	(424.038)	29.490	4.465	(571.748)
Resultado de equivalência patrimonial	1.423	12.457	-	(7.873)	(34)	5.973
Informações relativas a 31 de março de 2022						
Ativos dos segmentos divulgáveis	7.818.379	14.864.750	14.174.834	7.308.573	3.004.437	47.170.973
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	79.900	72.777	1.902	621.765	(751)	775.593
CAPEX	137.330	50.265	101.313	90.904	4.551	384.363
Passivos dos segmentos divulgáveis	(3.391.744)	(6.952.497)	(10.166.733)	(6.480.540)	(8.464.227)	(35.455.741)
Informações relativas a 31 de dezembro de 2021						
Ativos dos segmentos divulgáveis	7.646.650	8.105.044	13.867.978	7.601.914	4.134.860	41.356.444
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	81.609	58.141	-	709.045	(695)	848.100
CAPEX	2.887.842	1.386.413	1.739.175	3.605.961	12.735	9.632.126
Passivos dos segmentos divulgáveis	(3.370.524)	(5.129.633)	(10.080.044)	(6.201.920)	(8.008.523)	(32.790.644)

26. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no período findo em 31 de março de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora	
	31/03/2022	31/03/2021
Tributos a recuperar	(3.130)	-
Juros sobre capital próprio recebido	292	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(2.838)	-
Mútuos com partes relacionadas	(2.838)	-
Aumento de capital em investidas	(242.192)	-
AFAC - partes relacionadas	242.192	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(2.838)	-

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Receita de reequilíbrio - AutoBAN	5.254.058	-
Tributos a recuperar	(601)	(1.294)
Ativo financeiro	9.902	(7)
Fornecedores - partes relacionadas	-	3.197
Fornecedores	-	1.961
Outras contas a pagar	-	(7)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	5.263.359	3.850
Adições ao ativo intangível	-	(5.223)
Outros de ativo imobilizado e intangível	(5.264.140)	999
Mútuos - partes relacionadas	781	374
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(5.263.359)	(3.850)

- b.* A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento

Controladora

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Debêntures</u>	<u>Operações com derivativos</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(1.174.942)	(6.327.893)	104.827	(51)	(7.398.059)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(3.337.802)	-	-	(3.337.802)
Pagamentos de principal e juros	475.328	2.590.155	-	11	3.065.494
Liquidação de operações com derivativos	-	-	14.721	-	14.721
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	475.328	(747.647)	14.721	11	(257.587)
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária e cambial	102.128	(229.575)	-	-	(127.447)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	12.765	(1.162)	(128.220)	-	(116.617)
Outras variações que não afetam caixa	-	-	-	(1)	(1)
Total das outras variações	114.893	(230.737)	(128.220)	(1)	(244.065)
Saldo Final	<u>(584.721)</u>	<u>(7.306.277)</u>	<u>(8.672)</u>	<u>(41)</u>	<u>(7.899.711)</u>

Notas Explicativas

Consolidado

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	AFAC - partes relacionadas	Arrendamento mercantil	Total
Saldo Inicial	(8.036.991)	(18.714.158)	(447.875)	(72.921)	(301.038)	90.042	(1.916)	(172.809)	(27.657.666)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento									
Captações (líquidas dos custos de transação)	(625.914)	(3.677.392)	-	-	-	-	-	-	(4.303.306)
Pagamentos de principal e juros	1.173.199	2.948.659	-	-	-	-	-	13.394	4.135.252
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	18.758	-	-	18.758
Dividendos pagos	-	-	-	(558)	648	-	-	-	90
AFAC	-	-	-	-	-	-	(30.413)	-	(30.413)
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	-	49.941	-	42.800	-	92.741
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	547.285	(728.733)	-	(558)	50.589	18.758	12.387	13.394	(86.878)
Outras variações									
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(52.635)	(588.864)	(17.240)	-	-	-	-	-	(658.739)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	12.765	14.351	-	-	-	(155.757)	-	-	(128.641)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	-	(2.597)	(2.597)
Outras variações que não afetam caixa	130.165	-	2.984	91	14.080	-	-	20.749	168.069
Total das outras variações	90.295	(574.513)	(14.256)	91	14.080	(155.757)	-	18.152	(621.908)
Saldo Final	(7.399.411)	(20.017.404)	(462.131)	(73.388)	(236.369)	(46.957)	10.471	(141.263)	(28.366.452)

Notas Explicativas

27. Termo de Autocomposição, Programa de Incentivo à Colaboração e Acordo de Leniência

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos temas relacionados ao Termo de Autocomposição e ao Acordo de Leniência, quando comparados a 31 de dezembro de 2021, uma vez que foram integralmente cumpridos.

Quanto ao Programa de Incentivo à Colaboração, o saldo a pagar em 31 de março de 2022 é de R\$ 25.339 (R\$ 27.891 em 31 de dezembro de 2021), atualizado pelo IPCA e diminuído dos valores já pagos no trimestre, que será liquidado até novembro de 2023.

No trimestre findo em 31 de março de 2022, a Companhia incorreu em despesas de R\$ 698 relativas a reembolso aos participantes e pagamento do saldo remanescente de penas pecuniárias no montante R\$ 218.

28. Eventos subsequentes

- **Participação societária na empresa MaaS Global**

Em 20 de março de 2022 a controlada CIIS, juntamente com a Canadá Participações S.A., em conjunto detentoras de 100% do capital social da Toronto (Quicko), de um lado, e, de outro, a empresa finlandesa MaaS Global Oy (“MaaS”) celebraram instrumento contratual, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas, prevendo a aquisição, pela MaaS, da totalidade das ações da Quicko, mediante pagamento em espécie de ações da própria MaaS, que serão por ela emitidas.

Com a conclusão da transação em 11 de abril de 2022, a CIIS deixou de deter participação direta no capital social da Quicko, passando a deter 17,1% das ações da MaaS.

- **Incorporação das empresas Infra SP e CIIS**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022, foi aprovada proposta de incorporação da Infra SP e da CIIS pela Companhia.

- **Dividendos - CCR**

Em 29 de abril de 2022, iniciou-se o pagamento do complemento dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$ 176.625, correspondentes a R\$ 0,087438205386 por ação ordinária, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022. As ações da Companhia passaram a ser negociadas “*ex dividendos*” a partir de 20 de abril de 2022.

- **Alienação da TAS**

Em 9 de maio de 2022, a CCR USA celebrou instrumento contratual, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas, com a AGI-CFI Acquisition Corp, controlada da Alliance Ground International, LLC (AGI), para alienação da totalidade de sua participação acionária no capital social da TAS, o que corresponde a 70% do capital social da investida.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da
CCR S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CCR S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2022

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 11 de maio de 2022, às 10h30, na sede da CCR S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º andar, São Paulo/SP.
2. PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, mediante a participação por intermédio do Zoom Meetings (comunicação simultânea).
3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Piedade Mota da Fonseca e a Sra. Betina Frank Castellanos Alem, como secretária.
4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a análise das Informações Trimestrais da Companhia, referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022.
5. DELIBERAÇÕES: Os Senhores Conselheiros, examinadas as Informações Trimestrais da Companhia, referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022 e, com base nos exames efetuados e nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre a revisão dessas Informações Trimestrais da Companhia, bem como, de forma mais específica, sobre a mudança na prática contábil em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no que se refere à compensação de desequilíbrios econômicos entre concessionárias e poder concedente, com base em documentos e estudos contábeis, legais e tributários complementares disponibilizados e arquivados na sede da Companhia, manifestaram-se favoravelmente às referidas Informações Trimestrais.
6. ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a ser tratado, a reunião foi interrompida pelo tempo necessário à lavratura desta ata. A reunião foi então encerrada, a ata lida, achada em ordem, aprovada e assinada por todos os presentes.

São Paulo/SP, 11 de maio de 2022.

Piedade Mota da Fonseca
Presidente da Mesa

Betina Frank Castellanos Alem
Secretária

Conselheiros:

Leda Maria Deiro Hahn

Maria Cecilia Rossi

Piedade Mota da Fonseca

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022.

São Paulo/SP, 12 de maio de 2022.

MARCO ANTONIO SOUZA CAUDURO
DIRETOR PRESIDENTE

PEDRO PAULO ARCHER SUTTER
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

WALDO EDWIN PEREZ LESKOVAR
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUSTAVO MARQUES DO CANTO LOPES
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS

CRISTIANE ALEXANDRA LOPES GOMES
DIRETORA DE NEGÓCIOS

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR DE NEGÓCIOS

FÁBIO RUSSO CORRÊA
DIRETOR DE NEGÓCIOS

MÁRCIO MAGALHÃES HANNAS
DIRETOR DE NEGÓCIOS

MARCIO YASSUHIRO IHA
DIRETOR DE GLOBAL BUSINESS SERVICES (GBS)

ROBERTO PENNA CHAVES NETO
DIRETOR JURÍDICO E DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

ANTONIO DE TOLEDO MENDES PEREIRA FILHO
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

LUIZ ANDRÉ MELLO THOMÉ DE SOUZA
DIRETOR DE GENTE E GESTÃO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2022.

São Paulo/SP, 12 de maio de 2022.

MARCO ANTONIO SOUZA CAUDURO
DIRETOR PRESIDENTE

PEDRO PAULO ARCHER SUTTER
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE

WALDO EDWIN PEREZ LESKOVAR
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

GUSTAVO MARQUES DO CANTO LOPES
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS

CRISTIANE ALEXANDRA LOPES GOMES
DIRETORA DE NEGÓCIOS

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR DE NEGÓCIOS

FÁBIO RUSSO CORRÊA
DIRETOR DE NEGÓCIOS

MÁRCIO MAGALHÃES HANNAS
DIRETOR DE NEGÓCIOS

MARCIO YASSUHIRO IHA
DIRETOR DE GLOBAL BUSINESS SERVICES (GBS)

ROBERTO PENNA CHAVES NETO
DIRETOR JURÍDICO E DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

ANTONIO DE TOLEDO MENDES PEREIRA FILHO
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

LUIZ ANDRÉ MELLO THOMÉ DE SOUZA
DIRETOR DE GENTE E GESTÃO